



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

ALESANDRO LUIZ SERAFINI

**PROVÍNCIA DO PARANÁ E A REGIÃO DOS CAMPOS DE PALMAS:
PERCEPÇÃO DO PODER PÚBLICO
SOBRE O MEIO NATURAL NUMA ÁREA DE FRONTEIRA
(1853 – 1889)**

CHAPECÓ - SC

2021

ALESANDRO LUIZ SERAFINI

**PROVÍNCIA DO PARANÁ E A REGIÃO DOS CAMPOS DE PALMAS:
PERCEPÇÃO DO PODER PÚBLICO
SOBRE O MEIO NATURAL NUMA ÁREA DE FRONTEIRA
(1853 – 1889)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Chapecó, como requisito para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Miguel Mundstock Xavier de Carvalho.

CHAPECÓ - SC

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E
Centro, Chapecó, SC – Brasil
Caixa Postal 181
CEP 89802-112

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Serafini, Alessandro Luiz

Província do Paraná e a Região dos Campos de Palmas:
percepção do poder público sobre o meio natural numa
região de fronteira (1853-1889) / Alessandro Luiz
Serafini. -- 2021.
107 f.:il.

Orientador: Doutor Miguel Mundstock Xavier de
Carvalho

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,
Chapecó, SC, 2021.

1. Campos de Palmas. 2. Fronteira. 3. Meio natural.
4. Agricultura. 5. Povoamento. I. Carvalho, Miguel
Mundstock Xavier de, orient. II. Universidade Federal da
Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

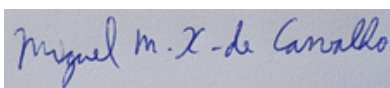
ALESANDRO LUIZ SERAFINI

**PROVÍNCIA DO PARANÁ E A REGIÃO DOS CAMPOS DE PALMAS:
PERCEPÇÃO DO PODER PÚBLICO
SOBRE O MEIO NATURAL NUMA ÁREA DE FRONTEIRA
(1853 – 1889)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Chapecó. Para obtenção do título de Mestre em História, defendido em banca examinadora em 19/05/21.

Aprovado em: 19/05/21

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Miguel Mundstock Xavier de Carvalho – UFFS
Presidente da banca/orientador



Prof. Dra. Samira Peruchi Moretto – UFFS
Membro interno



Prof. Dr. Marcos Gerhardt - UPF
Membro externo

Prof. Dr. Marlon Brandt - UFFS
Membro Suplente

Chapecó/SC, maio de 2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para que esta pesquisa fosse realizada. A toda minha família pelo incentivo e apoio de sempre. Aos professores e professoras que no decorrer deste curso de Mestrado, através de muito estudo e dedicação, proporcionaram momentos de conhecimento e aprendizado. Agradeço especialmente ao meu orientador, Professor Dr. Miguel Mundstock Xavier de Carvalho que me ajudou e me incentivou nas pesquisas, nas sugestões de leitura e me direcionou no decorrer do trabalho. Por fim, agradeço aos colegas pelo incentivo, compartilhamento de textos e informações, agradeço as amizades construídas entre nós, mestrandos do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó. Esse período foi de extrema importância, pois proporcionou engrandecimento para a vida profissional e pessoal. Não posso deixar de registrar, também, que durante o período de elaboração desta pesquisa, bem como de parte das aulas do programa, vivemos um momento único que certamente prejudicou muitas investigações; passamos pela pandemia da COVID-19, onde algumas aulas foram de forma remota e muitos pesquisadores não puderam ter o contato direto com as fontes em arquivos, bibliotecas, museus ou outros espaços, devido ao isolamento social proposto pelos órgãos de controle para evitar a transmissão. Eu também fui um dos sobreviventes em meio à turbulência de enfrentar uma pandemia e elaborar uma dissertação de mestrado, enfrentar medos e incertezas, abalos psicológicos, crise econômica e política no país, elaborar e concluir uma pesquisa de mestrado se tornou uma tarefa muito mais árdua. Enfim, deu tudo certo.

RESUMO

PROVÍNCIA DO PARANÁ E A REGIÃO DOS CAMPOS DE PALMAS: PERCEPÇÃO DO PODER PÚBLICO SOBRE O MEIO NATURAL NUMA ÁREA DE FRONTEIRA (1853 – 1889)

O objetivo desta pesquisa é entender a percepção provincial paranaense sobre o meio ambiente numa região de fronteira. A pergunta que norteou o trabalho foi a seguinte: Como o poder público paranaense está representando este espaço? As leituras em história ambiental direcionaram as análises e o olhar nas fontes para os aspectos do meio natural. Teve como fontes principais os Relatórios e Mensagens do Governo Provincial do Paraná, de 1853 a 1889. Esses documentos podem revelar novos aspectos históricos ligados à vida social, cultural e econômica da sociedade, o cotidiano, tradições, religiosidade, povoamento, práticas/técnicas e investimentos na agricultura e na pecuária, interação com o meio natural e valores financeiros movimentados pela província. Assegurar a posse, ou conquistar o território significava ter o controle da exploração das riquezas naturais existentes na região. As explorações dessas riquezas causaram grandes impactos ao meio ambiente, a exploração da madeira causou forte desmatamento e extinção de várias espécies vegetais e animais, além disso, as queimadas, provocadas como forma de limpar a terra para a prática da agricultura, causaram graves danos. A criação de animais também teve impactos sobre o meio natural. Tentamos perceber se existia, por parte do governo provincial, uma preocupação com a questão ambiental. Durante a análise dos Relatórios, percebemos que alguns presidentes da Província demonstraram preocupação com a derrubada sem controle das árvores, com as queimadas, bem como, outros tipos de exploração das riquezas que transformaram o meio ambiente da região, mas isso não quer dizer que eles estavam comprometidos com a preservação ambiental.

Palavras-chave: Campos de Palmas. Região. Fronteiras. Meio natural. Pecuária. Agricultura. Povoamento.

ABSTRACT

**PROVINCE OF PARANÁ AND THE CAMPOS DE PALMAS REGION:
PERCEPTION OF PUBLIC POWER
ABOUT THE NATURAL ENVIRONMENT IN A BORDER AREA
(1853 - 1889)**

The objective of this research is to understand the provincial perception of Paraná about the environment in a border region. The question that guided the work was the following: How is the Paraná state government representing this space? The readings in environmental history directed the analyzes and the look in the sources towards the aspects of the natural environment. Its main source was the Reports and Messages of the Provincial Government of Paraná in the period from 1853 to 1889. These documents can reveal new historical aspects related to the social, cultural and economic life of society, the daily life, traditions, religiosity, settlement, practices / techniques and investments in agriculture and livestock, interaction with the natural environment and financial values handled by the Province. Ensuring possession, or conquering the territory, meant having control over the exploitation of the natural wealth existing in the region. The exploitation of these riches caused great impacts to the environment, the exploitation of the wood caused strong deforestation and extinction of several vegetal and animal species, in addition, the fires, caused as a way to clean the land for the practice of agriculture, caused serious damages. Animal husbandry also had impacts on the natural environment. We tried to understand if there was a concern on the part of the provincial government about the environmental issue. During the analysis of the Reports, we noticed that some presidents of the Province showed concern with the uncontrolled cutting of trees, with burning, as well as other types of exploitation of the wealth that transformed the environment of the region, but that does not mean that they were committed to environmental preservation.

Keywords: Region of the Palmas fields. Borders. Natural environment. Livestock. Agriculture. Settlement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esboço do mapa dos Campos de Palmas e territórios contíguos elaborado em 1843, por Tito Alves de Brito.....	10
Figura 2 - Mapa das Colônias Militares de Chopim e Chapecó (1882).....	35
Figura 3 - Mapa Chorographico da província de São Paulo, elaborado pelo engenheiro militar Daniel Pedro Müller. Ano de 1837.....	38
Figura 4 - Área de ocorrência da erva-mate na América do Sul.....	46
Figura 5 - Pés de erva-mate em meio a árvores de araucárias.....	48
Figura 6 - Fabricação e transporte de barricas de pinho da família Fontana, em Curitiba.....	51
Figura 7 - Área de ocorrência da floresta de araucária.....	54
Figura 8 - Os “Caminhos do Sul”, séculos XVIII e XIX.....	69

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 ÀS MARGENS DO ESTADO: CARACTERÍSTICAS DE UMA REGIÃO DE FRONTEIRA.....	20
2.1 O REPOVOAMENTO E DOMÍNIO DA REGIÃO DOS CAMPOS DE PALMAS	20
2.2 CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL: ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO DE UMA REGIÃO DE FRONTEIRA.....	26
2.3 OS SERTÕES E A CULTURA CABOCLA.....	39
3 O INTERESSE GOVERNAMENTAL PELAS RIQUEZAS NATURAIS: ERVA-MATE, MADEIRA E PECUÁRIA	45
3.1 ERVA MATE, MADEIRA E DERRUBADA DAS MATAS	45
3.2 AGRICULTURA E PECUÁRIA NA REGIÃO DOS CAMPOS DE PALMAS	58
4 A PERCEPÇÃO DA PROVÍNCIA PARANAENSE EM RELAÇÃO AO MEIO NATURAL DA REGIÃO DOS CAMPOS DE PALMAS	72
4.1 MUDANÇA DE PENSAMENTO EM RELAÇÃO À VALORIZAÇÃO DOS ANIMAIS E DAS FLORESTAS	72
4.2 O MEIO NATURAL COMO ATRAÇÃO DE IMIGRANTES	77
4.3 AS DINÂMICAS DE POVOAMENTO E A PERCEPÇÃO SOBRE O MEIO NATURAL	82
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	95
FONTES DE PESQUISA.....	100

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende entender qual era a percepção do poder público paranaense sobre o meio ambiente numa região de fronteira, na segunda metade do século XIX. A pergunta norteadora do projeto é a seguinte: Como o poder público está representando esse espaço? Nessa região, o governo pretendia ocupar as áreas longínquas para garantir os limites territoriais. Além das expedições, a prática da pecuária e da agricultura era também uma forma de marcar presença, de povoar, de dominar, de proteger. Porém, essas práticas, aliadas a exploração das riquezas naturais, causaram significativos impactos ao meio natural.

O espaço escolhido para o estudo é a região dos campos de Palmas, no período de 1853 a 1889. Uma região passou por inúmeras disputas e conflitos até chegar à atual configuração territorial. O período selecionado justifica-se pelo fato da criação da Província do Paraná em 1853 que, em 1854, emite o seu primeiro Relatório à Assembleia Legislativa Provincial. No ano de 1889, acontece a Proclamação da República, pondo fim ao período Imperial Brasileiro e das Províncias, definindo nosso recorte temporal para o término da pesquisa. A partir desse período, fica uma sugestão para novos trabalhos que poderão trazer novas interpretações sobre a história da região dos campos de Palmas.

A própria história de Palmas está relacionada à formação dessa região de fronteira. Uma região longínqua, carregada de preconceitos e superstições devido ao fato de ser, na época, desconhecida e inexplorada. Muitos exploradores e aventureiros se dedicaram a conhecer e explorar essas terras a Oeste. Os bandeirantes paulistas realizaram muitas expedições e colaboraram para o reconhecimento das terras. Com o tempo, o espaço foi sendo reconhecido e o medo do desconhecido já não era empecilho para organizar expedições exploratórias para extrair algumas riquezas naturais, muito lucrativas na época.

No século XIX se estabeleceram os primeiros habitantes da região dos campos de Palmas que, originalmente havia sido povoada por diversos grupos indígenas, cada qual com culturas e tradições, formas de organização social e de sobrevivência diferentes, mas sempre usufruindo dos recursos que o meio natural oferecia. Esses grupos sofreram miscigenação de outros povos que foram se estabelecendo na região, como negros africanos e europeus. A emancipação do município de Palmas se deu em 14 de abril de 1879.

O mapa a seguir nos dá uma noção aproximada da dimensão da região dos Campos de Palmas no século XIX. Era uma região extensa, pouco conhecida e com limites indefinidos.

Figura 1 - Esboço do mapa dos Campos de Palmas e territórios contíguos, elaborado em 1843, por Tito Alves de Brito.



Fonte: Petrolí (2018).

Para a produção dessa dissertação, foi necessário fazer um recorte temporal e espacial (regional). Conforme Barros (2010): “o historiador regional é aquele que trabalha com uma determinada região, e neste trabalho, dependendo do seu problema historiográfico específico, ele pode realizar uma história demográfica (como também uma história econômica, uma história cultural, e assim por diante)” (2010, p. 30). Os recortes são necessários devido à quantidade de fontes e assuntos que podem ser considerados em um projeto de pesquisa. Selecionamos textos e documentos relacionados ao tema proposto. São

documentos escritos em um tempo histórico e em um determinado espaço. Fazer um recorte temporal e espacial implica em selecionar um determinado tema, em um determinado tempo e espaço. Por isso, o historiador precisa estar atento às informações que as fontes lhes proporcionam.

Essa dissertação é fruto de estudos iniciados no Curso de Especialização em Ensino de História e Geografia: Fronteiras do Conhecimento, sob a orientação do professor Augusto da Silva, em 2008 na UNOCHAPECÓ, com novas pesquisas no Programa de Pós-Graduação – Especialização em História Regional, UFFS, campus Chapecó, em 2013, sob a orientação do Professor Dr. Antônio Marcos Myskiw. Nas pesquisas anteriores, os relatórios provinciais apresentaram ricas informações sobre diversos assuntos político-administrativos. Neste trabalho, damos ênfase às informações sobre a questão ambiental presente nos relatórios, principalmente em relação à prática da pecuária e da agricultura e aos danos causados ao meio ambiente. Procuramos também entender a percepção provincial sobre o meio ambiente naquele momento histórico, caracterizar o espaço fronteiriço e perceber as estratégias políticas de ocupação dos chamados sertões, estratégias que estavam relacionadas ao interesse governamental pelas riquezas naturais.

A proposta desta dissertação é importante para compreendermos de que forma o governo provincial percebia o meio natural naquele período e que ações eram realizadas em relação ao meio ambiente, ou seja, compreender como o governo representava esse espaço. Os efeitos daquela política são sentidos ainda hoje na região, quando analisamos áreas de terra sem floresta, onde essas deram lugar a campos de criação de gado e a agricultura. Tais questões estão presentes neste texto, assim como o uso do solo e dos recursos naturais pela população local e pelos governos, bem como transformações provocadas no meio natural. A população local algumas vezes entrou em contradição aos projetos políticos da época, onde muitos tiveram que enfrentar as mudanças (se adequando a elas) ou sair do local. Nada justifica a destruição do meio ambiente, pois o homem está se autodestraindo, o homem faz parte e está inserido nele. O objetivo deste estudo não é propor uma solução para os problemas ambientais mundiais ou regionais, mas sim perceber e analisar as informações que constam nos relatórios provinciais paranaense, as impressões sobre o espaço natural na segunda metade do século XIX.

Utilizamos uma abordagem metodológica de história ambiental, que é um campo historiográfico bem abrangente, com inúmeras possibilidades de análise, levando em conta a relação dos humanos com o meio ambiente. O meio natural oferece os subsídios necessários para a sobrevivência animal. Fornece alimentos, plantas medicinais, proteção. A história

ambiental utiliza a transversalidade, a interdisciplinaridade, em diferentes áreas do conhecimento. A história ambiental permite entender como se davam as relações sociais entre os povos num determinado tempo e espaço. Através dela, é possível entender a organização da sociedade e de que forma o ambiente natural contribuiu para essa organização. O meio ambiente é um dos fatores determinantes para a organização das populações. Nesta pesquisa, vamos dialogar sobre isso levando em consideração a questão ambiental da segunda metade do século XIX.

As principais fontes utilizadas foram os Relatórios e Mensagens emitidos pelo Governo Provincial do Paraná, que se encontram no Arquivo Público do Estado do Paraná e também disponíveis *on-line* no site <http://www.arquivopublico.pr.gov.br>. Realizamos, também, um levantamento documental no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), em Chapecó. Foi realizada uma reflexão: Esses relatórios provinciais foram criados para serem fontes de pesquisa? Que tipo de objeto pode ser considerado fonte histórica? Fonte de pesquisa é tudo aquilo que o historiador quer considerar como fonte ou aquilo que a própria pesquisa induz a ser uma fonte: atas, registros, fotos, documentos escritos ou não, relatórios, mensagens, cartas, recursos digitais, testamentos, registros de posse, cartas de alforria, certidões de nascimento, casamento e óbito, mapas, etc. Cada fonte com características específicas e passíveis de diferentes interpretações. As fontes são resquícios de uma história do passado, que por algum motivo, chegou no tempo presente. Existe uma seletividade do que se pretende fazer com o que chega até o presente. Museus, arquivos e acervos também são seleções desses fragmentos do passado.

Por algum tempo a oficialidade desse tipo de fonte foi contestada. Porém, uma pesquisa histórica pode ser boa ou ruim, mas não por causa do tipo de fonte utilizada, mas sim pelo tipo de perguntas que o historiador as faz, todo e qualquer documento deve ser devidamente criticado, questionado pelo historiador. Todo documento ou testemunho traz intenções, pontos de vistas, de acordo com o contexto histórico em que estão inseridos. Algumas fontes são de difícil acesso, leitura e interpretação. Porém, tais dificuldades não foram empecilho para realizar uma interpretação da melhor forma possível.

Conforme Le Goff (2012), a memória é preservada através de dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. O que sobrevive para a posteridade não é aquilo que existiu no passado, mas sim, uma escolha efetuada por aqueles que viveram naquele contexto ou pelos próprios historiadores. Essas fontes ou materiais de pesquisa podem apresentar-se sob a forma de monumento, herança do passado, e documento, à escolha do historiador. O documento, para o positivismo do século XIX/XX, é o fundamento do fato histórico, ainda

que resulte da escolha do historiador. Uma prova concreta, um testemunho escrito. Cabe ressaltar, porém, que não existe um documento-verdade. O historiador não pode fazer o papel de ingênuo, mas perceber isso analisando o mais detalhadamente possível, verificando quem produziu esses documentos, por quais motivos os produziu, em que condições e ainda, porque eles foram preservados até o presente. Em qualquer lugar, onde o ser humano passou, onde ele deixou sua marca, onde ele deixou rastros de sua existência, ali existe história. Os *Annales* (1929), preconizaram essa nova história, ampliando a noção de documento, não desconsideraram os documentos escritos, mas quando eles não existem, é preciso buscar outras fontes de pesquisa. Os fundadores dos *Annales* (a primeira geração, 1929-1949, composta por Marc Bloch e Lucien Febvre, inaugurou no campo historiográfico o conceito de história-problema), contestavam a chamada história política, narrativa e dos acontecimentos e iniciaram uma grande crítica à noção de documento. Esse documento não é um produto qualquer, e sim um produto da sociedade que o produziu, segundo as relações sociais daquele contexto histórico. O historiador escolhe o documento, extrai suas informações do passado, atribui a ele um valor de testemunho, que depende de sua posição na sociedade em que vive e da sociedade no qual os documentos se referem.

Essas mudanças deram novos rumos às pesquisas historiográficas, possibilitaram a ampliação para estudos sobre a relação do ser humano com o meio natural, incorporados a própria disciplina de História. Afinal, existe uma relação intrínseca entre a sociedade e o meio ambiente. Alguns pesquisadores foram pioneiros nessas questões, como Alfred Crosby (1993), Warren Dean (2004), Simon Schama (1996), Enrique Leff (2005), Clive Ponting (1995), Donald Worster (1991), que realizaram pesquisas com problemáticas socioambientais.

A pesquisa com esse tipo de documentação pode revelar descobertas inesperadas, impressionantes, inéditas, gratificantes, algo que pode mudar o rumo de interpretações anteriores e ser o alicerce para novas pesquisas. Conforme Bloch (2001), os historiadores precisam tomar cuidado para não fazerem falsas interpretações históricas e permitir o descrédito da história. Por isso, é preciso ter cuidado na coleta de informações, nos limites estabelecidos, nos recortes feitos, não deixar de lado dados diferentes do que se procura, pois estes podem revelar importantes informações a serem contempladas no trabalho. Para Farge (2011),

Em plena coleta, não há como dispensar informações, pois o importante é deter o conjunto de dados sobre a questão, naturalmente nos limites cronológicos e espaciais previamente estabelecidos. Em contrapartida, para selecionar o mesmo, o olhar não pode se impedir de se deter no diferente, pelo menos para saber se não há com o que se preocupar (2011, p. 66).

Os relatórios provinciais são extensos, com ortografia do século XIX. Primeiro foi preciso ler e transcrever o que julgamos pertinente ao objetivo da pesquisa, depois analisar e interpretar cada dado ali contido. Sempre tomando cuidado, pois, conforme Thompson (1981), existem inúmeras maneiras de escrever a história, muitas técnicas, muitas formas de investigação e análise. Todas com diferentes interpretações, com concordâncias e controvérsias. Por isso, a história sempre é passível de mudanças, de novas descobertas, de novas interpretações.

Analisamos o contexto histórico em que se deu a atuação político administrativa da Província do Paraná na região dos campos de Palmas. Não podemos focar especificamente num determinado tempo e espaço sem analisarmos o contexto histórico daquele momento. Devemos contextualizar a atualidade, para entender o porquê da atual situação da região em estudo. Devemos fazer uma ligação constante entre passado e presente, pois, “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente.” (BLOCH, 2001, p. 65)

No passado, o processo de ocupação dessas terras causou sérias consequências sociais, políticas, econômicas e ambientais que são sentidas ainda no presente. Na segunda metade do século XIX, o Brasil vivia os anos finais do Império, que embora se fizesse presente, não estabelecia políticas públicas governamentais de atuação eficientes na região.

Em 1853 a 5ª Comarca de São Paulo, Curitiba¹, foi desmembrada e se criou a Província do Paraná. Quando houve o desmembramento territorial que originou a Província do Paraná, esta herdou os antigos limites da Província de São Paulo.² Vasconsellos (1854) observa que: “ao Paranaã passou a provincia de S. Paulo a incerteza de seos limites por esse lado, e todos os inconvenientes annexos á hum tal estado de cousas” (1854, p. 83).³ Respaldando-se no princípio jurídico do *Uti-Possidetis*,⁴ a província paranaense justificava o

¹ A grafia foi mudando durante os anos, optamos por manter conforme encontramos nos documentos.

² Fundada em 1554, a Vila de São Paulo de Piratininga, possuía boa localização para o acesso ao interior. Os paulistas colaboraram para a expansão portuguesa ao adentrar os sertões, na busca de riquezas naturais e escravos.

³ Optamos por manter a grafia original das fontes, nas citações utilizadas, para dar mais legitimidade ao trabalho.

⁴ Pelo princípio jurídico do *Uti-Possidetis*, as terras deveriam pertencer àqueles que pacificamente nela ocupavam. Cf. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, “Fórmula diplomática que estabelece o direito dum país a um território, direito esse fundado na ocupação efetiva e prolongada, e independente de outro qualquer título”. FERREIRA, Mário Clemente. **O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

domínio sobre o território, no período de 1853 a 1916. É importante observar que essa faixa de terras era bastante indefinida: para uns era oeste catarinense, para outros, sudoeste do Paraná, campos de Palmas, planalto curitibano. Para a Argentina era a ‘região das *Misiones*’, e para outros ainda, podia ser simplesmente o sertão, terras de ninguém, sem leis.

Uma região distante das capitais dos três estados sulinos, isolada e sem os investimentos governamentais necessários para o bem estar e a segurança da população. Ao longo dos séculos passou por inúmeras situações de conflitos políticos pela posse e exploração da terra. No século XVIII, Portugal e Espanha disputaram o território, ocasionando a Guerra Guaranítica. No final do século XIX, Brasil e Argentina disputaram a região, no que ficou conhecido como A Questão de Palmas, arbitrada pelo então presidente dos Estados Unidos da América, Grover Cleveland, dando causa favorável ao Brasil. No século XX, os estados do Paraná e Santa Catarina se envolveram no conflito conhecido como a Guerra do Contestado, que foi intermediado pelo presidente Wenceslau Braz, um conflito muito além da questão de limites. Para Trevisol (2015):

Como toda região de fronteira, a precariedade de condições e a escassez de recursos foi uma constante. Distante das capitais e das prioridades, a região ficou privada de investimentos em rodovias, ferrovias, aeroportos, estrutura de comunicação, saúde, habitação, assistência social e educação. Privada dos direitos sociais elementares e relegada à própria sorte, a população foi obrigada a construir as suas próprias alternativas de solução (2015, p. 340-341).

Para pensar na composição dessa população é preciso levar em consideração o coletivo, homens e mulheres, caboclos, negros, indígenas, imigrantes, colonizadores, colonizados, exploradores e explorados; enfim, toda a população que estava inserida naquele contexto histórico. Uma população com características e culturas diferentes, muitas vezes antagônicas, uma população que vivia em harmonia, mas também, algumas vezes, em conflitos.

A vinda de imigrantes no final do século XIX, que fazia parte de um projeto nacional, causou impactos ambientais sem precedentes, principalmente em relação ao desmatamento e as queimadas, utilizadas em grande escala para limpar as terras para a prática agrícola e pecuária. Tudo isso visando lucros, sem levar em conta o bem estar, a vida e a sobrevivência de quem habitava essas terras a milhares de anos. Os habitantes nativos foram expulsos, muitas vezes mortos. As maiores mudanças no ambiente dessa região foram causadas, principalmente, por seres humanos, nesse caso, por seres humanos europeus, principalmente na questão do desmatamento. Carvalho (2010) observa que:

O processo de desmatamento da floresta com araucária ocorreu, grosso modo, desde o final do século XIX até o presente. Anteriormente a esse período, é de se supor, a floresta tinha sofrido poucas alterações provocadas pelos seres humanos, pelo menos em comparação a devastação desenfreada que ocorreu no século XX. Esse processo foi efetivado por basicamente três tipos de atividade humana: a expansão da agropecuária, a indústria madeireira e o uso da lenha para uso doméstico, ferrovias e uso industrial em geral (2010, p. 71).

Tendo em vista o exposto, resta então interpretar essa história, pois, “nada daquilo que alguma vez aconteceu deve ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 1992, p. 158). O presente trabalho intitulado: *Província do Paraná e a região dos Campos de Palmas: percepção do poder público sobre o meio natural numa área de fronteira (1853 – 1889)*, está estruturado em três capítulos.

Na seção “Às margens do estado: características de uma região de fronteira”, iniciamos fazendo uma caracterização da região em estudo, discutindo conceitos sobre limites, região e território. Contextualizamos a descoberta, ocupação, conquista e exploração da região dos campos de Palmas, que atualmente corresponde ao Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná. O povoamento dessa área de terras se deu através de suas riquezas naturais e pela busca da mão de obra indígena, dos animais de carga que através do caminho das tropas desenvolveram vários povoados e vilas, levando os bandeirantes paulistas a adentrarem no sertão. O meio natural ajuda a explicar o porquê de essa região ter uma ocupação oficial tão antiga.

Além disso, discorreremos sobre a configuração territorial e as estratégias de ocupação de uma região de fronteira, discutindo o conceito de fronteira, característica específica dessa região. Por ser uma região de fronteiras internacionais, os governos tinham cuidados para não perder essas terras, e as disputas se prolongaram por longos anos. Para ocupar e garantir a região fronteira, o governo paranaense fez algumas articulações a fim de evitar a invasão de outros países ou estados vizinhos. A indefinição de limites e as disputas territoriais geraram uma grande preocupação dos governos imperial e provincial em colonizar a região, a fim de garantir o território. Uma forma de fazer isso foi a criação de Colônias Militares, pensadas para fiscalizar e proteger a área fronteira, além do projeto de uma ferrovia que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul. Outra estratégia utilizada na época foi a produção cartográfica, vista também como uma forma de garantir o território. O investimento governamental nessas terras fronteiriças e com limites incertos, eram necessários para a exploração dos recursos naturais, marcando a presença estatal e garantindo o território através do princípio do *Uti-*

Possidetis. Também discorremos sobre o desmembramento da 5ª Comarca de São Paulo (Curitiba) e elevação da mesma à Província do Paraná.

Para finalizar a seção, fizemos também uma discussão sobre os sertões e a cultura cabocla, procuramos discutir a ideia errônea de que esses campos eram espaços vazios ou inabitados. Caracterizamos essa terra, chamada sertão, e a cultura e tradição de um povo que aprendeu a viver nessas terras isoladas, o caboclo. Durante muito tempo, tentou-se difundir a ideia de que os sertões seriam locais perigosos, com povos esparsos, incultos, violentos, com hábitos, costumes e tradições atrasados, povos não civilizados e sem religiosidade. Dessa forma, os habitantes desses sertões, foram ignorados pelo governo e pelo colonizador branco europeu, foram expulsos de suas terras com o processo de colonização. Isso aconteceu, também, porque o caboclo tinha uma cultura diferente do colonizador. Não se interessava por dinheiro, pois a natureza lhe oferecia tudo o que precisava para sobreviver.

Na seção “O interesse governamental pelas riquezas naturais: erva-mate, madeira e pecuária”, tratamos do interesse pelas riquezas naturais dos campos de Palmas e o desenvolvimento da pecuária como forma de marcar presença, de povoar e manter os limites territoriais. Nesse contexto, Palmas compreendia os campos de Palmas e o atual oeste de Santa Catarina, daí os termos Floresta Ombrófila Mista, Floresta Estacional Decidual e campos, ou seja, madeira, erva-mate e pecuária. Essa região tão longínqua e afastada do centro administrativo do país, era uma região com terras férteis, ricas em recursos naturais, pastos, madeira, erva-mate e animais. A erva-mate era muito utilizada pelos indígenas na preparação de chás e remédios, foi o principal produto de exportação da Província catarinense e paranaense no final do século XVIII e início do século XIX. Outro produto de extrema importância desde o início da colonização foi a madeira. Essas terras eram cobertas de densas florestas, árvores centenárias, com alto valor comercial. As florestas que antes eram consideradas locais perigosos, incultos, de difícil acesso, local da barbárie, tornaram-se um espaço para ser explorado economicamente. Para os governantes, a derrubada da floresta com a justificativa de praticar a pecuária e a agricultura, significava uma ocupação efetiva, o que garantiria a posse da terra. Além disso, a pecuária precisava de espaço, e aquelas florestas cobertas de araucárias, passaram a ser vistas como um espaço bom para a criação de gado e para a prática da agricultura.

Com o desenvolvimento e aperfeiçoamento da prática da agropecuária, houveram grandes mudanças nos hábitos e costumes dessa população. É importante frisar aqui que a pecuária foi a motivadora da colonização da região dos campos de Palmas. O comércio do gado em conjunto ao tropeirismo teve forte influência na formação e delimitação da região sul

brasileira. O comércio das tropas de gado era uma das principais atividades econômicas no Brasil Imperial, por isso tanto Santa Catarina como o Paraná, queriam obter o controle desses caminhos, pois era uma maneira de aumentar a arrecadação através da cobrança de impostos sobre o gado nos postos de arrecadação. Os tropeiros provocaram mudanças na estrutura social e cultural, pois traziam e levavam informações de diferentes locais, bem como, os mais variados produtos para comercialização.

Na próxima seção, “A percepção da província paranaense em relação ao meio natural da região dos campos de Palmas”, tentamos encontrar nos relatórios e mensagens provinciais, elementos que remetessem a uma preocupação com os recursos naturais, mas tendo em vista que era outro contexto. Partimos da obra *O homem e o mundo Natural*, do historiador inglês Keith Thomas (1988), onde analisa o período de 1500 a 1800 e investiga as transformações que os homens se depararam ao longo do tempo. Tratamos aqui da mudança no pensamento da sociedade da época, uma mudança na relação de tratamento e valorização dos animais e das matas. Durante muito tempo, a humanidade assistiu à eliminação de animais e plantas, pela questão da necessidade de sobrevivência ou por simples diversão. As florestas eram consideradas selvagens e hostis. O ser humano praticamente as destruiu em nome de um progresso idealizado naquele momento, muito mais do que em função da sobrevivência. Porém, com o passar do tempo, houve uma mudança de pensamento, passou-se a defender a ideia de plantar árvores e não de derrubá-las. O aprimoramento agrícola era necessário, econômica e moralmente, pois isso evitaria a matança de muitos animais. Esses fatos ocorreram no contexto europeu, mas seus reflexos também podem ser percebidos em outros continentes aonde o colonizador europeu chegou. O europeu conquistou novas terras e introduziu nas sociedades colonizadas seus hábitos, costumes e tradições. Nesse contexto, nessas terras também existia exageros e práticas violentas contra animais, e até mesmo contra as próprias pessoas em brigas que levavam a morte. Nessa região tão afastada e abandonada pelo poder público, os habitantes precisavam sobreviver a qualquer custo. Uma das maneiras de conseguir alimento era matando animais, as caçadas faziam parte de sua cultura, prática esta que levou a extinção de muitas espécies.

Analisamos também as dinâmicas de povoamento e a percepção do governo sobre o meio natural, procuramos mostrar as ações empreendidas pela província paranaense para desenvolver a região e que tipo de impactos ambientais essas ações causaram. Procuramos, também, perceber se existia, naquele momento, uma preocupação em relação a preservação da natureza. A geografia da região a que este estudo se dedica, influenciou muito os desdobramentos históricos que aconteceram ao longo dos séculos. A ideia de um Brasil rico,

com terras férteis, clima propício para a produção de diversas espécies vegetais e em especial, para a pecuária e a agricultura, com abundância de águas, foi descrita por muitos dentro e fora do país. Essas propagandas estimulavam a vinda de imigrantes. Portanto, não foram somente fatores políticos e econômicos que motivaram a imigração, mas também, senão principalmente, fatores ambientais. O meio natural era visto como uma alternativa ao lucro, através da exploração dos recursos naturais e também da prática da agricultura e da pecuária. O século XIX ainda foi no Brasil uma época em que a força animal e muscular humana, principalmente através do braço escravo africano, predominava sobre a força da máquina, trens e navios movidos a máquina a vapor, e por isso se tornava lógico e economicamente vital promover a colonização de uma região tão longínqua e afastada dos centros de população.

Entendemos ser importante, para uma próxima pesquisa, analisar outras fontes da época, fontes do período imperial, pesquisar e entender como era feito o rodízio dos presidentes, ver quem eram os presidentes, entender a vida de cada um e porque eram destinados para cada Província. Fica aqui como sugestão para uma pesquisa futura que com certeza contribuirá para entender o contexto histórico desse importante período da história brasileira.

2 ÀS MARGENS DO ESTADO: CARACTERÍSTICAS DE UMA REGIÃO DE FRONTEIRA

2.1 O REPOVOAMENTO E DOMÍNIO DA REGIÃO DOS CAMPOS DE PALMAS

Para iniciar esta seção e falar sobre o repovoamento da região dos campos de Palmas, é preciso fazer uma caracterização do espaço a que se atribui esse nome. Região com as quatro estações do ano bem definidas, com verões quentes e invernos rigorosos. Uma região rica em águas e com florestas compostas por árvores de alto valor comercial. O meio natural da região oeste catarinense e sudoeste do Paraná ajuda a explicar o porquê dessa região ter uma ocupação oficial tão antiga. Situada na zona temperada, com clima subtropical, a vegetação é bastante diversificada em função do clima e do relevo.

A geografia foi importante no processo de povoamento e na utilização econômica da região, pois contribui na explicação de como diferentes povos e regiões se adaptaram de maneiras tão diferentes. O meio natural influencia no processo de dominação e transformação social, onde uns povos dominam outros pelo fato de terem melhores condições de estruturação. “A história seguiu diferentes rumos para os diferentes povos devido às diferenças entre os ambientes em que viviam e não devido a diferenças biológicas entre os povos.” (DIAMOND, 2013, p. 15). Essa região tem características naturais específicas que contribuem para a interpretação da dominação e exploração sofrida pelos nativos.

As características geográficas básicas contribuíram para as diferenças de organização dos nativos. A produção de alimentos foi favorecida pela incorporação de animais e de técnicas em seu cultivo e preparo. As primeiras práticas agrícolas desenvolvidas pelo homem, não causaram danos tão graves ao meio ambiente se comparadas às práticas e técnicas agrícolas utilizadas na atualidade. Esses grupos humanos, praticantes da agricultura, tinham conhecimento de certas técnicas, sabiam as condições do clima, as melhores épocas para o plantio e a qualidade do solo. No continente americano, mais especificamente na América do Sul, existem estudos para tentar entender a vida e a cultura dos povos antigos, analisando seu cotidiano, suas técnicas de sobrevivência, a caça, a pesca, as práticas agrícolas e a criação de animais. Os estudos dos antepassados são possíveis graças a existência dos sítios arqueológicos, que são importantes fontes de estudos que ajudam a compreender a história da região. O patrimônio arqueológico é coordenado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional (IPHAN), conveniado ao Ministério da Cultura, que controla essas atividades em todo o país.

Conforme Carbonera (2011), as pesquisas arqueológicas no oeste catarinense tiveram mais ênfase no século XIX e XX. Muitos dos artefatos arqueológicos encontrados estão preservados no acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM) ou em alguns museus da região. No século XVI essas populações eram caçadas para trabalhar como mão de obra escrava no Brasil, Paraguai e Argentina. A ação europeia alterou a cultura desses povos (miscigenação), contribuindo para que alguns grupos até desaparecessem da região. O governo do Paraná tinha conhecimento aproximado da quantidade de indígenas que habitavam esse espaço. Para Rohan (1856):

A par dos esforços, que fazemos em prol da colonização, convêm, senhores, não nos esquecermos desses milheiros de selvagens, que, habitando os nossos sertões, partilham a sorte das feras, e são mais hostís que ellas. Segundo calculos, que não estão mui longe da verdade, orça-se em 10:000 o numero de selvagens contidos no territorio inculto da nossa província (1856, p. 49).

O governo sabia que esses povos dominavam técnicas de produção e criação em pequena escala, sabiam como sobreviver no meio natural hostil, caçavam e pescavam. “Estes indios occupão-se da criação de vacas, cavalos, porcos, e aves, tudo em pequena quantidade, e plantão feijão e milho, para o seu sustento. Sua industria fabril consiste em cestas, balaios, e alguns tecidos” (ROHAN, 1856, p. 54).

Uma fonte de alimento primordial para esses povos era o pinhão. Localizado nas regiões mais altas, onde predomina a floresta de araucárias, essas florestas facilitavam inclusive a caça, pois muitos animais também se alimentavam da fruta. O pinhão “tinha uma outra consequência indireta positiva para os indígenas, pois a população de animais selvagens aumentava conforme a disponibilidade das sementes de araucária, o que significava uma ampla possibilidade de caçar animais” (CARVALHO, 2010, p. 48). Essas árvores, tempos mais tarde, se tornaram símbolo da cobiça e da ganância de alguns grupos humanos. Milhares de árvores foram devoradas pelas inúmeras serrarias que se instalaram em locais estratégicos de extração. Florestas densas, clima propício, chuvas bem distribuídas, terras férteis favoreciam a sobrevivência nessas terras. A maioria dos vestígios encontrados é de povos pescadores e caçadores, principalmente nas margens do rio Uruguai, bem como, atividades agropastoris com cultivo de milho, feijão e criação de animais.

Os índios Kaingang e Guarani viviam aos milhares nessas terras e, no século XIX, o governo paranaense pretendia reuni-los em aldeamentos, provocando uma aculturação com

fins produtivos. Para o governo, esta era uma atitude favorável, mantendo os nativos aldeados, seria mais fácil controlá-los e dominá-los, além de garantir a segurança dos não índios. Vasconcellos (1854) observava que:

He huma desgraça, mas a verdade obriga-me a dizer-vos que, esta provincia, onde os indios selvagens aos milhares (a camara municipal de Guarapuava avalia em mais de 10 mil os que percorrem os sertões do Paranã) habitão o territorio de certos municipios, onde no districto dos Ambrozios, 12 legoas pouco mais ou menos desta cidade, os indigenas ameação a segurança da gente civilisada, não existe hum aldeamento regular! (1854, p. 60).

Os locais destinados para os aldeamentos eram escolhidos por comissões de demarcação de terras. Para o governo, quanto mais aldeamentos tivessem, mais terra livre teria para o processo de colonização. Para os nativos esse fato não foi bom, pois foram expulsos de suas terras e recolocados em locais que muitas vezes, desconheciam e, tendo que conviver com grupos até mesmo rivais:

O governo encarregou a comissão da colonia militar do Chapecó de escolher um local apropriado para aldear os índios do municipio de Palmas. Neste intuito o chefe já reclamou as providências necessárias e aguarda a determinação dos principaes trabalhos da comissão para dar começo a um grande aldeamento nas Formigas, fundindo em um só os tres toldos existentes (DE OLIVEIRA, 1884, p. 31).

Foram esses grupos indígenas que constituíram a região dos campos de Palmas. O nome Palmas, remonta sua origem devido à grande quantidade de palmeiras e butiazeiros existentes na época na região. Em contato com a Biblioteca pública de Palmas no Paraná, obtivemos informações de que existiam em grande quantidade palmeiras e butiazeiros nesses campos. Porém, não possuem documentos que comprove exatamente qual era a espécie da palmeira existente naquela época, que teria dado origem ao nome da cidade. “O nome de Palmas, dado aqueles Campos ao sul de Guarapuava, conforme Bandeira, teria sido dado pelo próprio Atanagildo Pinto Martins, em vista da grande quantidade de butiás que se encontravam.” (BRANDT, 2017, p. 182).

Depois do reconhecimento da região, São Paulo organizou várias expedições para explorar e ocupar essas terras, preocupado com as fronteiras. A atuação dos bandeirantes fazia parte da política portuguesa de ocupação das áreas fronteiriças, a fim de garantir a ocupação definitiva. Portugal pretendia desenvolver o comércio e povoar essas terras para garantir o território português e controlar ou dominar as populações indígenas, além de extrair as riquezas do meio natural para aumentar seus lucros. Dentre essas expedições, podemos

destacar a de Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que tinha por objetivo o conhecimento, exploração e povoação dos campos de Guarapuava. Cada expedição proporcionava ao governo maior conhecimento sobre a região e, conhecer a região e demarcá-la era uma forma de garanti-la. “Assim, em 1809, Diogo Pinto de Azevedo Portugal foi nomeado pelo governo de São Paulo para liderar uma bandeira povoadora dos Campos de Guarapuava, partindo no mesmo ano com cerca de trezentas pessoas para ocupar a região.” (BRANDT, 2012, p. 63-64). Essas expedições eram extremamente importantes para o governo, pois era através delas que as terras mais distantes eram conhecidas, demarcadas, exploradas e passavam a fazer parte do domínio estatal. As expedições eram missões perigosas, mas o governo incentivava os mais encorajados a enfrentar o medo do desconhecido, os perigos da floresta, além das lendas e superstições da época. Muitos desses homens buscavam melhores condições de vida e reconhecimento.

Conforme Bavaresco (2005), a descoberta dos campos de Palmas em 1837, oficializado na lei de 16 de março daquele ano, possibilitou o estabelecimento de fazendeiros na região. Com o passar do tempo, o governo provincial tentou melhorar a infraestrutura da região, melhorou os caminhos, explorou os melhores locais para a construção de estradas afim de facilitar o comércio do gado das Missões. A abertura de estradas era fundamental para melhorar a comunicação e o transporte entre essas regiões, pois, um dos principais problemas relatados pelos presidentes de Província era a precariedade das vias de comunicação, o que prejudicava o desenvolvimento.

Os campos de Palmas foi uma região brasileira caracterizada por conflitos e disputas. Uma faixa de terra situada entre os rios Uruguai e Iguçu, com limites a Oeste pelos rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu e à Leste pelos rios Chapecó e Jangada, com aproximadamente 40.000 km² de área. Uma região em que era de extrema importância afirmar o *Uti-Possidetis* para garantir o território e, uma maneira de se fazer isso era a criação de municípios:

A criação do município de Palmas através da Lei n.º 484, de 13 de abril de 1877 foi fundamental para a expansão da colonização no Paraná provincial, sendo que por meio dessa lei também era criada a vila do Senhor Bom Jesus da Coluna dos Campos de Palmas. No contexto das disputas de limites territoriais, a organização municipal era considerada extremamente importante pelas elites provinciais, devido à necessidade de afirmar o *uti possidetis* paranaense. Dessa forma, a criação do município de Palmas poderia ser decisiva, segundo as elites, para a consolidação do domínio territorial (PETROLI, 2018, p. 235-236).

A criação de um município significava a posse territorial nacional sobre uma região. Bavaresco (2005) observa que “o termo região é derivado do latim *régio*, referindo-se à

unidade político territorial. A raiz do termo *região* está no verbo *regere*, governar, atribuindo à região uma conotação política” (2005, p. 37). Bourdieu (1998) considera que “a região é um espaço construído historicamente e não uma extensão bruta, objetiva e natural” (1998, p. 115). O termo região não é algo preciso, ele vai além de um espaço geográfico, indica um espaço físico e humano que interage e produz uma característica específica de vida. Pertencer à determinada região é fazer parte de um conjunto de elementos sociais, culturais, econômicos, ambientais e políticos daquele local e daquele contexto. A política do espaço, as formas de ocupação e delimitação do território, são fundamentais na constituição da soberania e na formação da identidade nacional.

O “Território - *territorium* em latim – no sentido etimológico deriva do termo latino terra: terra somado ao sufixo *torium* é o substantivo que designa o lugar da terra, ou espaço terrestre localizado” (BAVARESCO, 2005, p. 26). A expressão território está relacionada às relações de poder, às decisões políticas, à presença governamental. Um território pode ser formado a partir de uma pressão política estatal, militar, jurídica, colocando grupos humanos dentro dele para garanti-lo e demarcá-lo. Um território pode ser formado de forma pacífica ou violenta.

A região dos campos de Palmas demorou para ter seus limites definidos. Essa indefinição de limites durou até 1916, quando se deu o acordo entre Paraná e Santa Catarina e a questão territorial foi resolvida. Porém, mesmo assim, essa região permanecia praticamente sem o aporte governamental necessário para proporcionar segurança e instrução para a população. “Nesse sentido o território é também uma construção política, que deve ser reiterada por meio de pactos e disputas sociais” (MORAES, 2000, p. 22). As fronteiras territoriais são construções diplomáticas, envolvendo diversos interesses. Muitas vezes quem define os limites territoriais, podem ser pessoas que na prática desconhecem a referida região. Kern (2016) observa que:

Os limites políticos estabelecidos nas mesas de negociação, portanto, são uma construção intelectual de diplomatas e cartógrafos, elaborada sobre mapas por estes representantes oficiais das sociedades envolvidas. Neste sentido, como nos alerta a história, não existem “fronteiras naturais”. Os limites foram definidos e diversos acidentes geográficos foram escolhidos cuidadosa e racionalmente pelas comissões presentes, após as negociações necessárias. Neste sentido, eles são artificiais e construídos, pois eles somente existem desenhados nos mapas elaborados para as finalidades do tratado de limites (2016, p. 12).

Conforme Bavaresco (2005), o povoamento dessa área de terras se deu em etapas, iniciado no século XVII. A busca do ouro e de outras riquezas, a busca pela mão de obra

indígena, a busca por animais de carga que através do caminho das tropas desenvolveu vários povoados e vilas, levou os bandeirantes paulistas a adentrarem no sertão. Com isso, povoaram-se os campos de Guarapuava e Palmas e definiram-se as fronteiras com o Paraguai e a Argentina. “Neste contexto, teremos como postura do governo brasileiro o incentivo a uma política de ocupação do espaço, pois é pelo *Uti Possidetis* que se tenta garantir a posse territorial no embate externo” (MAKOWSKI, 2002, p. 92). A ocupação desses campos está relacionada as disputas territoriais entre os dois países, é uma herança colonial onde Portugal e Espanha já haviam disputado. O que estava em jogo na questão de limites, não era apenas separar ou dividir, mas também, construir uma unidade territorial, garantir a formação política e a incorporação de uma grande área de terras.

A defesa e o domínio das fronteiras sempre foi uma preocupação dos governos provinciais e do próprio Imperador no século XIX. Essa preocupação se baseava na manutenção dos limites e na possibilidade de extrair as riquezas que esse solo possuía. Um exemplo disso foram as disputas territoriais entre Brasil e Argentina na chamada Questão de Palmas. Não houve um desentendimento grave entre eles, buscaram-se meios de solução pacífica, onde foi resolvido por sentença arbitral do presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland em 05 de fevereiro de 1895. Essas disputas e indefinições são oriundas de outros tratados entre Portugal e Espanha, o Tratado de Madri em 1750, o Tratado de El Pardo em 1761, o Tratado de Santo Ildefonso em 1777, onde nunca as fronteiras foram bem demarcadas.

A região dos campos de Palmas estava dentro do território pretendido pela Argentina e pelo Brasil, eram considerados naquela época, espaços vazios, pouco vinculados a esses países e com ausência de estrutura político governamental, sem administração e controle. Em muitos mapas (até 1940), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - não considerava os núcleos populacionais nativos, construindo assim mapas com espaços chamados vazios ou desabitados, sertões prontos para serem povoados. A palavra sertão, expressão construída pelos portugueses durante todo o processo de colonização e exploração dessa região, passou “a assumir sentidos negativos dentro do processo colonizador, expressando o medo e o receio de um espaço, vasto, desconhecido, ainda não humanizado ou pouco habitado” (BRANDT, 2017, p. 34). Os sertões desconhecidos e inexplorados precisavam ser conquistados, grandes áreas de terra repletas de riquezas naturais, florestas com árvores valiosas, campos e pastos favoráveis a criação de animais, áreas com terras propícias para a prática da agricultura e, sendo assim, o governo criou estratégias para ocupar

e explorar a região fronteira. A configuração do território da Província se deu devido a essas estratégias de ocupação promovidas pelo governo.

2.2 CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL: ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO DE UMA REGIÃO DE FRONTEIRA

Para iniciar este subcapítulo, onde trataremos das estratégias governamentais de ocupação dessa região, considerada inóspita, desabitada e perigosa, área de divisa com outros países que também a cobiçava, se torna importante discutir o que se entende por uma região de fronteira. A fronteira representa os limites entre dois Estados, determina o território de cada um deles, é uma espécie de barreira que impede a atuação política estrangeira.

De acordo com Fábio Aristimunho Vargas (2017), essa concepção militarista de fronteira, com base no território, está vinculada a ideia de segurança política e territorial, de proteção ao ataque de um suposto país ou estado vizinho. A região em estudo teve uma configuração territorial com características específicas, baseada em conflitos sociais e políticos, em acordos e negociações diplomáticas, até obter as configurações atuais. Por ser uma região de fronteiras internacionais, os governos tinham cuidados para não perder essas terras e as disputas se prolongaram por longos anos.

As fronteiras também pressupõem limites. O limite é uma linha política precisa entre fronteiras, um tratado. Porém, esse limite não significa uma fronteira, pois se dão relações e intercâmbios, enquanto que os limites são definidos através de uma decisão política. A fronteira pode ser uma faixa de confrontos e disputas, mas também de relações sociais, religiosas, culturais e econômicas. É o ponto de contato entre povos que estão, politicamente, divididos ou separados pelos limites. Fronteira e limite não significam a mesma coisa, o limite é uma linha e a fronteira é uma zona, um espaço maior. Flores e Serpa (1999) pontuam que:

Na delimitação de fronteira, a língua, o habitat, a realidade social, tanto quanto as classificações mais *naturais*, apoiam-se em traços que não têm nada de natural, sendo, em ampla medida, o produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior de relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. A fronteira, este produto de um ato jurídico e diplomático de delimitação, tanto produz a diferença cultural quanto é por ela produzida (1999, p. 217).

Existem diversos tipos de fronteira. Elas podem ser terrestres, (secas, fluviais e lacustres), ou marítimas. Elas podem ser artificiais, criadas pela ação do ser humano, ou

naturais, criadas por acidentes geográficos. Porém, a fronteira, não é de forma alguma somente, uma fronteira geográfica. O ambiente geográfico não é o que determina uma linha de fronteira, ele pode até contribuir para essa divisão, mas não é o fator determinante, pois foi pensado politicamente para servir de divisão. Além disso, essa fronteira, não pode ser compreendida simplesmente como uma fronteira de limites territoriais, mas sim “Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização [...] fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*” (MARTINS, 1997, p. 11).

As fronteiras são construções humanas, são construções políticas, elas podem aproximar ou separar pessoas, podem integrar ou gerar rivalidades entre grupos que, podem ser aliados em um determinado momento e em outro podem simplesmente serem inimigos. Podem ocorrer conflitos gerados por questões políticas, por disputas territoriais ou pelo controle e domínio da região e do que há em cima dela. As fronteiras não limitam, nem separam. Os grupos sociais fronteiriços podem ter culturas e identidades diferentes, mas misturam-se. A fronteira não significa uma divisão, ali muitas pessoas podem conviver harmoniosa ou conflituosamente, trocam culturas, ideias e expressões, ou guerreiam.

As fronteiras também podem ser ambientais, pois o meio ambiente, as paisagens naturais, os acidentes geográficos, podem ser marcos de fronteira. “Populações e paisagens não apenas agem e reagem umas sobre as outras, mas os homens igualmente constroem modos de vida adaptados a elas, criando fronteiras ambientais” (KERN, 2016, p. 15). Ainda hoje, a faixa de fronteira brasileira é considerada de suma importância para a defesa e proteção do território, além de ser uma grande área com terras produtivas e riquezas naturais, abrangendo, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, uma área de 150 km de largura. Vargas (2017) pontua que:

Assim, a faixa de fronteira do Brasil se estabelece ao longo dos 15.719 km de linha de fronteira, passando por onze unidades da Federação e quinhentos e oitenta e oito municípios. Com uma área que corresponde a 27% do território nacional, a faixa de fronteira confina com dez países da América do Sul e reúne uma população de cerca de dez milhões de habitantes, o que corresponde a cerca de 5% da população brasileira. Regida pela Constituição Federal de 1988 e pela legislação ordinária, a faixa de fronteira brasileira é considerada fundamental para assegurar a soberania nacional, propiciar defesa, manter o controle e promover o desenvolvimento de uma zona territorial periférica, distanciada dos principais centros decisórios do país. Embora apresente baixa densidade demográfica, a faixa de fronteira representa uma diversidade social, econômica, cultural e ambiental ímpar, não referida na Constituição brasileira (2017, p. 539).

O sul brasileiro, por muito tempo, foi uma região com limites indefinidos, uma região de conflitos nacionais e internacionais. A proximidade com o território ocupado pelos espanhóis provocava um clima de tensão na região. Portanto, sempre se teve a preocupação de conquistar e expandir as fronteiras, principalmente com o objetivo de evitar possíveis ataques ou invasões de países vizinhos. Essas medidas eram feitas através de explorações organizadas pelos governos, que contavam com a ajuda de aventureiros que saíam em busca de melhores condições de vida em terras desconhecidas. Porém, as explorações eram muito perigosas e difíceis de serem realizadas. “Realizar explorações e abrir caminhos fronteira adentro, em meados do século XIX, continuava a ser uma tarefa árdua e lenta” (MYSKIW, 2011, p. 76).

A província de São Paulo tinha dificuldades em administrar o imenso território do qual era detentora. “Na primeira metade do século XIX, a Província de São Paulo estendia-se na sua parte meridional até o Rio Uruguai, o qual a limitava com a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul” (WACHOWICZ, 1995, p. 189). Para entender como se constituiu e se configurou a Província do Paraná, torna-se necessário falar sobre o desmembramento de parte do território paulista para a criação da Província de Santa Catarina em 1738. O mesmo acontece tempos mais tarde, em 1853, quando se dá o desmembramento de mais uma parte do território paulista para a criação da Província do Paraná que também passa a defender a região a Sudoeste. Nesse processo, a questão dos limites nunca ficou bem esclarecida.

A província de Santa Catarina tinha seus limites territoriais restritos a costa do Oceano Atlântico, sua população estava concentrada naquela região, onde o comércio também era mais intenso. Até meados do século XIX, toda a extensa área de terras que corresponde ao Oeste catarinense e Sudoeste paranaense, estava sob jurisdição da Província de São Paulo. O limite da Província de Santa Catarina, naquele período, se limitava a Ilha. O sertão a Oeste fazia parte da Província de São Paulo até 1853 quando houve o desmembramento da 5ª Comarca de São Paulo – Curitiba – e elevação desta a categoria de Província do Paraná:

A Lei de 29 de Agosto de 1853, da Assembléa Geral Legislativa do Império destacou da Província de S. Paulo a comarca de Curitiba, erigindo-a em Província com o nome de Paraná. Desde então Palmas e seu território ficaram sob a dependência do Governo Provincial do Paraná e a Província de Santa Catharina passou a reclamar do Paraná o território ao Sul do Iguazu e a Leste de S. Antônio e Pepiry-Guaçú, que antes reclamava de S. Paulo (PARANÁ. Supremo Tribunal Federal: Questão de Limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, 1906, p. 742).

A emancipação aconteceu por meio da Lei n. 704 de 29 de agosto de 1853, onde no artigo 1º elevava a Comarca de Curitiba, na Província de São Paulo, à Província do Paraná.

Esse desmembramento se deve também ao fato de existir a possibilidade de invasão de países vizinhos em território brasileiro e, como essa era uma região longínqua e de difícil acesso, era melhor para São Paulo, desmembrá-la. Era importante para o Império brasileiro delimitar e proteger os limites territoriais e, essa foi uma atitude para proteger o território. O primeiro presidente da recém-criada Província foi Zacarias de Góes e Vasconcellos, político que colaborou para que Curitiba fosse a sede provincial:

As razões, porque o alvará de 19 de fevereiro de 1812 determinou que a Curityba fosse cabeça de comarca e residencia dos ouvidores, perdendo Paranaguá essa prerrogativa, de que até então gozára, isto he: “ser a Curityba, mais central e bastantemente populosa” procedem hoje igualmente, reforçadas por outras, para combater os designios, que Paranaguá, ou qualquer município do littoral, possa ter de supplantar esta cidade na disputada preferência para sede do governo da província (VASCONCELLOS, 1854, p. 9).

O presidente da província paranaense criou condições para que a vila de Curitiba prosperasse e, transformou a Comarca em sede de governo, possibilitando as condições necessárias ao funcionamento do aparato político administrativo. Foi considerado o fundador do Paraná. Conforme Petrolí (2018), o estabelecimento dessa Província ao Sul, contribuiria no processo de demarcação das fronteiras internacionais, levando em consideração todo o aparato administrativo que seria efetuado pelo governo provincial. O Império não tinha como marcar presença em todo o território brasileiro, e a emancipação da Comarca fortaleceria, segundo os Parlamentares, a unidade do Brasil.

Com a elevação da Comarca de Curityba à Província do Paraná, acabou a interferência de São Paulo na questão de limites com Santa Catarina, passando a responsabilidade e as dúvidas sobre os limites dessa região para a nova Província. Sendo assim, na perspectiva dos governadores paranaenses, que se consideravam herdeiros dos territórios antes pertencentes a São Paulo, a região que hoje é o Oeste catarinense constituía parte do Sudoeste do Paraná. Para os governantes catarinenses, a referida região, terras a Oeste, havia sido usurpada pelos paulistas desde 22 de maio de 1771, quando Antônio Corrêia Pinto (capitão-mor regente do sertão de Curitiba), por ordem do governador de São Paulo, Dom Luiz Antônio Botelho Mourão (Morgado de Mateus), fundou a Vila de Lages em cima da serra e, portanto, as pretensões paranaenses por esse espaço eram infundadas.

A província de São Paulo administrava uma imensa área de terras e em grande parte praticamente desconhecida, o que dificultava sua jurisdição. A própria Vila de Lages foi fundada pelos paulistas para facilitar a administração, ela servia de ponto de descanso para os tropeiros que vinham do Sul, mas, sobretudo, para marcar a presença paulista na região,

garantindo suas posses. “A vila de Lages foi fundada com o intuito de dar apoio aos tropeiros que se utilizavam do caminho Sorocaba (SP) – Viamão (RS) e de marcar o domínio paulista na região sul da colônia” (BRÜGGEMANN, 2008, p. 27). Lages estava, de certa forma, isolada no sertão, porém, foi dela que partiram os pioneiros com expedições sertão adentro para realizar as mais diversas explorações, nessas terras longínquas e fronteiriças.

Devido às inúmeras dificuldades e ao tamanho do território a ser tutelado pela Província de São Paulo, algumas alterações foram efetuadas na configuração territorial desse espaço. Com o intuito de melhor administrar e explorar os recursos naturais dessa terra, em 1820, Lages foi incorporada à Santa Catarina e em 1853 a 5ª Comarca de Curitiba foi elevada à Província do Paraná. Essas iniciativas diminuíram consideravelmente o território paulista, e permitiram a São Paulo focar sua jurisdição em uma área mais restrita, facilitando a administração e se livrando das questões de limites com os governos vizinhos:

Em 1820, pelo Alvará de 9 de setembro, El Rei houve por bem “desanexar a mencionada Vila de Lages e todo o seu Termo da Província de São Paulo e incorporá-la na Capitania de Santa Catarina a cujo govêrno ficará d’ora em diante sujeita”. A razão que levou a Metrópole a restituir Lages ao Govêrno de Santa Catarina foi “por ser a dita Vila a mais meridional das da Província de São Paulo e pela grande distância em que se acha da capital” (CABRAL, 1994, p. 311).

A partir daí, além do litoral, o planalto também compõe o solo catarinense. Entretanto, essa medida governamental não melhorou a ligação entre o planalto e o litoral. Faltavam vias de comunicação, estradas, pontes, infraestrutura básica. Isso dificultava o comércio, o desenvolvimento agrícola e a circulação de pessoas. O pensamento da época era que essa era uma região de muitos perigos, mata fechada, animais ferozes, o ataque dos indígenas, além de lendas e crenças sobrenaturais.

Esse processo de reconfiguração de territórios trouxe muitas mudanças que foram além dos limites fronteiriços, pois envolveram também as pessoas que habitavam essas terras. Nesse contexto, vários elementos ficaram mal resolvidos, como por exemplo, a questão dos limites entre as províncias de São Paulo e Santa Catarina. Com a elevação da 5ª Comarca de São Paulo - Curitiba - à Província do Paraná, São Paulo passou todo o problema dos limites para a nova Província, fazendo com que Santa Catarina e Paraná disputassem durante muito tempo à jurisdição da região que corresponde hoje ao Oeste catarinense e parte do Sudoeste do Paraná. O litígio entre as duas províncias se prolongou por toda a segunda metade do século XIX, acirrando-se no período republicano. A disputa acabou gerando uma guerra (Guerra do Contestado) que dizimou milhares de vidas e causou um prejuízo muito grande

tanto para o Paraná, quanto para Santa Catarina. O litígio só foi resolvido em 20 de outubro de 1916 com um acordo assinado no Palácio do Catete no Rio de Janeiro, intermediado pelo então presidente da República Wenceslau Braz, onde as terras foram divididas, ficando aproximadamente 28.000 km² para Santa Catarina e 20.000 km² para o Paraná.

Através da análise dos relatórios provinciais, percebemos que o governo da Província paranaense, para consolidar a posse sobre essas terras, tentou melhorar as condições de estradas e pontes, desenvolver o comércio, explorar os recursos naturais na região, criar instituições públicas como escolas e igrejas, melhorar a força policial, investir em estações fiscais para a arrecadação de impostos e enfrentamento do contrabando, dentre outros. Outra estratégia para ampliar os limites territoriais e conquistar novos espaços, era a organização de expedições militares para fazer a exploração da região. As expedições proporcionavam ao governo o conhecimento detalhado da terra, permitindo a ele planejar ações e decidir onde e como implantar os postos militares. Para garantir os limites territoriais e manter suas fronteiras, o Estado precisa conhecer o território sob sua autoridade “... o conhecimento do território é, indissociavelmente, uma produção do território” (REVEL, 1989, p. 104). Essas ações políticas e militares ajudavam os pioneiros a avançarem para dentro do sertão desconhecido, conquistando novas terras, explorando suas riquezas naturais e expandindo fronteiras. Na Província do Paraná, por exemplo, os presidentes organizaram expedições com o objetivo de explorar o espaço e demarcar suas fronteiras:

No ano de 1886, quando Alfredo d’Escragnolle Taunay, Presidente da província do Paraná, empreendeu uma viagem de reconhecimento de mais de 150 léguas em direção ao oeste da região sob sua administração [...] dirigiu-se à Vila de Porto União da Vitória, depois rumou mais um pouco a oeste, na direção da Vila de Palmas, agora em território litigioso, que o Império do Brasil disputava com a República da Argentina (MACHADO, 2008, p. 281).

Muitos anos depois, o Governador de Santa Catarina, Adolfo Konder, também empreendeu uma viagem ao extremo Oeste do Estado. “A tentativa oficial de incorporação da região ao estado e à nação ocorreu em 1929, na chamada Bandeira de Konder, quando o então Presidente do Estado deslocou-se para nacionalizar o Oeste. Pretendia a conquista, se não de terras, pelo menos de populações” (RENK, 2004, p. 26). Através dessas expedições pelo território, tornava-se possível aos governantes provar sua força e efetivar o domínio político administrativo, satisfazendo pedidos e anseios locais e nacionais. “Quando se desloca, o rei delimita o seu território. Faz o seu reino existir e toma posse dele” (REVEL, 1989, p. 109).

Nessas expedições era comum o encontro com grupos indígenas. As Províncias do Sul do Império brasileiro queriam assegurar seus limites e garantir o território para poder explorá-lo. Para isso, precisavam estabelecer parcerias com lideranças indígenas, para lhes proporcionar segurança. Isto se dava pelo medo que existia dos povos nativos, povos que há séculos habitavam esses campos e matas. Dentre as lideranças locais, podemos destacar os índios Condá e Viri. “Tais alianças foram imprescindíveis para os paulistas nos anos 1840 – e, após 1853, para os paranaenses – na busca pela afirmação do *uti possidetis* via desenvolvimento da atividade do gado (criação, invernagem e tropeirismo)” (PETROLI, 2018, p. 5). Como exemplo dessas parcerias, Bavaresco (2005) relata a importância da abertura de estradas para o trânsito das tropas, que contava com a colaboração dos índios:

Ficou a cargo da Província de São Paulo abrir o picadão que fizesse a ligação com o Rio Grande do Sul. Para este trabalho foi destacado o Alferes Francisco Ferreira da Rocha Loures, que contou ainda com a colaboração de Condá, líder de uma tribo Kaingang. [...] Essa estrada seria de grande importância para o trânsito das tropas. (2005, p. 40).

As terras do planalto meridional eram habitadas por muitos povos indígenas, e dentre eles, os comandados pelo capitão dos indígenas Kaingang, Vitorino Condá. Essa tribo prestou inúmeros serviços ao governo, sempre negociados através desse líder, que em 1870 veio a falecer. “O cacique Victorino Condá, chefe dos índios mansos aldeados em Palmas, e a quem se abonava a gratificação de 30\$000 mensaes pelos bons serviços que prestava, faleceu no dia 25 de Maio findo.” (LEÃO, 1870, p. 19). Esses povos viveram nessas terras por muitos anos, viviam da caça, da pesca, coleta de frutos e raízes, povos com características e culturas próprias. Com eles, formou-se através da miscigenação, uma numerosa população cabocla. O governo os usava para garantir a segurança dos grupos aliados ao governo e dos imigrantes:

Em Palmas há dous bandos de indios mansos, o primeiro governado pelo capitão Victorino Condá, está arranchado no Xapecó, o segundo que obedece ao cacique Viry aquartela-se nas immediações da freguesia. Occupam-se quando são chamados nos trabalhos das estradas, fora disso vivem na mais completa ociosidade; mas são considerados pelos moradores do districto como necessarios á segurança, sempre ameaçada pelos indios bravos (MATTOS, 1858, p. 24)

A abertura de estradas era extremamente necessária para facilitar a comunicação e o transporte, além de mostrar a presença do Estado nas terras longínquas. Esses campos estavam a Sudoeste de Guarapuava, propícios para a criação de gado, e também era rota de comércio entre São Paulo e o Sul do Brasil. No relatório do presidente da Província do Paraná

de 1854, percebemos a preocupação com as estradas. Nessa visão, a agricultura, o comércio e a atração de imigrantes só seriam possíveis se existissem estradas em boas condições:

A primeira necessidade dessa provincia he, decididamente, o melhoramento de suas vias de comunicação.

A lavoura, tão atrasada, como a descrevemos, não póde alar, o commercio não póde desenvolver-se, em quanto as estradas se conservarem como estão, e o anhelos de attrahir, aos excellentes terrenos da provincia, colonos europêos em certa escala, encontra forte resistencia no estado deploravel das vias actuaes de comunicação, onde não póde rodar hum carro, e tudo se transporta, mal e mui dispendiosamente, em costas de animaes (VASCONCELLOS, 1854, p. 86).

O investimento governamental nessas terras fronteiriças e com limites incertos, sendo em segurança, estradas e pontes, construção de igrejas e cemitérios, postos de arrecadação, dentre outros, eram extremamente necessários para a comunicação e o tráfego de pessoas, informações e produtos, para o mapeamento e conhecimento da região e, conseqüentemente a exploração dos recursos naturais como a erva-mate e a madeira, bem como, a prática da agricultura e da pecuária, marcando a presença estatal e garantindo o *Uti-Possidetis*. Os governos provinciais sabiam que a perda da região dos campos de Palmas significava perder, além das riquezas naturais, um amplo espaço em que se poderia praticar a pecuária e a agricultura, garantindo bons lucros.

A indefinição de limites e as disputas territoriais, entre os países vizinhos e entre os próprios estados sulinos do Império, geraram grande preocupação dos governos em colonizar a região. Uma forma de fazer isso foi a criação de Colônias Militares em pontos estratégicos, pensadas para garantir a posse desse território, para fiscalizar, proteger e aumentar a área fronteiriça, com o auxílio dos militares e dos colonos para explorar terras, rios e matas, produzir e comercializar, além de oferecer segurança aos comerciantes e viajantes.

Devido a insegurança dos limites, o Imperador D. Pedro II ordenou a fundação de duas colônias militares, para marcar presença e defender a região de uma possível ocupação argentina. Naquele momento, ainda havia interpretações contraditórias dos Tratados de Madri e de Santo Ildefonso, que deveriam ter definido os limites entre os países:

Dou-vos a agradável noticia de que, por decreto n. 2502 de 16 de Novembro ultimo, foram creadas mais duas colônias militares n'esta província, ao occidente dos rios Xapecó e Xopim...

São destinadas á defesa da fronteira, á proteçãõ dos habitantes dos campos de Palmas, Erê, Chagú e Guarapuava, contra a incursãõ dos índios; e também para chamal-os [...] á civilizaçãõ (CARDOSO, 1860, p. 67).

Procurando pór em execução o Decreto n. 2502 de 16 de Novembro de 1859, era meu fim não só conseguir a proteção de vida aos fazendeiros daquelas regiões, assegurando-lhes as vidas e propriedades contra os continuados assaltos do selvagem; como preparar a defesa da fronteira, para as bandas do Paraguay e da Confederação Argentina (FLEURY, 1865, p. 35).

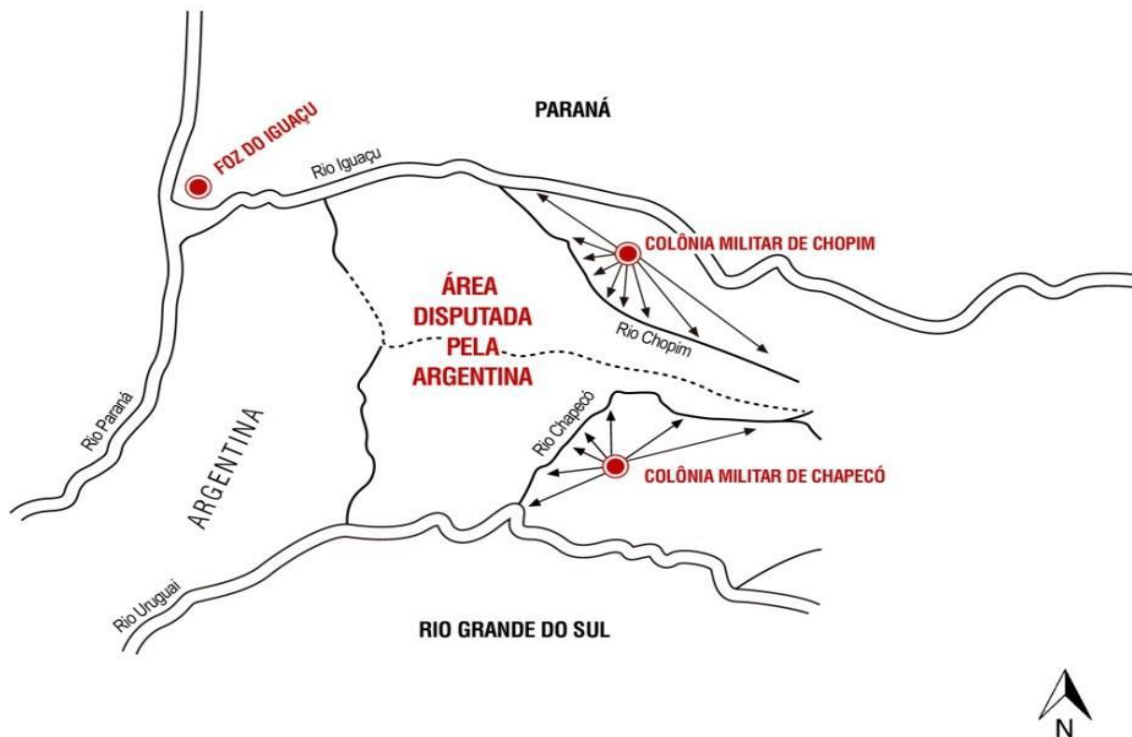
As colônias militares serviam de ponto de apoio para operações militares, ponto de abastecimento, armazém e repouso. As colônias iniciaram um processo de povoamento, cultivo e exploração das riquezas naturais. A instalação dessas duas Colônias Militares tinha por objetivo proteger as fronteiras brasileiras contra uma investida argentina de ocupação e também promover povoações agrícolas e pecuárias. Quanto à escolha do local para a instalação das colônias, se levou em consideração: “Solo fértil, água potável, salubridade (ar puro, umidade, sol) e rios navegáveis eram critérios importantes a serem seguidos quando da escolha do local para a instalação da Colônia Militar, levando-se em consideração as peculiaridades de cada região” (MYSKIW e VENSON, 2018, p. 5). A Colônia Militar de Chapecó foi fundada em 14 de março de 1882, pelo capitão José Bernardino Bormann, pela portaria de 16 de outubro de 1880, que ocupou o cargo até 16 de julho de 1896. Sua fundação tinha o objetivo de ocupar e defender as proximidades do Rio Chapecó, região nessa época, subordinada à Província do Paraná, onde atualmente situa-se o município catarinense de Chapecó e municípios vizinhos. A Colônia Militar do Chopim foi fundada em 1882 pelo Coronel Francisco Clementino de Santiago Dantas, com o objetivo de ocupar e defender as proximidades do Rio Chopim. Transformou-se em distrito policial de Palmas e posteriormente, de Manguerinha. Tornou-se em 1954, o município de Chopinzinho.

Além dessas duas colônias militares, foram criadas outras em pontos estratégicos do território, com os mesmos objetivos. Em 22 de novembro de 1889 foi instalada a Colônia Militar de Vila Iguassu, local que hoje abriga o quartel do Batalhão de Infantaria Mecanizada, no Centro da cidade de Foz do Iguaçu/PR. Após sua criação, começa a exercer a competência de distribuir terrenos aos colonos interessados em se instalar e produzir por lá. A presença militar na área teve os méritos de garantir a posse do território pelo Brasil, disciplinar a atividade econômica e dar segurança à população, mostrar a presença governamental, além de ocupar a região.

A figura 2 mostra a localização estratégica das colônias militares. Localizadas numa área de disputas e conflitos, uma extensa área com limites indefinidos, uma região em clima de tensão e disputa política, econômica e territorial, que se arrastaram por anos, principalmente entre Portugal e Espanha. As colônias militares garantiram a segurança e as fronteiras do Brasil em meio a um momento conturbado da história do nosso país, onde a

força governamental não se fazia presente em todos os espaços brasileiros, a presença das Colônias Militares nessas regiões longínquas e fronteiriças, foi uma estratégia para mostrar força e presença política governamental.

Figura 2 – Mapa das colônias militares de Chopim e Chapecó (1882).



Fonte: Myskiw (2016). Organização e arte de Thiago Ribeiro.

A partir daí, o Brasil empreende um intenso processo de povoamento e exploração para promover o desenvolvimento. Além da instalação de Colônias Militares, projetou também uma ferrovia que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul. “A ferrovia São Paulo – Rio Grande foi projetada desde o final do século XIX como estratégica para a proteção e povoamento dos “sertões” do sul do país” (CARVALHO e NODARI, 2010, p. 715). Em 9 de novembro de 1889, no final do período imperial, D. Pedro II concedeu a construção da ferrovia a Teixeira Soares. Em 1908 Percival Farquhar, através da Holding Brazil Railway Company, obteve o controle da Companhia da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (EFSPRG).

O norte-americano sabia da grande lucratividade que teria com a extração da madeira existente em abundância na região. Farquhar fundou também a Southern Brazil Lumber & Colonization Company, conhecida como Lumber. Para o governo, a ferrovia passou a ser uma alternativa rápida e eficaz para explorar e colonizar as terras localizadas na fronteira Oeste. Entre 1908 e 1910, a construção da ferrovia movimentou a região que hoje corresponde ao meio oeste catarinense, que na época era disputada por Paraná e Santa Catarina.

A companhia Brazil Railway Company, recebeu do governo 15 quilômetros de cada lado da ferrovia e, com a conclusão realizou a desapropriação das referidas terras. O governo brasileiro declarou a área como devoluta. Porém, seu povoamento tivera início já no século XVIII, com o comércio de gado entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, quando ali surgiram os primeiros locais de pouso.

Com a construção da linha ferroviária, houve grande aumento populacional na região. A maioria da população que estava na área dos quinze quilômetros de cada lado da ferrovia foi expulsa. Quando a ligação foi concluída, atravessando de Norte a Sul à zona contestada, e as obras terminadas, os remanescentes ficaram na região sem policiamento, a segurança era feita com as próprias mãos, com armas de fogo. A população que se instalou nas terras devolutas nas margens do Rio do Peixe viu-se expulsa das terras. Esses fenômenos preparavam um ambiente de luta que se processava no Contestado.

As colônias militares e o projeto de construção da ferrovia SP-RG demonstravam uma preocupação governamental no sentido de intervenção militar e administrativa na região. Conhecer uma região pode ser sinônimo de domínio, e esse domínio permite a consequente exploração. Uma forma de mostrar o conhecimento e domínio era a produção de mapas, que também era uma estratégia de configuração e posse territorial.

Em muitos mapas do século XIX, os campos de Palmas a que nos referimos nesta dissertação de mestrado, eram representados como sertão desconhecido, ou sertão inabitado. Posteriormente, após muitas expedições de reconhecimento e com o próprio avanço tecnológico, foi-se desvendando a região e elaborando mapas cada vez mais detalhados, com referências mais específicas também da região fronteira:

Nos mapas, o sertão aparece com poucas informações, o que reforçava uma visão dividida do espaço. No litoral são indicados diversos rios, morros, praias, vilas, povoados e caminhos, enquanto o vazio de informações predomina continente adentro. De um lado a civilização, de outro o desconhecido, o bárbaro. Inventariando e apontando os lugares onde viviam os europeus, reforçava-se também com essas imagens os “vazios” desconhecidos, que deveriam ser explorados e ocupados pela “civilização”. Seriam assim esses mapas também uma forma de apropriação simbólica desses territórios (BRANDT, 2017, p. 36).

Os governos pretendiam demarcar, controlar, dominar, explorar e garantir os limites e a posse dessas terras fronteiriças e, a produção cartográfica era também uma maneira de fazer isso, pois toda produção é resultado de alguma intencionalidade. Portanto, produzir um mapa significava mostrar que aquele espaço pertencia a um determinado Estado, era uma maneira de se fazer presente.

Por isso, muitas vezes, deve-se ter cuidado ao interpretar um mapa, pois ele pode estar carregado de segundas intenções, ele pode ter sido elaborado por um governo com determinados propósitos. Portanto, não quer dizer que aquilo que está exposto no mapa seja a expressão da verdade, pois outra Província poderia elaborar outro mapa com outra visão e demarcação regional. Além disso, muitos mapas foram elaborados por pessoas que na prática não conheciam o espaço, confeccionavam apenas através dos relatos de viajantes e exploradores. Por isso, em algumas situações, esses mapas podem não representar o espaço real de uma Província, ou de uma região.

Como observou Antônio Myskiw (2015):

Os mapas e plantas cartográficas não nasceram do acaso ou foram imaginados. Foram construídos com base em documentação escrita, rascunhada, traçada em papéis inadequados, muitas vezes, obras dos viajantes europeus e dos padres jesuítas. Foi com base nos mapas de época que se pôde construir e celebrar tratados de limites, tratados de guerras e tratados de repartição de territórios após o término de guerras. A demarcação dos novos limites territoriais sempre deu margem a contestações, pelo desconhecimento do território em que as equipes de demarcação se propunham a demarcar (2015, p. 70).

Como exemplo, trouxemos a figura 3 com mapa da província de São Paulo, que mostra a falta de informações das terras a oeste do continente. Uma imensa área de terras, rica em recursos naturais, com muitas florestas e terras férteis, sendo representada apenas como sertão desconhecido. As maiores explorações se concentravam no litoral, por isso os mapas da época trazem mais detalhes do litoral, representando rios e montanhas, com limites mais bem definidos e organizados, ao contrário das terras a oeste. Sendo o litoral mais povoado e mais explorado, os relatos eram maiores nas regiões litorâneas, enquanto que nas terras mais ao oeste, as informações eram muito raras, o que dificultava a produção dos mapas. Por isso, normalmente as terras a oeste dessa região eram simplesmente descritas como sertão desconhecido ou terras desconhecidas, despovoadas.

Figura 3 – Mapa Chorographico da Província de São Paulo, do engenheiro militar Daniel Pedro Müller, 1837.



Fonte: Petrolí (2018).

O termo Oeste Catarinense (que fazia parte desse sertão desconhecido) surgiu somente na década de 1920, pois a disputa de limites com o Paraná havia sido encerrada em 1916: “a região em estudo passou a ser nominada Oeste catarinense a partir dos anos vinte do século passado. Anteriormente, nos mapas constava como zona desconhecida, zona despovoada” (RENK, 2004, p. 13). No período entre o século XVII até final do século XIX, essa região representou uma pequena faixa de terras no interior de um imenso território disputado primeiramente entre Portugal e Espanha e, posteriormente, entre Brasil e Argentina. Era uma região considerada por muitos historiadores, como terras duvidosas, sem investimentos governamentais, com seus limites incertos e sem leis. “Em virtude da falta de solução para o problema fronteiriço, a região permanecia desmilitarizada e abandonada” (MAKOWSKI, 2002, p. 96). Segundo Bavaresco (2005), a falta de estradas para fazer a ligação do Oeste ao restante do Estado, entre o final do século XIX e início do século XX, deixou a região abandonada. A preocupação governamental com a colonização só se efetivou

após a resolução da questão dos limites. A população teve que se virar como pôde para sobreviver e se defender. A justiça era feita com as próprias mãos, as brigas e discussões faziam parte da cultura popular daquela sociedade pobre, desassistida e isolada:

A principal razão dessa correlação atual da violência com a situação econômica inferior é que a elite e a classe média recorrem ao sistema jurídico em busca de justiça, enquanto a classe inferior apela para o que os estudiosos da violência chamam de “autoajuda”. [...] é apenas outro nome para o olho por olho, a justiça de fronteira, o fazer a lei com as próprias mãos e outras formas de retaliação violenta pelas quais se assegura a justiça na ausência da intervenção do Estado (PINKER, 2017, p. 134).

A indefinição de limites, que se originou com as Capitâneas Hereditárias, se prolongou por vários séculos e colaborou para vários conflitos armados na história do Brasil. O Brasil Imperial herdou as dúvidas de fronteiras e limites, esse fato “remonta à primeira divisão espacial da América portuguesa, datada de 1530, com a criação das Capitâneas Hereditárias, fundamentadas em “linhas imaginárias” e não na delimitação “clara” e “precisa” do território colonial” (PETROLI, 2018, p. 10). Muitos mapas representam visões diferentes da mesma região, causando momentos de disputas e violência. A discussão sobre fronteiras em nosso país leva inevitavelmente a discussão sobre a exploração da natureza e a degradação ambiental, pois essas práticas estavam ligadas à questão da manutenção territorial.

A exploração das riquezas de uma determinada região era uma maneira de marcar a presença político governamental. Dessa forma, o governo teria o controle da região, explorando até mesmo a mão de obra da população nativa. O estado precisava conquistar as pessoas, para que estas ajudassem a preservar e defender suas fronteiras. Dentre a população que sofreu sérias consequências, estão os caboclos, habitantes dos referidos sertões desconhecidos mencionados no decorrer do trabalho.

2.3 OS SERTÕES E A CULTURA CABOCLA

Se analisarmos alguns mapas da época estudada, é possível perceber a tentativa de construção de uma ideia de sertão, de local inabitado, de espaço vazio, de lugar perigoso, se contrapondo na verdade, com a população indígena e cabocla que habitava esses espaços há muito tempo. Esses documentos acabavam ignorando esses povos:

[...] o espaço desconhecido e distante no interior da capitania de Santa Catarina foi, no transcurso do século XVIII e XIX, apenas denominado como “sertão”. Sendo assim, destacam-se alguns dos seus significados. Quanto aos navegadores portugueses no século XVI, o termo foi genericamente utilizado para todo o território oposto à costa, sendo empregado na indefinição dos diversos lugares do interior. Pelos paulistas, os sertões foram, no início da colonização, percebidos como lugar de risco e perigo, terra de inimigos e bichos indomáveis (BRÜGGEMANN, 2008, p. 42)

Conforme Brandt (2012), o sertão foi uma criação dos portugueses ainda no período da colonização, com significados negativos, representando o desconhecido, o longínquo, uma região pouco habitada. Os portugueses se dedicaram, num primeiro momento, a exploração e povoação do litoral. Essa visão europeia era também uma forma de descaracterizar a ocupação anterior e justificar uma exploração desse espaço longínquo e fronteiriço. Mesmo sabendo que as terras eram habitadas por povos nativos, se tentava construir argumentos que defendiam a ideia de um espaço inabitado, livre para ser conquistado e explorado, “a paisagem retratada leva o leitor a imaginar uma natureza virgem. [...] a afirmação de terras vazias serve como justificativa para a tomada de áreas povoadas por populações consideradas marginais a um dado projeto político” (CORRÊA, 2008, p. 136).

Outra questão a ser considerada, é que quando eram realizadas expedições de reconhecimento e conquista de áreas de terra, campos ou florestas, se procurava escolher caminhos onde não havia a presença humana. Portanto, esses caminhos cuidadosamente escolhidos, não contavam com a presença indígena que, muitas vezes fugiam e inclusive apagavam todos os vestígios de sua presença naquele lugar, para se protegerem do invasor. A ausência de população nessas terras, não era real, o vazio demográfico foi uma invenção do colonizador. Em muitos documentos da época, relatórios, mensagens, mapas, o espaço aparece como vazio, como sertão, era na verdade um pretexto para invadir e se apossar de uma terra supostamente inabitada. “A ausência de homens e mulheres e de cultura nesses cenários, portanto, é uma ilusão produzida pelo narrador devido a sua decodificação da paisagem e tendo em vista seus interesses imediatos. A existência de desertos validou e justificou a sua apropriação” (CORRÊA, 2008, p. 150).

Durante muito tempo, tentou-se difundir a ideia de que esses sertões seriam locais perigosos, com povos esparsos, incultos, com hábitos, costumes e tradições atrasados, povos não civilizados e sem religiosidade. Povos muito diferentes dos que habitavam o litoral, já em contato mais direto com o europeu. Dessa forma, os caboclos e indígenas, foram ignorados pelo governo e pelo colonizador branco europeu. De acordo com Brandt (2017), o caboclo era o mestiço, ou o negro, sua principal distinção era sua condição cultural, ou seja, os homens

pobres, lavradores, peões ou agregados, habitantes do planalto. A cultura cabocla tinha características próprias de um povo do sertão, um povo acostumado com a lida na mata, trabalhando para a sobrevivência. Foram os verdadeiros pioneiros na penetração do sertão:

Toda essa população foi ocupando os limites dos campos e adentrando nas matas de araucária e dos ervais. Instalavam-se em terras devolutas ou nos limites e mesmo no interior de grandes propriedades, numa época em que as demarcações das terras não se faziam por meio de cercas. As balizas eram constituídas por cachoeiras, pedreiras, rios e, até mesmo, por grandes árvores ou capões. Essa povoação, um tanto móvel, desenvolveu certo modo de relacionar-se com a terra, com a natureza e com o mundo sobrenatural. Trata-se da cultura cabocla (CAMPIGOTO e SOCHODOLAK, 2008, p. 191).

Os caboclos são definidos como fruto da miscigenação entre o branco e o índio, porém, a conceituação do caboclo está mais relacionada com a questão social. Constituíam uma população excluída, trabalhava em condições críticas, difíceis e perigosas, apenas para sobrevivência, sem instrução e sem apoio governamental. O caboclo da região do Contestado possui culturas herdadas das populações indígenas Jê e Guarani, e os Mamelucos têm suas origens na mescla dos Lusitanos e Castelhanos com os Índios.

Os imigrantes aprenderam com os índios a queimar o campo e o mato para preparar a terra para o plantio, a utilizar o milho e a mandioca como fonte de alimento, a preparar comidas e bebidas de ervas medicinais, também adotaram várias técnicas usadas pelos índios na caça e no cultivo das terras de aluvião. Os caboclos aprenderam com os Kaingang a conservar o pinhão nas temporadas de entressafra, aperfeiçoaram as técnicas de caça e de pesca. Das antigas tradições restou a herança do chimarrão, do fumo, da utilização da rede de dormir, do fogo nos acampamentos e das cabanas que tem o chão de terra batida. Os caboclos não possuíam propriedade da terra, pois as terras eram devolutas e ele se apossava delas, interagiam intensamente com as florestas. Eram herdeiros de conhecimentos e práticas dos índios, de maneiras de se relacionar com a natureza e extrair dela o necessário para sua sobrevivência.

Nas roças caboclas se produzia o milho, arroz, batata, mandioca, se criava porcos, vacas e mulas sempre para a própria subsistência. Essas pessoas foram expulsas de suas terras, muitas foram mortas. As consequências desse processo colonizador, devastador para essas populações e para o meio ambiente, são sentidas ainda hoje na região. A ideia de um sertão pouco habitado e de um povo inculto e não civilizado, na verdade foi uma construção que acabou ignorando as pessoas que habitavam esses locais, ou até mesmo, os considerando intrusos e indesejados, que não se adequavam aos projetos políticos governamentais da época:

Como já foi discutido em outros trabalhos, o “sertão” - a região considerada escassamente povoada – não é apenas uma constatação de uma área com “baixa” densidade populacional humana, mas uma representação da paisagem que inclui a necessidade de civilizar, de colonizar essa região considerada inculta. Essa forma de considerar o sertão distante do civilizado, do desenvolvido, do progresso, do ordenado e racional, é uma forma de torná-lo, em termos de imaginário, mais próximo do selvagem, do rústico, do fora de controle, do caótico, do irracional. Nessa forma de representação, as pessoas que habitam esses locais (os caboclos e os indígenas) acabam sendo ignorados enquanto efetivos moradores do sertão, ou então sendo considerados apenas como intrusos desajustados que precisam de uma orientação em suas vidas para ficarem adequados aos objetivos econômicos, políticos e culturais dos governos e da iniciativa privada (CARVALHO, 2010, p. 214).

Esses espaços não eram vazios, eram espaços habitados por indígenas e caboclos, povos com características e culturas próprias, que trabalhavam nessas terras, exploravam a natureza para subsistência familiar, explorando-a para extrair seu alimento e cultivando produtos diversos sem provocar grandes danos ambientais. Conforme Santos (2017), o governo brasileiro pretendia povoar os supostos vazios demográficos com a instalação de colônias, porém, as referidas terras nem sempre eram demograficamente vazias. No período em que a Argentina disputava o território com o Brasil e, posteriormente, entre Santa Catarina e Paraná, aqui habitavam vários grupos humanos que viviam da agricultura, da pecuária, da caça e da pesca. Entretanto, tanto os países, quanto os Estados envolvidos na disputa, pouco se interessaram pela população. Estavam mais preocupados com as fronteiras, em manter ou aumentar seus domínios, explorar as riquezas, colonizar e assegurar os limites territoriais.

No século XIX, houve grandes incentivos do governo brasileiro para trazer imigrantes para o país, a fim de colonizar as terras ainda consideradas pouco habitadas e, conseqüentemente garantindo a posse brasileira sobre elas. “o sul do Brasil recebeu grandes levas de imigrantes europeus com destino as colônias fundadas na região. Esse processo de colonização promoveu a ocupação de extensas áreas florestais consideradas vazios demográficos pelo poder público brasileiro” (SANTOS, 2017, p. 63). A colonização significava não somente povoar, era preciso investimentos em estradas para facilitar a circulação, criar povoados e municípios, cidades, desenvolver a agricultura e a pecuária, explorar os recursos naturais. Após a ocupação dos campos de Guarapuava, começam as tentativas de ocupação dos campos de Palmas. Era importante a ocupação desses campos, pois se os brasileiros não fizessem, os argentinos fariam e, naquele contexto, a ocupação era uma maneira de garantir a posse. Ali se desenvolveram muitas atividades, principalmente a pecuária que “representou uma transformação da floresta ainda mais radical do que aquela

praticada pela indústria madeireira, pois acabou por eliminar completamente a cobertura florestal de amplas áreas” (CARVALHO, 2010, p. 32).

A cultura cabocla está relacionada ao processo de exploração das riquezas naturais dessa região, os caboclos formavam a grande maioria da população que habitava a região dos campos de Palmas. Esse povo não se interessava muito pelo dinheiro, pois o meio natural lhes oferecia praticamente tudo o que precisavam para sobreviver. Restava a eles comprar aqueles produtos que não era possível extrair da natureza, como por exemplo, remédios, armas, munição, roupas, produtos esses existentes no restrito comércio que existia em alguns locais. A diferença cultural da população cabocla causou um choque com a cultura do colonizador europeu, que estava mais interessado nos lucros. A visão do colono europeu estava pautada na exploração da natureza para fins econômicos, além da questão da subsistência. Essa diferença cultural causou alguns conflitos entre essa população naquele contexto:

O privado, o ter, o possuir eram valores muito preservados nas famílias que migraram. A aquisição da terra, os bens, isso tudo era adquirido com o fruto do trabalho, com o suor do dia-a-dia. Esses valores, por sua vez, se chocavam com o modo de vida do caboclo. Por não possuírem a posse da terra e viverem muito diferente dos “intrusos”, a “peste branca”, como foram denominados os colonos imigrantes, os caboclos sofreram uma discriminação sociocultural, dificultando ainda mais a socialização no Extremo Oeste catarinense (BAVARESCO, 2005, p. 106).

Uma característica típica dos caboclos era a maneira de preparar e trabalhar a terra. Dividiam as terras em duas partes: terras de criar e terras de plantar, conhecidas como roça cabocla. Nas terras de plantar cultivavam diversos produtos para subsistência, policultura. Eles desmatavam as áreas a serem cultivadas, e depois as queimavam, esse método chamado coivara, era praticado nas regiões com baixa densidade demográfica. As terras de criar abrangiam grandes áreas, inclusive as florestas, nessas áreas os animais eram criados soltos, onde as terras de plantar que eram cercadas para evitar que os animais ali entrassem. “Nas áreas compreendidas pela “roça cabocla” eram cercados não os espaços de criação, mas sim os destinados ao cultivo, que compreendiam as “terras de plantar”, para evitar a invasão de animais” (BRANDT, 2015, p. 307).

Os porcos eram marcados com cortes nas orelhas para diferenciar seus donos, todos eram criados misturados em espaços abertos. Aqueles que não possuíssem a marca eram de quem os encontrasse, pois muitos nasciam livremente nas florestas sem o conhecimento do dono. As divisas eram feitas através de marcos naturais. A criação de porcos soltos nesses espaços só era possível devido ao fato do espaço ser muito grande e pouco povoado. O porco

foi importante na economia e na subsistência da população. “Porcas saudáveis têm grandes ninhadas, de até dez ou mais bacoelhos cada uma; com uma abundância de alimentos, os porcos podem proliferar com a velocidade do dinheiro aplicado a altos juros” (CROSBY, 1993, s/p).

Conforme Renk (2004), com a colonização o caboclo experimentou o contato com o diferente, e sofreu consequências irreversíveis em sua cultura e identidade, preconceito, exclusão do meio social e perda das terras. Restou a essa população se adaptar ao novo sistema ou ficar excluída dele. As companhias colonizadoras começaram um processo de limpeza da terra, expulsando os caboclos e indígenas. O processo se deu primeiramente nas terras melhores, empurrando a população para as regiões com terras de pior qualidade. As companhias até apresentavam a opção de compra, mas já sabiam que eles não teriam condições de pagar. Normalmente, a prática mais comum era o despejo. Com a colonização sofreram profundas mudanças em seu cotidiano, mudanças sociais, ambientais e culturais que transformaram suas vidas. Em relação às festas tradicionais, destacam-se a festa de São Sebastião e a Festa do Divino Espírito Santo, além da devoção no Monge São João Maria (João Maria de Agostini), devoção ainda presente na região.

A cultura cabocla e indígena era uma cultura diferente da cultura dos povos do litoral brasileiro. Esses povos sempre ficaram à margem da sociedade, servindo de mão de obra barata para os ervateiros e madeireiros. As disputas políticas pela posse territorial e pelas riquezas aqui existentes, juntamente com a influência do tráfico de animais efetuado pelos tropeiros, fomentou ainda mais as disputas regionais e, aos poucos, foi também instigando a própria população a defenderem aquilo que consideravam seu e de onde tiravam sua sobrevivência, ou seja, a terra. No capítulo seguinte, vamos fazer uma discussão sobre a exploração das riquezas do meio natural dessa região, destacando a exploração da erva-mate, da madeira e a criação do gado associado ao comércio dos tropeiros.

3 O INTERESSE GOVERNAMENTAL PELAS RIQUEZAS NATURAIS: ERVA-MATE, MADEIRA E PECUÁRIA

3.1 ERVA MATE, MADEIRA E DERRUBADA DAS MATAS

As terras dessa região tão longínqua e afastada do centro administrativo do país, carregada de preconceitos e medos, considerada como um espaço praticamente inabitado, perigoso e desconhecido, eram muito férteis, ricas em recursos naturais, pastos, madeiras nobres, erva-mate, atrativos para a vinda de pessoas de outras regiões. Dessa forma, a região dos campos de Palmas despertou o interesse de muitas pessoas que se deslocaram em busca de melhores condições de vida, além de empresas que se instalaram para obterem lucros com a exploração desses produtos:

Nesse louvável intento, não poderá encontrar o governo mais avantajado paiz que o de Palmas. E' seu clima salubre, seu territorio geralmente fertil, suas matas ricas de madeiras de construcção e abundantes de caça, seus campos de nutrientes pastagens que alimentão numerosas manadas de gado vaccum e cavalar, e seu solo regado de innumeras correntes d'água (VASCONCELLOS, 1855, p. 138).

Dentre os principais produtos que foram explorados economicamente nessas terras, desde o início da colonização, se destaca a erva-mate e a madeira. A erva-mate nativa, a *Ilex paraguariensis*,⁵ que floresce no mês de outubro e frutifica entre janeiro e abril, foi um importante produto de exportação para a economia brasileira durante o século XIX e XX. A planta tem sua maior incidência na região sul da América Latina, abundante no Brasil, Paraguai e Argentina e os estados brasileiros mais favorecidos pela abundância desse produto são Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. “Nas folhudas matas, a centenas de pés de altura, do Rio Grande, Santa Catarina, São Paulo e Curitiba e muito além na América do Sul, cresce a árvore encantada que fornece a erva ou erva-mate; e por isso se chama erval a região particularmente abundante em mate” (AVÉ-LALLEMANT, 1995, p. 39).

⁵ “La yerba mate, *Ilex paraguariensis* St. Hilaire, debe su nombre a La descripción que hizo el explorador francés Augustin Saint-Hilaire, quien entre 1816 y 1822 recorrió Brasil y Paraguay estudiando y describiendo plantas y animales, muchas de ellas de la Selva Paranaense que se extendía en gran parte de la antigua “Provincia Jesuítica del Paraguay” (MAEDER, 2013), de allí el apelativo de *paraguariensis*.” (GALLERO, 2017, p. 195).

Figura 4 – Área de ocorrência da erva-mate na América do Sul.



Fonte: Gerhardt (2013).

A formação dos ervais nativos na América do Sul pode ser entendida como um longo processo, resultante de diversas características típicas da região como a química do solo, altitude, concentração hídrica, clima, a ação de animais que ajudaram a espalhar as sementes. “Diversos pássaros, como o jacu (*Penelope superciliaris*), consumiam avidamente os frutos carnosos da erveira, faziam a dispersão das pequenas e numerosas sementes por meio de suas fezes e, ao mesmo tempo, ajudavam a romper a complexa dormência da semente”

(GERHARDT, 2013, p. 26). Além disso, a ação do homem que através dos tempos vem interferindo no meio natural, com mais ou menos intensidade, causando maiores ou menores impactos, dependendo do contexto em que está inserido, e dependendo do espaço e das condições ambientais em que ele se encontra.

A erva-mate é uma planta com folhas perenes, medindo aproximadamente entre quatro e oito metros de altura, ou até mais alta conforme as características do clima e do solo. É uma planta já usada há muito tempo e de várias formas, principalmente o chimarrão, que significa a bebida original, amarga, sem adição de açúcar. O chimarrão ou o mate tinha um significado muito importante para os habitantes, era sinônimo de hospitalidade, de acolhimento, de amizade. Era a maneira que os nativos tinham de agradar os viajantes, esses que muitas vezes ficavam hospedados em suas casas. As pessoas passavam boa parte do dia bebendo o mate:

Mate, mate e mais mate! Essa a senha no planalto, a senha nas terras baixas, na floresta e no campo. Distritos inteiros, aliás, províncias inteiras, onde a gente desperta com o mate, madraccia o dia com o mate e com o mate adormece. As mulheres entram em trabalho de parto e passam o tempo de resguardo sorvendo mate e o último olhar do moribundo cai certamente sobre o mate. É o mate a saudação da chegada, o símbolo da hospitalidade, o sinal da reconciliação. Tudo o que em nossa civilização se compreende como amor, amizade, estima e sacrifício, tudo o que é elevado e profundo e bom impulso da alma humana, do coração, tudo está entretecido e entrelaçado com o ato de reparar o mate, servi-lo e tomá-lo em comum. A veneração do café e o perfumado fetichismo do chá nada são, nem sequer dão uma ideia da profunda significação do mate, na América do Sul, que não se pode descrever com palavras, nem cantar, nem dizer, nem pintar, nem insculpir em mármore (AVÉ-LALLEMANT, 1995, p. 38-39).

O governo provincial paranaense estava de olho numa possível difusão do consumo desse produto para além da América, pensava em expandir as vendas na Europa. “Se o mate pudesse tornar-se agradável ao paladar, não ha duvida que poderia contar-se com boa venda dele entre os habitantes da Europa; e outras partes do mundo, acostumadas ao uso do café e chá” (FLEURY, 1865, p. 50). O governo pretendia expandir o comércio do mate, por isso era importante um produto de qualidade para tornar agradável ao paladar europeu. Para ampliar o comércio para regiões distantes, era necessário também, meios de transporte eficientes para levar o mate até os principais portos. Trouxemos uma imagem que ilustra a paisagem típica do espaço com erva-mate e araucária. Mesmo não sendo uma imagem da região em estudo, consideramos importante para contribuir no entendimento do cenário.

Figura 5 – Pés de erva-mate em meio a árvores de araucárias.



Fonte: Gerhardt (2013).

Nesse sentido, no decorrer do tempo novos usos dessa espécie vegetal foram sendo desenvolvidos. A planta é usada inclusive para produção de cosméticos, além de inúmeras receitas culinárias, na preparação de alimentos e bebidas:

Se trata de una planta cuya composición química posee diversos compuestos de interés y, además de los usos tradicionalmente conocidos, se están desarrollando nuevos productos, como energéticos, suplementos alimenticios, remedios, cosméticos y productos de limpieza. El modo más usual de beberse es como mate (infusión caliente), tereré (infusión fría) o mate cocido (em saquitos de té) (GALLERO, 2017, p. 194).

Além do uso recreativo e terapêutico, a erva-mate passou a ser comercializada e exportada, proporcionando grandes lucros aos empresários e governos que explorassem esse recurso: “assim, desde o final da década de 1820, a erva-mate tornou-se o principal produto de exportação da economia praticada na quinta comarca de São Paulo, mais tarde, Paraná” (CAMPIGOTO e SOCHODOLAK, 2008, p. 189). Moretto (2010), afirma que as primeiras pessoas que se dedicaram a extrair a erva-mate foram os peões e agregados das fazendas. Dedicaram-se a atividade como uma maneira de sobrevivência, pois não tinham condições de se dedicar na criação de gado. Na visão do governo da época, a extração da erva era um

atrativo que acabava deixando de lado a produção de outros produtos, como o trigo, por exemplo, devido à facilidade de sua extração. O produto nativo existia em abundância e não precisava de recursos ou muitas ferramentas para a lida nos ervais. Dessa forma, muita gente pobre, sem alternativas, se dedicava ao mate:

A verdadeira razão, porem, do desprezo de huma cultura tão proficua, he outra que não a allegada.

A produção do trigo exige paciencia e trabalho aturado: cumpre preparar a terra, depor a semente, esperar que germine e fructifique, &c.

Bem diversas são as circunstancias do mate: os heruaes silvestres ahi estão por toda a parte sem custarem aos habitantes o minimo trabalho, colhem-lhes as folhas, seccão-as ao fogo, no carijo, e quebrada, miudamente, esta prompta a herua, e vão vendel-a ás fabricas, que as beneficião para exportar.

Não he, logo, tanto a ferrugem, como a herua que faz mal ao trigo (VASCONCELLOS, 1854, p. 66).

As condições da época eram difíceis e a erva-mate era uma alternativa barata, demandava pouco equipamento e a alimentação poderia ser conseguida na própria floresta com a caça e a coleta do pinhão. Uma das maiores dificuldades encontradas, além de todos os perigos da floresta, era em relação ao transporte do produto. Toda a erva extraída dos ervais era transportada no lombo de animais por picadas precárias, o sofrimento dos trabalhadores era grande. Nesse período, o trabalho escravo era normal e legal, essa mão de obra era utilizada nos mais diferentes ramos da economia regional. Porém, no corte e transporte da erva-mate o trabalho escravo não era viável:

As condições naturais sazonais impostas pelo próprio ciclo vegetal, inegavelmente afetavam a forma de emprego do trabalho. A extração do mate mobilizava a força de trabalho durante uma parte do ano, ficando inativas durante os meses restantes. Assim, o trabalho escravo teria encontrado um impedimento natural, devido ao qual sua aplicação tornar-se-ia demasiado onerosa, pois o proprietário dos cativos, precisaria mantê-los inativos em outra parte do ano (CHANG, 1988, p. 33).

Conforme Gerhardt (2013), na segunda metade do século XIX, no Paraná, houve o melhoramento dos equipamentos e técnicas de produção, aumentando as exportações. Porém, esse fato representou também uma pressão sobre os ervais nativos e as florestas. As novas técnicas de produção do mate fizeram com que aumentasse a exploração do produto, causando prejuízos nos ervais nativos que sofreram com a intensidade dos cortes. O planalto norte catarinense é a região onde se concentrava a maior parte dos ervais nativos em terras devolutas. O produto era beneficiado pelos caboclos, que realizavam a tarefa com muitas dificuldades, com mão de obra familiar. Essa atividade era exercida com maior intensidade no inverno quando a pecuária e a agricultura exigiam menos serviço.

Magalhães Filho (1996), afirma que o mate dominou a economia da região em alguns momentos. Principalmente quando surgiu a possibilidade de exportar a erva cancheada para o Chile e mercados platinos. A erva era pesada em arrobas. “Arroba é uma medida de peso muito utilizada na época e corresponde a 14,668 kg, sendo comumente arredondada para 15 kg. No Paraguai, contudo, a arroba equivalia a 11,475 kg” (GERHARDT, 2013, p. 62). A erva-mate impulsionou o comércio na região, surgiram atividades derivadas como a fabricação de barricas de madeira e a criação de animais para o transporte de outros produtos, além da erva-mate. Surgiram novos inventos para o aperfeiçoamento das técnicas de manejo e preparo da erva. As últimas décadas do século XIX e início do século XX foram o auge da exportação do produto, surgiram moinhos de beneficiamento, exportando assim o produto já industrializado.

A fabricação de barricas de pinho/araucária (madeira da *Araucaria angustifolia*) era essencial para o transporte da erva-mate. Nesse caso, essas barricas possibilitaram melhor acondicionamento do produto e melhoraram a qualidade, além de permitir fazer uma propaganda melhor, destacando a qualidade do mate. Além disso, a própria confecção dessas barricas movimentava a economia, pois era necessário o preparo da madeira e a técnica de produção das barricas, que eram transportadas através de carroças puxadas por animais de carga:

Nos rótulos das barricas de erva-mate exportadas se pode encontrar expressões como “herva mate genuina - producto altamente selecionado”, “Yerba mate super-extra”, “Herva mate extra superior”, “Super-extra de especial e purissima herva mate”. As palavras “extra” e “especial” correspondiam a níveis das categorias de padronização, mas as demais expressões eram argumentos afirmativos da qualidade do produto, visando destacá-lo das ervas falsificadas ou de qualidade inferior (GERHARDT, 2013, p. 86).

As barricas possibilitaram maior facilidade para transportar o produto, principalmente para as regiões mais distantes, até mesmo para outros países. A figura a seguir, nos mostra parte do processo de fabricação das barricas, que eram produzidas com a utilização de madeira de pinheiro, madeira esta que era extraída das florestas da região. Em Curitiba a família Fontana era uma das famílias que se dedicavam a este ramo de atividade, onde também possibilitava o emprego para muitas outras pessoas. Essas barricas possibilitavam melhor acondicionamento e transporte para a erva-mate, bem como, possibilitou uma grande melhoria na exportação para outros países, pois o produto era mantido em um local protegido durante o transporte.

Figura 6 – Fabricação e transporte de barricas de pinho da família Fontana, em Curitiba.



Fonte: Gerhardt (2018).

O maior comprador de erva-mate do Brasil era a Argentina, a economia do Paraná se beneficiava muito da exportação do produto, que gerava bons lucros aos cofres públicos. A erva-mate foi, e ainda é um produto muito importante na economia da região sul americana. Gallero (2017), diz que a erva-mate é uma das representações mais importantes da economia da Província de Misiones na Argentina. Por muito tempo foi extraída dos ervais naturais e explorada sem muito efeito negativo na floresta. Mas quando se começou a explorar comercialmente o produto, e a cultivá-lo, as transformações passaram a ser bem maiores. A exploração foi muito intensa, inclusive da madeira, sem que houvesse uma adequada reposição das espécies extraídas. Essas riquezas naturais são também responsáveis por inúmeros conflitos na região:

A disputa pelo território do Oeste catarinense entre Brasil e Argentina ocorreu, entre outros fatores, também pela riqueza da erva-mate e araucárias. As terras pouco habitadas na região Oeste eram atrativos para os ervateiros, que vinham em busca de riqueza. Se o ciclo do tropeirismo influenciou a ocupação dos campos, o ciclo da erva-mate daria início à ocupação das matas do Oeste catarinense (BAVARESCO, 2005, p. 30).

O impacto provocado pelos seres humanos no meio ambiente em função da produção da erva-mate foi grande. Muitos imigrantes foram para essas regiões com o objetivo de produzir e comercializar o produto. Conforme Gallero (2017), na Argentina, por exemplo, em meados do século XX, muitos ervais naturais estavam esgotados, nesse sentido, buscou-se a implantação de ervais cultivados, o que possibilitou a colonização do território. As sequelas desse fato foram graves transformações no meio natural. A monocultura da erva-mate gerou fortes impactos ambientais. Para a implantação de um erval era necessário definir o lugar, eliminar a floresta ou cobertura vegetal existente (as grandes árvores foram para a indústria madeireira, e as pequenas árvores para o uso doméstico). Além disso, na maioria das vezes era ateadado fogo para a total limpeza do solo, causando desmatamento e erosão, além de mudanças na esfera social e cultural da sociedade. No século XX, isso promoveu certo declínio da indústria ervateira no Brasil, onde muitos ervateiros passaram a se dedicar a exploração da Floresta Ombrófila Mista.

Outro importante recurso natural existente nessa região era a madeira. De acordo com Bavaresco (2005), antes da colonização essas terras eram cobertas pela Floresta Estacional Decidual e Floresta Ombrófila Mista. A madeira era utilizada para a produção de diversos artigos, esculturas, construção de móveis, para o consumo local, lenha e também para exportação. Eram árvores de grande porte e com alto valor econômico. Além disso, havia o desmatamento para a prática da agricultura, conforme constatamos em vários relatórios analisados. “Antes disto ocuparam-se, quasi dous mezes, em uma grande derrobada para uma roça de 22 alqueires de milho, por determinação do diretor” (MATTOS, 1859, p. 13). No século XIX, o primeiro presidente da província paranaense já previa a intensificação e forte exploração madeireira que a região sofreria:

O commercio de madeiras ha de, sem duvida, prosperar consideravelmente no futuro, attenta a immensa copia dellas (proprias não só para diversas obras como para construcção naval) que existe tanto no littoral, como de serra-ácima, onde os olhos dos viandantes descortinão matas sem fins de pinheiros, (cuja abundancia, em lingua indigena, dá lugar a nome – Curityba) por ora só aproveitados no limitadissimo consumo desta parte da provincia, e que somente esperão, para descerem á prover maiores mercados, huma estrada que, ao contrario das actuaes, permita condozil-os á bom porto de embarque (VASCONCELLOS, 1854, p. 74-75).

Conforme Saint-Hillaire (1978), em relato da paisagem da época, essa região se caracterizava por aspectos geográficos naturais diferenciados, com terrenos nem tão planos e nem tão ondulados. As regiões de campos e de araucárias eram grandes e extremamente úteis

para os habitantes. A araucária, uma madeira branca, fornecia alimentação através da coleta e preparo do pinhão, este que servia de alimento também para os porcos, lenha para as necessidades da moradia, madeira para a construção de casas e locais onde ficavam os animais, construção de mangueiras, cercados, também era empregada na marcenaria, na construção de mastros e vergas, dentre outros. Uma árvore de muita beleza, não somente pelo tamanho que se destaca das outras árvores na floresta, mas também pelo seu valor econômico e pela sua utilidade para os habitantes da região:

[...] ao se tornar adulta, ela se projeta a uma grande altura, perfeitamente ereta, e termina por um corimbo de ramos, uma espécie de vasto platô perfeitamente regular, de um tom verde-escuro; acrescentei, finalmente que suas sementes – comestíveis – e as escamas que formam seus enormes cones se soltam na maturidade e se espalham pelo solo. É a *Araucaria brasiliensis*... (SAINT-HILLAIRE, 1978, p. 16).

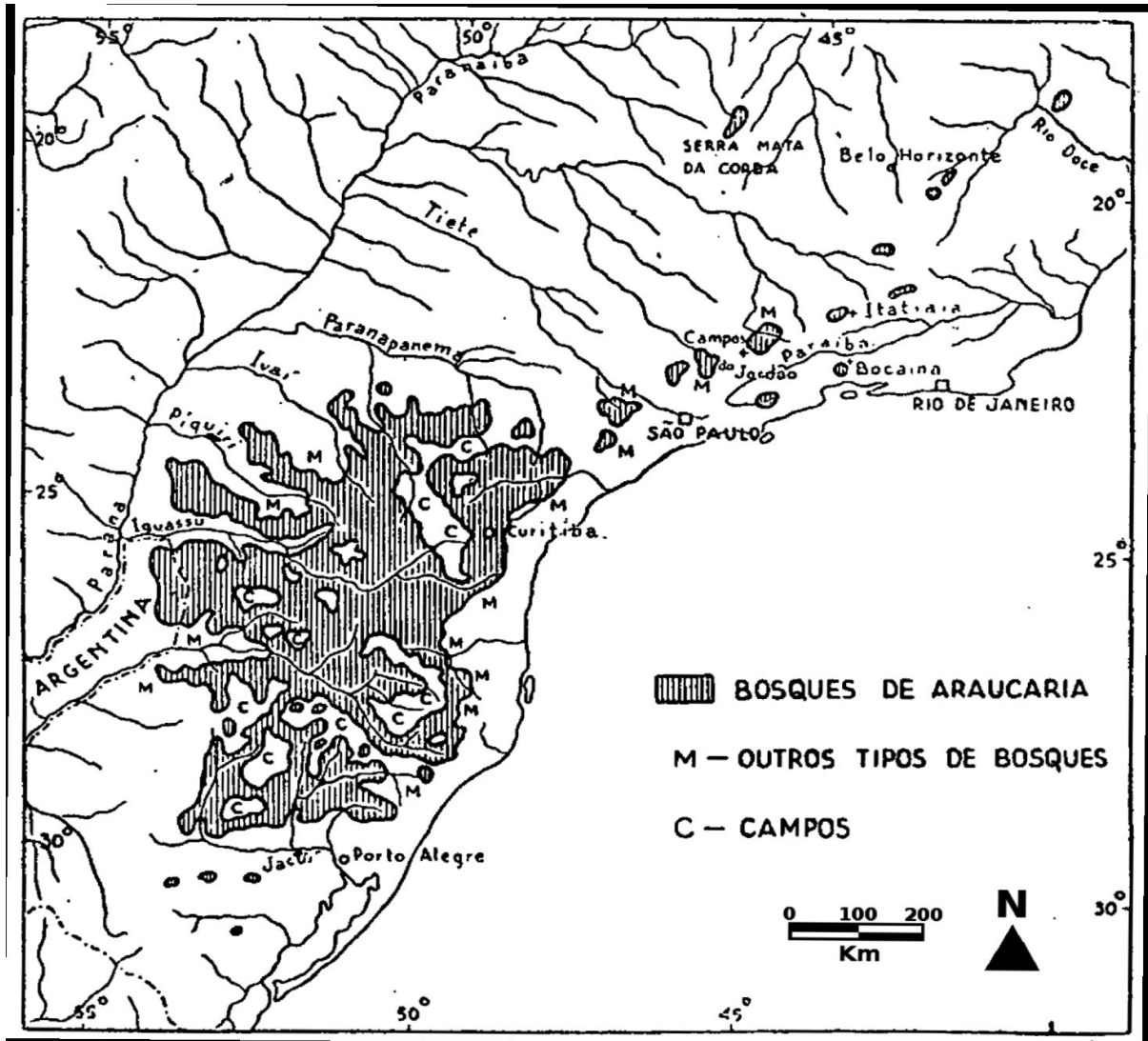
Em sua ancestralidade, as terras do Brasil eram, em sua maioria, férteis e cobertas por florestas e vegetação nativa, mas isso não durou muito tempo depois da chegada do colonizador. As florestas que antes eram considerados locais perigosos, incultos, de difícil acesso, local da barbárie, tornaram-se um espaço para ser explorado, para ser desbravado, um espaço rico em recursos naturais, que estavam ali, prontos para serem comercializados. Acreditava-se que essa prática era sinônimo de civilização, de progresso e desenvolvimento, pois, as florestas representavam a selvageria, rusticidade e perigo, e desmatar era desbravar, modernizar. Os homens preferiam campos abertos e limpos a florestas. As matas, acreditavam, era lugar de animais e não de homens. Portanto, as matas eram vistas como obstáculo ao desenvolvimento humano e precisavam ser derrubadas para dar lugar a agricultura, a pecuária, as vilas e cidades:

A Mata de Araucária, valorizada pela sua importância para o setor madeireiro, foi derrubada em grande escala durante o século XX. A primeira metade deste século fora marcada por incentivos ao desmatamento. As florestas foram vistas por um grande espaço de tempo como retrocesso e barbárie. Era a figura desordenada que contradizia a ordem da civilização e do meio ambiente transformado pelo homem (MORETTO, 2010, p. 86).

A região Sul do território brasileiro foi bem favorecida pela incidência de araucárias e de erva-mate, bem como, inúmeras outras árvores de alto valor comercial. Entretanto, isso também representava certa dificuldade de acesso. Conforme Gerhardt (2018), a ocorrência silvestre coincide com as bacias hidrográficas do rio Paraná, do rio Paraguai, do rio Iguaçu e do rio Uruguai, além de suas sub-bacias, como as do rio Ijuí e rio Turvo no Rio Grande do Sul e a do rio Negro, na divisa entre Santa Catarina e Paraná. A figura a seguir mostra a área de

ocorrência da araucária angustifólia, predominante na região Sul do território brasileiro. A incidência dessa árvore também nos ajuda a explicar o processo de povoamento dessa região.

Figura 7 – Área de ocorrência da floresta de araucária.



Fonte: Gerhardt (2018).

A araucária proporcionou muitos lucros para quem a explorou, muitas empresas colonizadoras e madeireiras extraíram o que conseguiram dessas terras. Muitas serrarias foram instaladas aqui com a finalidade de explorar a araucária e outras árvores extremamente valiosas. Ainda hoje essa árvore é muito valorizada, porém, devido à enorme devastação que sofreu, se encontra em extinção:

Segue o corolário, ser o máximo de interêsse para a nação brasileira, dispensar maiores cuidados a uma espécie de tão alto valor econômico, já que se encontra sériamente ameaçada, não só pela intensa exploração por parte do homem, como também pelo ambiente climático atual. Urge pois, sejam feitos estudos mais profundos e empregados meios adequados, a fim de salvar o Pinheiro do extermínio completo (KLEIN, 1960, p. 43).

No final do século XIX, ampliou-se o mercado madeireiro e a exploração tomou novos rumos. Porém, havia um sério problema quanto às dificuldades de transportes, algumas serrarias se instalaram nessa região, mas as estradas eram precárias e isso dificultava o escoamento da madeira. De acordo com Carvalho e Nodari (2010), foi no século XX que a exploração da madeira nessa região tomou proporções bem maiores, aumentando os lucros, mas destruindo as florestas.

Em 1910, com a linha ferroviária São Paulo - Rio Grande concluída, a exploração e exportação da madeira aumentou, atraindo investimentos estrangeiros (principalmente no setor ferroviário), o que praticamente não ocorreu no caso da erva-mate. A região Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná obtiveram certo desenvolvimento econômico com o comércio da madeira, principalmente com a expansão das atividades da Companhia Lumber.⁶ Carvalho (2017) afirma que pela primeira vez a floresta passa a ser destruída em larga escala, atendendo a demandas externas, pois antes, a exploração da madeira e da erva-mate era realizada em escala muito menor.

As florestas foram drasticamente derrubadas, e muitas vezes, com incentivos políticos. Desde os tempos coloniais a madeira foi explorada, numa região distante dos centros administrativos e com limites indefinidos, a fiscalização era praticamente inexistente. Tanto a população nativa, quanto posteriormente os madeireiros, derrubavam as árvores. Porém, a exploração da floresta feita pelos nativos não causava danos tão graves quanto os feitos pelo colonizador, que estava ali focado no lucro, sem levar em consideração a preservação do meio ambiente e, nem mesmo as populações que dependiam dela para sobreviver. Para os governantes, a derrubada da floresta com a justificativa de praticar a pecuária e a agricultura, significava uma ocupação efetiva, o que garantiria a posse da terra. Porém, para que essa ação se concretizasse, conforme a visão governamental, era necessária a colonização do espaço, era preciso população. “Se neste ramo da actividade humana o Paraná não tem feito muito nos dez annos de sua existencia, é isto devido principalmente á falta de população e de meios fáceis e baratos de transporte” (FLEURY, 1865, p. 47). Contudo, a

⁶ Mais detalhes sobre a Lumber: VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na região do contestado: 1906-1916.** Porto Alegre, 2009.

maioria dos exploradores não pretendia, num primeiro momento, ocupar, queria apenas explorar as riquezas e comercializar. Em seguida, as terras cobertas pela floresta, serviram para o plantio de produtos que geraram lucros extraordinários para uma parcela da população branca colonizadora:

A derrubada de grandes áreas florestais não foi “privilégio” destes que lá habitaram. Enormes porções de florestas nativas foram destruídas em todo território brasileiro, na maior parte dos casos feita de forma irracional pelos grandes latifundiários, visando a exploração em grande escala nas monoculturas de café (Sudeste) e cana-de-açúcar (Nordeste) e, sobretudo, o crescimento desenfreado das grandes cidades (SANTOS, 2017, p. 75).

Além da prática da agricultura, a pecuária também precisava de espaço, e aquelas florestas cobertas de araucárias, passaram a ser desejadas para a criação de gado. A Lumber também fazia o comércio da erva-mate, extraíndo o produto das matas e comprando também de atravessadores. Possuidora de uma estrutura gigantesca, a empresa cresceu muito e aumentou o seu poder de destruição dessas florestas. Ao extrair as toras de madeiras do mato, que eram arrastadas, estas destruíam plantas menores, inclusive pés de erva-mate. O desmatamento foi muito intenso, as árvores foram derrubadas e exploradas economicamente e as terras passaram a ser utilizadas para a criação do gado e a agricultura.

Warren Dean, autor do livro *A ferro e fogo*, analisou a destruição da Mata Atlântica, que teve maior ênfase com a chegada dos europeus. O autor afirma que o ser humano extrai da natureza muito mais daquilo que precisa para sobrevivência. Essa ganância tem causado sérios danos ao meio ambiente. O desmatamento no Brasil, principalmente no século XX, tem aumentado muito, ameaçando cada vez mais a existência da Mata Atlântica, principalmente para a ampliação ou expansão da agricultura e da pecuária, que modificou a paisagem e a relação do ser humano com o próprio meio natural. O aumento das queimadas para limpar o solo para o plantio provocou sérios danos, as queimadas anteriormente eram realizadas apenas em pequenas áreas para atrair a caça ou para fazer pequenas lavouras, mas quando foram usadas em grande escala as consequências foram enormes.

A decadência da economia madeireira aconteceu devido à drástica diminuição das florestas. A exploração foi tão intensa, sem controle e com fiscalização deficiente, que em pouco tempo, a cobertura florestal nativa, praticamente foi extinta. Com a perda da floresta, também se perderam os modos de vida do indígena e do caboclo, além dos inúmeros animais que dependiam dessas florestas para viver. Mesmo que os monocultivos da araucária evitem o seu desaparecimento, se perderá a complexa interação socioambiental que uma floresta

biodiversificada proporciona. A araucária e a erva-mate, tiveram sua área de ocorrência em um terreno em comum, exclusivas dessa região e, com alto valor econômico nos séculos XIX e XX, sofreram grande exploração por parte do ser humano. A consequência mais visível desse cenário foi o desmatamento das florestas da região. Vista de início como sinal de progresso, o desmatamento foi denunciado por muitos como uma perda muito grande da riqueza ambiental, muitos animais silvestres foram mortos, muitas espécies desapareceram, além disso, os próprios caboclos sofreram muito com essas mudanças, pois sua sobrevivência estava condicionada ao extrativismo daquilo que o meio natural lhes oferecia. O ser humano “Pode incendiar florestas [...], pode alterar a biota dessas regiões para sempre. O ser humano, mesmo que armado apenas com uma tocha e instrumentos de pedra e madeira calcinada, é o mais perigoso e implacável predador do mundo” (CROSBY, 1993, p. 107).

As árvores eram derrubadas para dar lugar às roças, às áreas de criação e para o comércio, mas as vezes ficavam expostas até apodrecerem. Percebemos uma preocupação do governo provincial em relação à derrubada das árvores. Uma prática lucrativa para a Província, o governo estava preocupado com a exploração desenfreada onde, muitas vezes, essas árvores nem eram devidamente aproveitadas. Porém, em nenhum momento percebemos alguma menção dos presidentes provinciais do Paraná em relação ao meio ambiente. Sua percepção em relação ao meio natural era com a derrubada das árvores e com o contrabando, não havia preocupação com a preservação da natureza:

O destruidor machado derruba as nossas mais ricas florestas; e cada cultivador é um verdadeiro Erostrato, quando trata de fazer a sua roça. As árvores as mais altas, esses mais bellos monumentos da nossa vegetação, são barbaramente derribadas, para dar lugar á plantação do milho e do feijão! (ROHAN, 1856, p. 182).

Os presidentes provinciais relatam nos Relatórios várias passagens revelando certa preocupação com a destruição das matas. Muitas delas se referem ao litoral, mas pensamos ser importante trazer aqui uma citação, para mostrar que o governo sabia desse problema, tanto é que ganhava espaço nos relatos de governo destinados a Assembleia Provincial. Podemos supor que se o desmatamento estava acontecendo de maneira tão intensa no litoral, na região dos campos de Palmas também estava ocorrendo, porém, por ser uma região mais distante, mais afastada do centro administrativo (Curitiba), a fiscalização era praticamente ineficiente e o governo provavelmente não tinha um conhecimento mais apurado de tudo o que acontecia na região.

Sobre o córte de madeiras de construção, lê-se o seguinte trecho no relatório do capitão do porto.

Não me cançarei em repetir que é urgente e indispensável tomar-se alguma providência para obstar a continuada destruição das ricas florestas do litoral desta província. [...] estão povoadas de frondosos e magestosos lenhos, que o inexorável machado derruba despiadadamente todos os dias! Este precioso ramo de riqueza pública, que podia abastecer os arsenais da córte das melhores madeiras de construção, está aqui em completa desordem e confusão (CARVALHAES, 1857, p. 114).

Podemos dizer que não era uma questão de preservação ambiental, a preocupação era para que a Córte delimitasse o processo de exploração, favorecendo os arsenais da Córte das melhores e mais valiosas madeiras. Já existiam pessoas preocupadas com a devastação e o desperdício de madeira no Paraná em meados do século XIX. Alguns presidentes da Província e suas equipes administrativas acreditaram inclusive, que era necessário incluir esse assunto nos seus Relatórios, conforme trechos citados acima, o que demonstra que eles também se preocupavam com isso. Porém, mesmo com essa preocupação e com as fiscalizações, embora fracas, mas já existentes naquele momento com o objetivo de evitar a destruição das matas, o desmatamento foi constante e intenso. Nesse cenário, se comercializava a madeira para os mais diversos fins e, o espaço desmatado era preparado para a agricultura e para a pecuária. A pecuária e a atividade tropeirista foram muito importantes para a economia regional, porém, também deixaram sérias sequelas no meio natural.

3.2 AGRICULTURA E PECUÁRIA NA REGIÃO DOS CAMPOS DE PALMAS

Procuramos aqui fazer uma contextualização da importância da agricultura, da pecuária e da atuação dos tropeiros na economia da região a que este estudo se dedica. A Província do Paraná, assim como a maioria das Províncias brasileiras naquele período, era essencialmente agrícola, muitas dessas regiões com riquezas naturais abundantes. Porém, uma região ainda utilizando equipamentos e utensílios rudimentares (se comparados ao contexto europeu), o que dificultava o trabalho tanto nas lidas com o gado quanto nas práticas agrícolas. Uma região com muitos recursos naturais, prontos para serem explorados, porém a população não possuía muita instrução, o que predominava era o conhecimento passado de geração para geração. O governo paranaense tinha clareza da essencialidade agrícola da Província e que esta era rica em recursos naturais. Porém admitia que necessitava de maior conhecimento entre a população:

E pois que esta provincia he essencialmente agricola, e abunda em riquezas naturaes mal avaliadas hoje, por falta de conhecimentos proprios derramados entre a população, eu não estou longe das vistas da presidencia de S. Paulo, quando á pouco tempo, solicitava a creação de huma cadeira de botanica, zoologia, mineralogia, e outra de chimica e physica: isso, hum pouco mais para diante (VASCONCELLOS, 1854, p. 21).

De acordo com Mazoyer e Roudart (2010), no século XVII, nos campos agrícolas, principalmente europeus, eram utilizadas charretes, carroças, adubos naturais, como o esterco e folhagens secas para maior aproveitamento do solo. As condições eram difíceis, demoradas e a altos custos de transporte, tanto terrestre quanto fluviais ou marítimos. Entretanto, a partir do século XVIII, principalmente pós Revolução Industrial, começaram a surgir novos equipamentos e meios de transporte que melhoraram essas atividades, porém esse melhoramento se deu primeiramente na Europa, nessa região demorou ainda algum tempo para a chegada dessas tecnologias. A mecanização para o preparo do solo, sementeira e colheita, proporcionou um novo sistema de cultivo com tração de trabalho manual mecanizado, reduzindo a necessidade de mão de obra, aumentando a superfície cultivada e a quantidade de produtos. Porém, essa mecanização colaborou para o aumento do desemprego no setor agrícola. As pessoas passaram a migrar para as cidades em busca de novas oportunidades nas indústrias que estavam surgindo. Além disso, aumentou a quantidade de áreas desmatadas e a extinção de propriedades menores já existentes.

Outro fato importante foi que a partir de 1875, a refrigeração permitiu importar e exportar grandes quantidades de carne e outros produtos perecíveis, sem estragar. “Durante a Primeira Guerra Mundial um pouco antes de sua eclosão, no início do século XX, vieram para o Brasil os frigoríficos estrangeiros (Wilson & Company, Armour, Swift, Continental, Anglo), aproveitando a matéria-prima brasileira para abastecer o mercado externo...” (MOUTINHO, 2018, p. 29). Tempos mais tarde, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, a mecanização foi sendo substituída pela motorização. Esse desenvolvimento da agricultura também se deu devido à proximidade com regiões industriais, consumidoras de matéria-prima agrícola. Essas transformações proporcionaram o aumento da produção e o surgimento de novos produtos.

Atualmente a agricultura dispõe do mundo inteiro ao seu alcance, com produtos vindos de todas as partes do planeta, sendo importados e exportados com facilidade devido ao desenvolvimento das redes de transportes. Nesse sentido, houve muitas mudanças, como por exemplo, a policultura que deu lugar a monocultura mecanizada, motorizada, robotizada e para exportação. O desenvolvimento técnico resultou no acréscimo do uso de adubos,

melhorando a produção, mas causando outros problemas. A tecnologia fez com que as operações técnicas referentes a agricultura e a criação de animais necessitassem de menos mão de obra.

O desenvolvimento da agricultura interfere diretamente na maneira de se alimentar da sociedade. Conforme a indústria se desenvolve, os hábitos alimentares também se modificam. Durante milhares de anos, houve muitas transformações nos hábitos alimentares e até mesmo nos tipos de alimentos consumidos pelas sociedades. Durante muito tempo, os seres humanos se alimentaram da coleta de frutos, raízes, da caça e da pesca, ou seja, se alimentaram de produtos que a natureza lhes oferecia, não existia ainda a prática da produção de alimentos. Com o decorrer do tempo, muitas mudanças possibilitaram uma transformação nos métodos de produção e obtenção de alimentos, provocando também um processo de sedentarização. Esse processo ocorreu nas regiões onde a oferta de alimentos naturais era menor. Ao contrário do que aconteceu no Brasil que, conforme Warren Dean, o processo de sedentarização dos indígenas, foi mais lento em função da grande quantidade de recursos naturais que o ambiente lhes oferecia. A sedentarização provocou também o aumento demográfico, exigindo maior produção de alimentos. Mas as práticas de caça, pesca e coleta de frutos e raízes não foram abandonadas por definitivo.

Uma das alterações mais significativas que ocorreu nessa região foi quando houve a introdução do gado. As primeiras cabeças de gado bovino teriam sido trazidas para o Brasil em 1534, primeiramente para a Capitania de São Vicente, posteriormente se espalhando para diversas regiões brasileiras, inclusive para o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo durante muito tempo a base da economia regional. As regiões dos campos de Palmas e Guarapuava foram ocupadas posteriormente, eram regiões distantes e isoladas. A ocupação desses campos sulinos teve seu princípio nas reduções jesuíticas espanholas, bem como, na atuação dos bandeirantes paulistas e nos rebanhos de gado que viviam soltos nessas terras e, eram alvo de diversos grupos que cobiçavam principalmente o couro, além da carne:

As origens das manadas bravias a leste do rio da Prata, onde hoje ficam o Uruguai e o Rio Grande do Sul, também são obscuras. Os espanhóis, ou os portugueses, ou os jesuítas, podem ter sido os primeiros a introduzir os animais, e os três grupos acabaram de fato trazendo bovinos e equinos. A primeira data confirmável que temos é 1638, quando os jesuítas abandonaram uma missão naquela área, deixando 5 mil cabeças de gado para trás. Podemos ter certeza de que os animais liberados propagaram-se rapidamente, como acontecia com todas as manadas dos pampas. Em 1619, o governador de Buenos Aires declarou que se se abatessem 80 mil cabeças de gado por ano para serem esfoladas isso não diminuiria as manadas selvagens (CROSBY, 1993, p. 72).

Toda a região Sul brasileira sofreu alterações no meio natural em função do desenvolvimento dessa atividade. Quando os europeus chegaram na América, em 1500, não encontraram espécies de animais dos quais estamos acostumados a conviver hoje, cães, gatos, bois, cavalos, etc. “Quando os portugueses chegaram ao Brasil, não havia bovinos no território, já que a espécie não é nativa das Américas” (MOUTINHO, 2018, p. 21). Esses animais tiveram grande importância para a configuração territorial e para a subsistência do Brasil. A pecuária deu suporte a várias atividades econômicas. Nos séculos XVI e XVII a cana-de-açúcar no Nordeste utilizou muito os bovinos. No século XVIII, a região de Minas Gerais, precisou de muitas rezes para as atividades exploratórias na mineração. Além de servir para a alimentação e fornecer o couro, sebo, carne e leite, servia também de tração animal nas mais diversas tarefas cotidianas, além de servirem como moeda de troca. Em fins do século XVIII, o Sul forneceu carne e tração animal para essas regiões econômicas e para o litoral. Quanto à produção de leite, esse produto era essencial para a alimentação, mas a ordenha era uma tarefa árdua, pois o gado era arisco e difícil de domar: “o consumo de leite, já no período imperial, era ainda muito pequeno. Até o início da República, o gado era ainda arisco, o que acabava comprometendo a produção leiteira” (MOUTINHO, 2018, p. 34).

O gado era uma alternativa para marcar a presença governamental no território. Frente ao medo da invasão de outros países europeus, Portugal efetivou o processo de colonização nessas terras e estimulou a criação de gado. Em fins do século XVI o gado já se espalhou por todas as Capitânicas. A expansão da pecuária também foi responsável pela abertura de estradas, que antes eram apenas picadas, abrindo caminhos e integrando diversas regiões. A criação de gado proporcionou a expansão do território, era preciso grandes áreas de pastagens, expandindo as fronteiras para além das áreas firmadas nos tratados da época.

Conforme Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, (2009), as roças eram muito férteis, onde era cultivado o milho que os indígenas faziam a farinha, o trigo, além de outros produtos agrícolas. Porém, a atividade pecuarista se tornou a base de sustentação de toda região. O desenvolvimento da prática pecuarista no Sul está relacionado com o aumento da demanda a partir do século XVIII, e por uma série de fatores:

A condensação da população da zona de Curitiba, a progressiva decadência da mineração e, principalmente, a atração exercida pelo mercado consumidor de carne e gêneros agrícolas no litoral, as ligações relativamente fáceis com o cada vez mais poderoso mercado consumidor de São Paulo e de Minas, as crescentes disponibilidades de força de trabalho com a mineração decadente, são alguns dos principais fatores que promoveram a expansão da pecuária nos Campos Gerais (CHANG, 1988, p. 20).

No Sul, mesmo tendo melhores condições para o desenvolvimento da pecuária, esta atividade começou mais tarde em relação ao Nordeste e ao Sudeste. Era uma região pouco ocupada até meados de século XVIII. Em fins do século XIX a atividade com o gado ainda não estava de acordo com os padrões pretendidos pelo governo. “Tratado actualmente o gado vaccum em nossa província quasi do mesmo modo que nos tempos primitivos da humanidade...” (SOBRINHO, 1886, p. 42). Os governos relatam que ainda existe falta de interesse pela criação do gado, os criadores se queixam da falta de compradores. “D’esta desanimadora situação dos nossos creadores sente o commercio importador as embaraçosas consequências” (SOBRINHO, 1886, p. 42). Um dos supostos motivos, segundo o governo, seria a falta de cruzamento de raças e melhoramento de pastagens, fatores que deixariam a carne verde com qualidade inferior. A raça cavalariça tem tido mais atenção e valorização naquele momento.

No relatório de 1888, notamos uma preocupação do governo em criar uma Estação Zootécnica. A ideia era incentivar o cruzamento para o melhoramento das raças e a introdução e reprodução de espécies novas, bem como, no estudo de plantas forrageiras mais apropriadas. Esse seria o objetivo do estabelecimento zootécnico. Porém, não foi possível perceber se este estabelecimento foi realmente efetivado. O governo acreditava que sem isso, a Província não se libertaria dos métodos primitivos e rudimentares a que estava subordinada:

A industria da criação que encontra nesta provincia todos os elementos para desenvolver-se em todos os seus variados ramos arrasta ainda a existencia de sua phase rudimentar. Algum progresso apenas se faz sensível na produção cavallar. Quanto ao gado vaccum e lanígero, tudo ainda está por fazer-se (RIBEIRO, 1888, p. 25).

Os missionários jesuítas tiveram papel importante na economia com a criação de bovinos no século XVII. “Um dos motivos que levaram o Marquês de Pombal a expulsar os jesuítas do Brasil foi o fato de eles ultrapassarem a questão da catequese, tendo desenvolvido, entre outras atividades econômicas, a exploração de grandes fazendas de gado” (MOUTINHO, 2018, p. 89). Com a expulsão desses povos em 1759, esse gado se criou solto, tornando-se xucro, selvagem. Com o tempo, os guerrilheiros que estavam nessas terras passaram a formar estâncias, capturando esse gado, amansando e engordando para posterior venda. Esse comércio ganhou força e tiveram destaque naquele momento as tropeadas. Eram os índios guaranis e os bandeirantes paulistas que se dedicavam ao tropeio. A preia do gado xucro era essencial para a alimentação, bem como, para incrementar o comércio com a exportação de couros, sebo e graxa para a Europa. Conforme Maestri (2009), os animais eram

laçados ou boleados, executados e carneados. Quem se dedicava a essa atividade precisava de cavalos, arreios, laço, boleadeiras, etc. A operação para a caça a esses animais exigia muito esforço físico e recursos financeiros, além de ser uma tarefa demorada. O produto mais valioso, durante muito tempo, foi o couro. Do animal abatido era retirado o couro, o sebo e a língua. A carne que não fosse consumida no local, ali apodrecia:

O principal negócio relacionado à pecuária sulista era a produção de couro, exportado em grande quantidade. Já parte da carne oriunda de animais de onde era retirado o couro era desprezada, pois não havia população suficiente para o consumo da quantidade produzida (MOUTINHO, 2018, p. 74).

Com o desenvolvimento pecuarista, surgiram novas atividades apoiadas no trabalho familiar e no trabalho escravo. Muitos produtos eram trocados por outros produtos como o sal, tabaco, bebidas, ferramentas, roupas, entre outros, e o comércio foi se desenvolvendo. Com o decorrer do tempo, começou-se a estabelecer o sistema de criação do gado. A caça predatória dos animais foi perdendo espaço para a agropecuária que, juntamente com a erva-mate, tornava a terra mais produtiva e mais valiosa. O gado tinha papel de destaque na economia catarinense, paranaense e rio grandense no século XIX. “O gado vaccum, cavalari, e muar faz objecto de mui extenso commercio para os habitantes do interior” (VASCONCELLOS, 1854, p. 75).

Contudo, o governo sofria prejuízos com as sonegações. Muitas pessoas tentavam sonegar os impostos cobrados sobre os animais e a Província tentava impedir as sonegações. Muitas cabeças de gado eram abatidas sem o pagamento do imposto sobre elas, muitas eram tropeadas até as feiras de São Paulo por caminhos onde pudessem sonegar o pagamento do imposto. Isso prejudicava a arrecadação provincial e fazia com que o governo procurasse meios de coibir a sonegação. Como exemplo, trouxemos a alteração da lei de cobrança de imposto sobre o gado morto, contida no Relatório Provincial do presidente Fleury de 1866.

O &3º. do art. 2º. Da lei nº. 19 de 18 de Setembro de 1854 estatuiu o imposto de 2\$000-“sobre a rez que, morta, for vendida em todo ou em parte, verde, secca ou preparada de outra qualquer fórma”.

[...]

Máo grado, porém, as garantias com que se pretendeu cercar a arrecadação, muitas rezes eram mortas sem que o competente imposto fosse recolhido ao cofre.

[...]

Actuando no animo de todos o defeito que aponto, a assembléa legislativa, pelo art. 6. &8º. Da lei n. 87 de 14 de Abril de 1862, - autorizou o governo a alterar o systema da arrecadação deste imposto, para substituil-o pela cobrança sobre o gado vivo que se destina a corte (FLEURY, 1866, p. 13).

O sal era um produto imprescindível para a criação do gado, por isso, não existia muita reclamação sobre a cobrança do imposto sobre ele. Como era um produto de extrema necessidade para os animais, mesmo com altos impostos o produto era bem comercializado.

A objecção de que essa mercadoria é indispensável a alimentação, e materia prima para umas tantas industrias nenhuma procedencia tem.

[...]

Convem por outro lado observar que os alimentos das classes operarias são frequentemente pagos por aquelles que os empregão.

D'ahi o facto notavel de em tempo algum terem os consumidores levantado queixas contra o imposto (RIBEIRO, 1888, p.20).

O comércio do gado, em conjunto a atuação dos tropeiros tiveram forte influência na formação e delimitação da região Sul brasileira. Essa atividade, assim como outras do século XIX, estava baseada na mão de obra escrava, principalmente africana. Os grandes fazendeiros precisavam além de recursos financeiros, também do braço escravo para a lida no campo. Ao contrário da exploração da erva-mate, onde era inviável o uso do trabalho escravo, a atividade pecuarista o utilizou muito. A Lei dos Sexagenários, Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885, determinou que todos os escravos com mais de 60 anos fossem libertos. Muitos desses escravos trabalhavam ativamente nas lidas pecuárias, mas após a lei essa mão de obra foi sendo substituída pela livre. O governo defendia o trabalho livre:

Tem em geral corrido n'esta Provincia, infelizmente de modo bastante vagaroso, o processo de libertação de escravos sexagenarios, conforme ficou determinado pela lei ultima n. 3270 de 28 de Setembro de 1885; novamente chamo toda a attenção de V. S. para tão grave assumpto, devendo elle merecer a applicação de toda a sua actividade e zelo, afim de fazer entrar no goso do imenso beneficio da liberdade, infelizes que não podem ser mais considerados captivos (TAUNAY, 1886, p. 30).

Juntamente ao trabalho e comércio de escravos⁷ surgiu a exploração do ouro. A busca pelo ouro levou os colonizadores a adentrarem as matas, subindo a Serra do Mar, chegando ao planalto de Curitiba, e posteriormente mais a oeste. O ouro representou progresso para a economia do século XVIII. O centro das atenções deixou de ser o nordeste e passou a ser a região centro sul, e até mesmo a capital da colônia foi transferida de Salvador

⁷ Conforme Magalhães Filho, (1996), o território que hoje corresponde ao Paraná foi explorado desde o século XVI por duas correntes colonizadoras, uma no litoral pelos portugueses e outra pelo oeste por espanhóis. As reduções jesuíticas fundadas na região para catequização dos índios eram baseadas na propriedade coletiva da terra. As reduções eram alvos dos bandeirantes paulistas, que as atacavam para capturar os índios para trabalharem como mão de obra escrava em diferentes regiões do país. Isso fez com que os jesuítas abandonassem as reduções por volta de 1631. Esta teria sido a primeira atividade econômica no Paraná, o comércio de escravos indígenas.

na Bahia para o Rio de Janeiro em 1763. A mineração atingiu também a economia do Rio Grande do Sul, principalmente na questão da pecuária, que foi o carro chefe que incorporou o Sul do Brasil na economia colonial. Transitava pela colônia o charque, o couro, a banha, a carne, o sebo, bem como, animais de carga e tração. As charqueadas preparavam as carnes para o comércio externo, aumentando seu valor comercial:

Além desse inquerito, a Assembléa Provincial entendeu sabiamente de animar o desenvolvimento da criação do gado, promovendo o estabelecimento de xarqueadas que, por processos aperfeiçoados, preparem as carnes para a exportação, dando-lhes maior valor comercial, que o alcançado actualmente pelos productos da industria pastoril, que tem a província (BELLO, 1884, p. 28).

Esses produtos tinham mercado consumidor nas regiões auríferas como fonte de alimentação e força de trabalho. Assim, toda a região Sul foi sendo explorada e ocupada: “foi desta forma que o oeste catarinense se inseriu nesse contexto, pois, com o caminho das tropas, iniciou-se a ocupação dos campos de Palmas” (BAVARESCO, 2005, p. 46). O mercado do gado era de fundamental importância para a economia sulina, motivado principalmente pela expansão cafeeira e a exploração aurífera na região Sul e central do Brasil (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), o que se evidenciava no desenvolvimento da feira de Sorocaba em São Paulo:

As atividades pecuárias desenvolvidas no extremo sul do Brasil desde o século XVIII estiveram relacionadas aos impulsos de demanda oriundos das Minas Gerais [...] Tais ligações estão associadas fundamentalmente ao fornecimento de animais de carga, dos quais dependia a economia da região centro-sul para seu bom funcionamento (SUPRINYAK e RESTITUTTI, 2006, p. 2).

A expansão da indústria cafeeira e mineradora aumentou a demanda por mulas para o transporte, elevando consideravelmente seu preço, destacando nesse sentido a economia rio-grandense. O mercado principal era o de mulas, que era utilizado em larga escala no transporte dos mais diversos produtos comercializados (principalmente café e açúcar) interna e externamente. Eram o principal meio de transporte e comunicação nas estradas precárias da época. Esses animais só perderam sua importância com a chegada das ferrovias, por volta de 1860/70: “embora o mercado de Sorocaba continuasse aberto até o início dos anos de 1890 e um pequeno número de mulas ainda fosse necessário para transporte local, a chegada das ferrovias marcou o fim do ciclo da mula na história brasileira” (KLEIN, 1989, p. 367).

Foi o trajeto percorrido por aventureiros e suas mulas que abriram as principais rotas comerciais naquele período, que posteriormente deram espaço a estradas de rodagem. O Rio

Grande do Sul era o maior criador de mulas e cavalos, o Paraná se dedicava mais a invernagem por ser um grande ponto de passagem e, São Paulo ao comércio. Sorocaba se destacava pelos bons campos de pastagens, ficando no caminho para Minas Gerais e Rio de Janeiro, e assim tornando-se o grande polo do mercado de animais. “Além de sua fundamental importância na viabilização das atividades econômicas da região centro-sul e em seu abastecimento, o comércio de animais de carga também teve marcante relevância fiscal durante os séculos XVIII e XIX” (SUPRINYAK e RESTITUTTI, 2006, p. 3). Por isso o governo imperial criou uma alfândega para a cobrança de impostos sobre os animais nesta cidade, o Imposto de Barreira:

A cidade de Sorocaba, a partir de meados do século XVIII, serviu como ponto de terminal da estrada aberta pelo governo para estabelecer e suprir, por terra, as regiões fronteiriças de Curitiba, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Estas áreas começaram a criar gado e produzir couro e carne-seca na segunda metade do referido século. O mercado para estes produtos eram a Europa, o Caribe e a América do Norte (por mar) e as três províncias dinâmicas do centro: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (por terra). Com seus centros agrícolas e mineradores distantes da costa e com pouca disponibilidade de pastagens para criar seus próprios rebanhos, estes três estados tornaram-se logo dependentes dos animais provenientes do sul: cavalos, gado e, sobretudo, mulas. Para os três tipos de animais, o mercado de Sorocaba era um importante ponto final de vendas (KLEIN, 1989, p. 350).

A mineração estimulou também atividades paralelas, como a agricultura de subsistência. Com a descoberta das minas gerais, o Brasil, nos últimos anos do século XVII, se transformou no maior produtor de ouro do mundo e a região aurífera despontou economicamente. Porém, o transporte era um dos principais problemas enfrentados naquela época. A longa distância até o porto do Rio de Janeiro dificultava muito o tráfego de mercadorias que era feita através do lombo dos animais (muars). Portanto, em função do ouro, surgiu naquele momento uma demanda muito grande por animais de carga e o Sul do Brasil se beneficiou com isso. Com o desenvolvimento do caminho que ligava Viamão a Sorocaba, feito por ordem do Capitão General de São Paulo em 1730, esta estrada conectou os campos de criação no Rio Grande do Sul com Sorocaba. “Não foi porém, o gado vacum que transitou pela nova estrada que vinha de Viamão. As tropas eram compostas de cavalos e mulas, os quais melhor serviam ao transporte de cargas. A primeira tropa transitou em 1731, inaugurando a “Era do Tropeirismo” (CHANG, 1988, p. 23).

A partir daí se iniciou a condução regular de animais por essa estrada. Essa nova atividade despertou o planalto paranaense. A pecuária passou a ser a atividade de destaque na região, predominante e muito lucrativa. Pessoas com recursos, normalmente proprietários de terra, fazendeiros, compravam o gado no sul e revendiam nas feiras de Sorocaba. Essa elite

regional passou a comandar politicamente a região, que foi se transformando. O tropeiro era um intermediário entre o criador do sul e o comprador. Muitas atividades se desenvolveram em função do tropeirismo, como pousadas, produção de alimentos, áreas que eram alugadas pelos tropeiros para repouso e alimentação do gado e, o comércio em geral de outros produtos, como o sal, por exemplo, que eram comercializados nas mais diferentes regiões em que os tropeiros transitavam com seus rebanhos.

No final do século XVIII, a economia do ouro entrou em decadência, e junto com ela, as atividades dos tropeiros. Após a Independência, com as atividades cafeeiras, essa atividade teve novo impulso. Pode-se dizer que foi uma segunda fase do tropeirismo com seu maior destaque por volta do século XIX. Entretanto, com as estradas de ferro as atividades dos tropeiros acabaram. As ferrovias fizeram com que diminuísse a necessidade de mulas para o transporte. “Nos meados do século XIX, a expansão do café paulista reativa o mercado de animais, mas por pouco tempo, pois logo depois se estabelecem as estradas de ferro que irão cessar definitivamente o tráfico de tropas vindas do sul” (CHANG, 1988, p. 28). Porém, a ligação comercial nunca mais se perdeu, pois além do comércio de animais, havia um comércio de excedentes agrícolas, objetos em couro e madeira que mantiveram a rota ativa durante muitos anos.

Os tropeiros tiveram grande participação no reconhecimento, exploração e conquista dessa região. Muitas vilas, povoados e cidades surgiram nas paradas onde os tropeiros descansavam ou nos pontos de comércio. A ligação entre o Sul e o Centro Oeste era feita pelas tropeadas, que facilitavam a comunicação entre essas duas regiões. Por esses caminhos, cruzavam além dos animais (muars, cavalares, bovinos, caprinos, dentre outros), também pessoas, produtos diversos e informações. Dentre esses animais, a mula foi a principal forma de transporte terrestre no Brasil colonial e imperial, pois foi a força motriz para o transporte da produção interna (produtos agrícolas, ouro, açúcar, café, dentre outros). A mula é um animal que resulta do cruzamento do burro com a égua, animal forte e resistente, por isso era valorizado e muito procurado para realizar os caminhos difíceis e perigosos daquela época. Esse animal era mais procurado do que o cavalo para o trabalho de transporte de cargas.

Pela estrada das tropas, o gado era transportado em pé para as feiras de São Paulo. Esse tráfego de animais e pessoas modificou as paisagens por onde passaram. Modificou o meio natural, com a abertura de picadas, a derrubada de árvores e as queimadas acidentais ou provocadas. Modificou a maneira das pessoas agirem em sociedade, pois os tropeiros provocaram mudanças na estrutura social e cultural, traziam e levavam informações de diferentes locais, bem como, os mais variados produtos para comercialização, remédios, etc.

Os tropeiros faziam parte do cotidiano dos povos que estavam localizados nos caminhos percorridos por eles. Eles intensificaram as relações do Sul com a região centro oeste do país. As tropeadas normalmente causavam alterações por onde passavam:

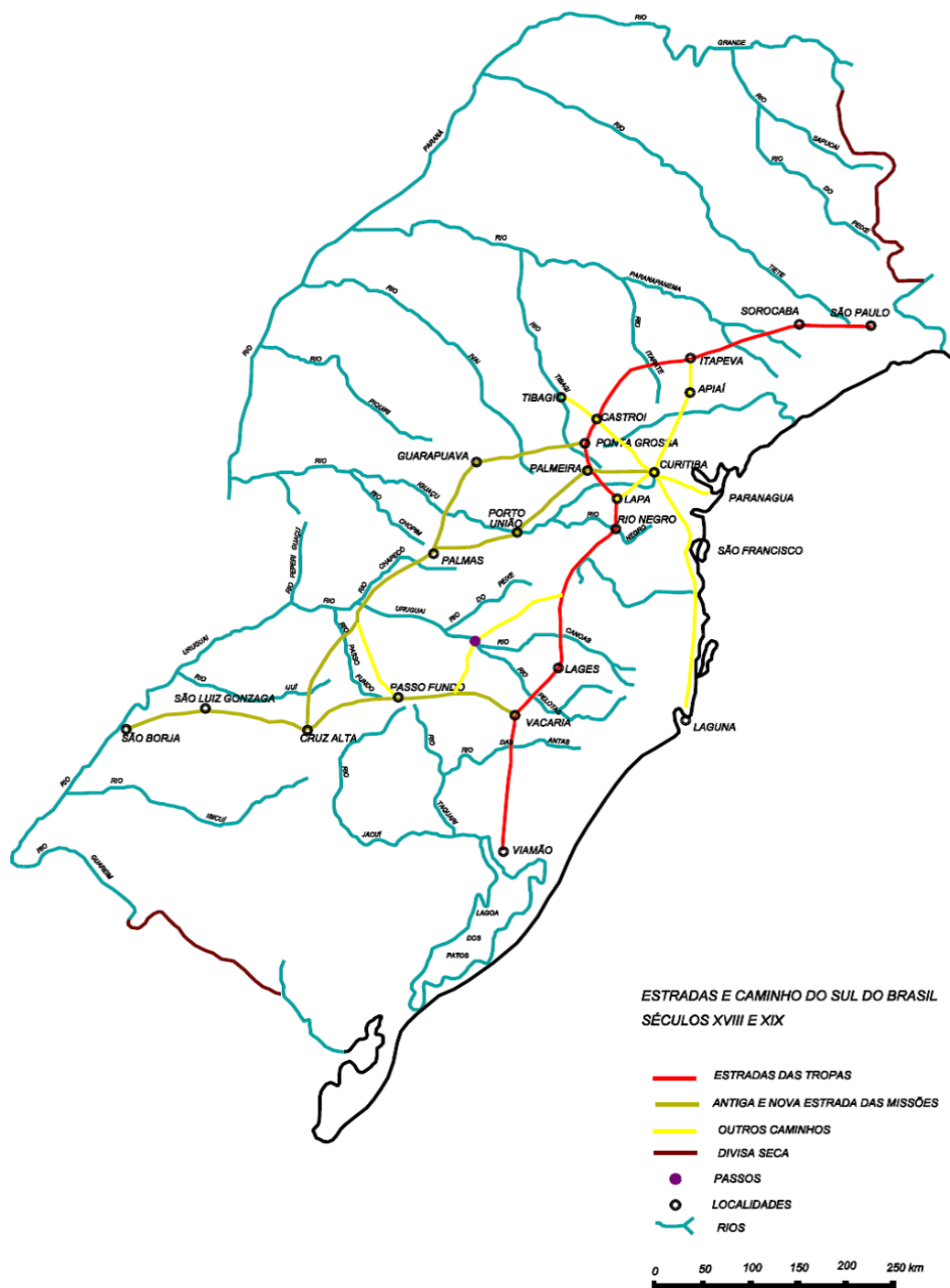
A quantidade de animais introduzida e sua reprodução promoveram profundas transformações no ambiente natural da região. A mudança na composição vegetal da região a partir da introdução do gado pelos europeus é mencionada por diversos autores, como Pierre Deffontaines, para quem o pisar contínuo do gado alterou, pouco a pouco o tipo das pastagens, que também passaram a se empobrecer com a introdução de espécies exóticas, além da compactação de solo que esse trânsito de animais pode realizar, enquanto as espécies animais nativas foram alvo não apenas da perda das melhores pastagens, mas também de parasitas trazidos pelos novos animais (BRANDT, 2017, p. 39).

Cabe aqui fazer uma menção também ao tropeirismo de porcos, que embora foi mais restrito do que o de gado, também fez parte da economia dessa região. O gado era mais cobiçado do que os porcos naquele momento, procriava com facilidade e não demandava maiores cuidados, andavam livremente pelas matas e campos, se alimentando das pastagens existentes no meio natural. Essas pastagens se transformavam em carne, fonte de alimentos para o ser humano. Além disso, o porco anda bem mais devagar, e se perde mais fácil do grupo. Embora tenha havido tropeirismo de porcos no sul, as viagens eram mais curtas:

Do ponto de vista do ser humano, o gado bovino apresenta pelo menos duas vantagens sobre os porcos: seu sistema termorregulador é mais eficiente, tolerando melhor o calor e a luz direta do sol; e o boi é capaz de transformar a celulose — relva, folhas, brotos — que o ser humano não consegue digerir, em carne, leite, fibra e couro, além de servir como animal de tração. Essas características, associadas à sua autossuficiência natural, fazem do gado bovino uma espécie tão capaz de cuidar de si própria nas pradarias quanto os porcos nas florestas e selvas (CROSBY, 1993, s/p).

O caminho das tropas via Ponta Grossa, Castro, Itapeva e Sorocaba e a estrada das missões via Palmas, Guarapuava, Ponta Grossa, Castro, Itapeva e Sorocaba eram as duas principais vias de transporte. Conforme Moretto (2010), transportar animais pelo litoral era mais complicado devido a inúmeros fatores como a presença de espanhóis e a falta de pasto para o gado, sendo assim, o melhor caminho era pelo planalto. Passando a Serra Geral, os tropeiros encontravam campos e pastos, onde foram encontrados rebanhos que haviam sido abandonados pelos jesuítas no século XVII. Nesse sentido, os campos passaram a ser procurados pelos paulistas, despertando o interesse pelas riquezas que a região oferecia e pela abundância de gado muar e cavalos criados soltos.

Figura 8 – Os “Caminhos do Sul”, séculos XVIII e XIX.



Fonte: Vicenzi (2015).

A economia do gado foi muito importante para a Província do Paraná. Além de proporcionar uma excelente arrecadação, também lhes garantia o *Uti-Possidetis*. Os tropeiros ajudaram na configuração do mapa brasileiro, nas definições das fronteiras. “Os caminhos estabelecidos por Lages (Caminho das Tropas) e posteriormente por Palmas (Estrada das

Missões) foram vitais para a ocupação, exploração e integração de espaços que passaram a assumir importância central em termos econômicos” (PETROLI, 2018, p. 115). Esse espaço não era apenas um local de passagem entre São Paulo e Rio Grande do Sul, não era somente o caminho das tropas, ali existiam povoações, comércio de produtos da terra como o tabaco, a cachaça, pequenas praças de abastecimento e repouso das tropas, igrejas e escolas. Além disso, o imposto cobrado sobre o gado era importante para o governo:

[...] ordenei ao subdelegado de polícia da freguesia de Palmas, em 8 de outubro próximo findo, que estabelecesse uma guarda em lugar conveniente para embargar o passo aos contrabandistas e obrigar-os a pagarem previamente na agencia fiscal competente, os direitos correspondentes aos animaes exportados, ou apresentarem documento com que provem haver sido feito esse pagamento (CARVALHAES, 1857, p. 129).

Os tropeiros desempenharam uma atividade fundamental para os cofres provinciais do Paraná. “Em todo o município de Guarapuava e especialmente na freguezia de Palmas, assim como parte da de Castro, é a industria criadora aquella que maior riqueza representa” (CARDOSO, 1860, p. 71). Além do tráfego de animais, a atividade dos tropeiros gerava lucros também para as pessoas que aproveitavam esse movimento para desenvolver o comércio dos mais diferentes produtos. Porém, os poucos investimentos feitos nessa região não levaram em consideração a melhoria da qualidade de vida dos povos que habitavam os chamados espaços vazios. O objetivo do governo era explorar a terra, obter lucros e garantir o território. Os habitantes de Guarapuava tinham conhecimento da existência de terras a Oeste, com muitas riquezas naturais. Muitas expedições foram feitas, tanto por parte da Província de São Paulo, como pelo Paraná e Santa Catarina, interessadas em explorar essas riquezas e confirmar seus territórios a Oeste e Sudoeste de suas referidas Províncias:

Assim como os caminhos das tropas, a expedição de Diogo Pinto de Azevedo Portugal, já no início do século XIX, abre o caminho de Guarapuava que, mais tarde, ligou-se aos campos de palmas. [...] Os ocupantes de Guarapuava sabiam da existência dos campos abertos e faxinais, ao oeste de Palmas, o chamado Campo Erê. A partir da década de 50, estenderam seus domínios para essa região, hoje denominada como Sudoeste (CAMPIGOTO e SOCHODOLAK, 2008, p. 188).

Os grupos indígenas tiravam seu sustento da terra. Exerciam atividades agrícolas para subsistência, praticavam a caça, pesca, coleta de frutas e o extrativismo. Porém, com o passar do tempo e a chegada do colonizador, o cenário foi se modificando. No final do século XVIII, “a atividade econômica mais rentável, praticada pelos não indígenas estabelecidos nessa região, fundamentava-se no latifúndio pastoril. Estendendo-se dos Campos Gerais para

os de Guarapuava e Palmas” (CAMPIGOTO e SOCHODOLAK, 2008, p. 188). De acordo com Chang (1988):

Além da produção de porcos, a subsistência das fazendas também contava com uma pequena agricultura. Além da carne do leite, os demais gêneros da alimentação fundamental eram produzidos em roças. Geralmente se faziam roças das terras de mato, segundo o princípio do pousio da terra. Para se fazer uma roça, bastava cortar e queimar o mato. Não era feito nenhum tipo de trato à cultura após o semeio. Aliás, não se plantava, semeava-se, e ainda assim produzia-se mantimentos em excesso. A mesma terra que era semeada num ano, não era semeada no ano seguinte; escolhia-se novo mato para derrubar e queimar e esperava-se os anos necessários para que na primeira roça tivessem crescido novas árvores e lenhas para se tornar a queimar (1988, p. 27).

Essa terra, que por muito tempo proporcionou a vida, no decorrer do tempo, consistiu também no cenário para muitas mortes. Conflitos e acordos ocorreram, motivados por vários interesses. Paraná e Santa Catarina utilizaram várias estratégias políticas, econômicas e militares para garantir seus territórios, como por exemplo: “Em 1864, o Paraná criou uma estação fiscal no Chapecó, tendo Santa Catarina levantado outra no Rio Uruguai, motivando recíprocos protestos dos Presidentes das duas Províncias” (CABRAL, 1994, p. 315). A ocupação da região dos campos de Palmas, principalmente por caboclos, colaborou para a confirmação de posse do Brasil e a configurar o atual desenho do mapa brasileiro.

Essa população sofreu os reflexos dessas transformações. A erva-mate e a madeira passaram a ter grande valor comercial, além da criação de porcos e outras atividades ligadas à agricultura, à pecuária e ao extrativismo. Com o desenvolvimento da agropecuária, houve mudanças nos hábitos e costumes dessa população, principalmente na questão do sedentarismo, pois a partir daí precisavam ficar por mais tempo em um mesmo lugar a fim de cuidar das plantações e dos animais. É importante frisar aqui que a pecuária foi a motivadora da colonização da região dos campos de Palmas. Sem contar também os impactos relevantes que essa prática causou nas florestas, que passaram a ser derrubadas e queimadas para abrir espaço para a produção e a criação. Nesse sentido, a agricultura e a pecuária influenciaram nas dinâmicas de povoamento e na percepção do governo paranaense sobre o meio natural.

4 A PERCEPÇÃO DA PROVÍNCIA PARANAENSE EM RELAÇÃO AO MEIO NATURAL DA REGIÃO DOS CAMPOS DE PALMAS

4.1 MUDANÇA DE PENSAMENTO EM RELAÇÃO À VALORIZAÇÃO DOS ANIMAIS E DAS FLORESTAS

Consideramos importante iniciar este capítulo fazendo uma discussão com base na obra do historiador Keith Thomas (1988), *O homem e o mundo Natural*, onde ele analisa o período de 1500 a 1800, investiga as transformações que os homens se depararam ao longo do tempo ao seu redor. Essa discussão envolve também a agropecuária, pois envolve os animais que são criados para servirem de alimentação aos seres humanos. Segundo o autor, é lamentável que muitos animais precisem ser mortos para a alimentação de outros animais. O homem sempre teve a ambição, ou meta, digamos assim, de dominar a natureza. No século XIX, ainda predominava essa visão na maioria das pessoas. Porém, com o tempo, surgiram dúvidas sobre qual é o lugar do homem na natureza e o seu relacionamento com as outras espécies animais e vegetais. Foi um período com novas sensibilidades, onde a visão sobre as matas e os animais passou a ter uma conotação diferente. Passou-se a criticar a violência contra os animais, contra a natureza, contra o próprio ser humano e passou-se a defender uma ideia de valorização dos animais e das florestas, de preservação do meio natural, uma revolução na mentalidade da época:

A terceira transição ocorreu na escala secular e teve início na época da Idade da Razão e do Iluminismo europeu nos séculos xvii e xviii (embora tenha antecedentes na Grécia Clássica e na Renascença, e paralelos em outras partes do mundo). Esse foi o momento dos primeiros movimentos organizados para abolir formas de violência socialmente sancionadas como o despotismo, a escravidão, o duelo, a tortura judicial, a execução supersticiosa, as punições sádicas e a crueldade com animais, e foi também a época dos primeiros frêmitos do pacifismo sistemático. Alguns historiadores chamam essa transição de Revolução Humanitária (PINKER, 2017, p. 17).

Essa mudança de pensamento pode ter sido influenciada por inúmeros fatores. A visão que se tinha do espaço urbano e rural era diferente. A cidade era vista como sinônimo de violência, sujeira e poluição. Mas elas cresciam rapidamente, o número de habitantes nas cidades aumentava de forma assustadora. Isso colaborou para que as pessoas passassem a ver a natureza com outros olhos, com um olhar de preservação. Essa sensibilidade reflete o

desgosto gerado pelo progresso industrial da civilização humana naquele momento. O aprimoramento e a exploração agrícola eram extremamente necessários, econômica e moralmente, pois isso evitaria a matança de muitos animais. A partir do momento em que se produz o alimento, se torna menos necessário matar outros animais para a alimentação. Em meio ao desenvolvimento da agricultura, em meio ao crescimento populacional e a valorização do espaço rural, houve também a diminuição das práticas de violência existentes na sociedade. Essa transformação provocou também o encorajamento das pessoas em fazerem novas descobertas, enfrentarem seus medos e superstições, buscarem novos caminhos, compreender a natureza e seus mistérios, procurarem a cura de certas doenças em plantas medicinais, incentivarem novas pesquisas.

Nesse sentido, segundo Thomas (1988), muitas concepções sobre alguns espaços naturais foram se modificando. Num primeiro momento, as pessoas tinham medo das montanhas. Mas esses medos não impediram botânicos dos anos 1600 a escalá-las em busca de novas espécies. Não era tanto a questão do medo da altitude, mas sim por elas serem consideradas inúteis e desagradáveis, preferiam a paisagem domesticada e fértil do qual o homem já tinha controle. No século XVII eram consideradas deformidades da natureza, no século XVIII passaram a ser objeto de admiração. O século XVIII foi marcado por uma apreciação do cenário rural. A mudança nesse cenário é que o admirado não é mais a paisagem fértil e produtiva, mas a selvagem e romântica, por isso a necessidade de preservar a natureza.

Thomas (1988), afirma que o prazer, mais que a necessidade, contribuiu para exterminar muitas espécies selvagens. A matança de animais por pura diversão prevaleceu durante muito tempo. Muitos seres vivos foram apedrejados, tinham seus ovos quebrados e ninhos destruídos, mortos por simples diversão. Fazia parte da cultura daquele período a violência implacável contra os animais. Atitudes impregnadas na sociedade, atitudes violentas que causaram a morte de muitas espécies de animais, talvez atitudes até mesmo inconscientes, atitudes que eram tomadas de acordo com a ocasião, de acordo com as características sociais daquele momento. A derrubada de florestas, o plantio, a expansão da ocupação humana, o uso de fertilizantes e produtos químicos, fizeram com que muitas espécies animais e vegetais desaparecessem. Conforme o desenvolvimento das técnicas agrícolas se intensificava, maior eram os impactos sobre o meio ambiente.

Trouxemos aqui uma citação da obra de Pinker, como exemplo de violência e maus tratos contra os animais, até mesmo em momentos de lazer e diversão. Esses fatos ocorreram no contexto europeu, mas seus reflexos também podem ser percebidos em outros continentes

onde o colonizador europeu chegou, dentre eles o continente americano. O europeu conquistou novas terras e introduziu nas sociedades conquistadas e posteriormente colonizadas seus hábitos, costumes e tradições:

Os jogadores, com as mãos atadas às costas, competiam para matar a cabeçadas um gato amarrado a um poste, correndo o risco de ter as faces rasgadas ou os olhos arrancados pelas garras do animal desesperado. [...] Ou um porco preso num grande cercado era caçado por homens com porretes sob as gargalhadas dos espectadores, enquanto fugia guinchando dos golpes até ser morto a pancadas (PINKER, 2017, p. 115).

Nesse contexto, nessa região a que este estudo se refere, também existiam exageros e práticas violentas contra os animais, e até mesmo, contra as próprias pessoas em brigas pessoais que levavam a morte. Numa região tão afastada e abandonada pelo poder público, os habitantes precisavam sobreviver a qualquer custo. Uma das maneiras de conseguir alimento era matando animais, fazia parte de sua cultura as caçadas aos mais diferentes animais aqui existentes, animais que devido a essa prática encontram-se extintos ou em fase de extinção. “A quantidade de pássaros e animais silvestres, muitas vezes, era um empecilho para a lavoura, então caçar era aceito na comunidade, não havendo restrições para sua prática” (BAVARESCO, 2005, p. 99). As caçadas eram vistas também como sinônimo de proteção, matando os animais que poderiam prejudicar suas plantações ou oferecer algum risco a segurança de sua família, mas principalmente as caçadas eram uma excelente fonte de alimentação.

Com o tempo, de acordo com Thomas (1988), ocorreu uma grande mudança de pensamento, além de proteger os animais, se torna comum alimentá-los. A sensibilidade humana aumentou, envolvendo também questões morais, o direito do homem de eliminar seres selvagens e se alimentar deles, passou a ser cada vez mais questionado. Inclusive a domesticação e o aprisionamento, até mesmo em zoológicos, receberam críticas. No século XVIII, em alguns lugares na Europa, comer carne era descrito como um ato repugnante e fazia mal à saúde. Porém, muitos defendem que o consumo de carne é natural e necessário a vida humana, desde que os bichos não sofram quando vivos e morram com o mínimo de crueldade. Essa ideia é defendida ainda hoje como forma de amenizar os impactos causados pela criação de aves, suínos ou outros animais que são criados em confinamentos, onde sua vida se resume a comer o tempo todo, engordar rápido para ser morto e servir de alimento ao ser humano. A diminuição da violência contra os animais fez com que houvesse a diminuição da violência contra os próprios seres humanos. A diminuição da violência só foi possível

porque grupos de pessoas, em diversas épocas da história da humanidade, sensibilizados com tamanha crueldade muitas vezes realizadas contra os animais, lutaram contra essas atrocidades e tentaram minimizar essas atitudes. É necessário estar sempre na luta contra os atos de violência existentes na sociedade para que as gerações futuras desfrutem de relativa paz:

A mudança não é em direção ao comodismo: desfrutamos a paz que encontramos hoje porque as pessoas de gerações passadas se horrorizaram com a violência em sua época e se empenharam em reduzi-la; por isso, devemos trabalhar para reduzir a violência que resta em nosso tempo. De fato, é a constatação do declínio da violência o melhor testemunho de que tais esforços valem a pena (PINKER, 2017, p. 20).

O crescimento urbano aumentou o desejo pelo rural. O desenvolvimento das lavouras criou um gosto pelo estudo das ervas daninhas, por montanhas, ou seja, pela natureza não dominada. Isso produziu um empenho cada vez maior de proteger os animais em seu estado natural. Em 1800, o campo passou a ser mais bonito que a cidade, mais virtuoso. Conforme Thomas (1988), em meados do século XVIII, o plantio de árvores e o paisagismo tiveram impulso na Europa, principalmente na Inglaterra. Da mesma forma que os animais, essas plantas também conquistaram importância emocional. Essa discussão é importante nesse momento, porque as ideias e teorias europeias tiveram repercussões na América e também no Sul desse continente.

Durante muito tempo, a humanidade assistiu à eliminação de animais e plantas, pela questão da necessidade de sobrevivência, ou por simples diversão. As florestas eram consideradas selvagens e hostis. O ser humano entendeu que precisava destruí-las para obter progresso e sobreviver. Essa era a visão da sociedade num determinado período da história. Além disso, com o aumento da população na Europa, por volta do século XIV e XV, a destruição das florestas aumentou, devido à necessidade de pastagens, aos cercamentos de terras, a necessidade de obtenção de matéria prima e às práticas agropecuárias, eliminando muitas espécies de árvores e de animais.

Nos Relatórios provinciais paranaenses, encontramos algumas passagens onde notamos que algumas pessoas não tinham preocupação alguma em relação à preservação dos animais, das matas, plantas medicinais e até mesmo árvores frutíferas. As atitudes eram tomadas sem pensar nas consequências, o impulso pela obtenção imediata do alimento ignorava as consequências futuras.

Encontrando um pé de laranjeira com algumas fructas e desejando colhel-as, um colono, não podendo por causa dos espinhos apanhar os fructos com a mão, derrubou a arvore. Este facto, como me asseverou o digno medico da colonia, em que se dera, era muito cmmum. Eu mesmo, na Wirmond, tive occasião de vêl-o realisado em larga escala (MENEZES, 1879, p. 55).

Essa mentalidade prevaleceu por muitas décadas depois, somente sofrendo questionamentos mais sérios e constantes na segunda metade do século XX. Após a diminuição drástica das matas, e no contexto social da segunda metade do século XX, passou-se a defender com mais frequência a ideia de plantar árvores e não de derrubá-las. Nesse sentido, os motivos para o plantio de árvores eram essencialmente econômicos, a madeira era necessária para a construção naval e para combustível, bem como, para favorecer a proliferação de animais de caça e aves silvestres. No século XVII, homens ligados a agricultura defendiam a ideia de que o cultivo de árvores poderia aumentar o valor de suas terras. Mas esse plantio deveria ser realizado em terras pobres para a agricultura ou em áreas de montanhas impróprias para atividades agrícolas. Até mesmo quem defendia inovações das técnicas agrícolas e a expansão da agricultura, reconhecia que o cultivo de árvores favorecia a economia e a estética, que era sinônimo de beleza e prazer. O plantio para ornamento ganhou impulso, em povoados e residências eram plantadas árvores para fins estéticos, de beleza e de proteção, inclusive nas cidades. Nesse caso, essa teoria estética, defendia a ideia de que as árvores eram essenciais ao desenvolvimento arquitetônico, era comum plantar árvores em torno das residências:

As árvores haviam deixado de ser um símbolo de barbárie ou uma mera mercadoria econômica; tinham se tornado parte indispensável do cenário da vida da classe superior. [...] Nos anos posteriores a 1660, coerentemente, o ritmo de plantio foi estabelecido pela própria Coroa (THOMAS, 1988, p. 250).

Assim sendo, na Inglaterra do século XVIII, as árvores não foram apenas domesticadas, elas adquiriram uma valorização emocional, valiosa fonte de inspiração, passaram a ter muito mais do que valor econômico, artistas começaram a se debruçar a pinturas de árvores, estudando detalhadamente sua estrutura, bem como, houve também a publicação de diversos livros sobre árvores. “As árvores na Inglaterra eram cada vez mais amadas, não só por sua utilidade, ou apenas por sua beleza, mas por seu significado humano, pelo que simbolizavam para a comunidade em termos de continuidade e associação” (THOMAS, 1988, p. 256).

Na América, entretanto, mais ou menos um século depois, foi onde se intensificou a exploração das árvores. Florestas inteiras foram destruídas em nome do lucro, regiões inteiras

foram devastadas, milhares de árvores foram derrubadas e ateado fogo para limpar o terreno. Isso tendo em vista a limpeza do espaço para praticar atividades lucrativas, como o cultivo de produtos agrícolas e a criação de animais.

Com as expedições para a América e outros continentes, a Europa recebeu novas árvores, novas flores, novas verduras, novos produtos agrícolas, novas plantas medicinais, novas frutas, que ajudaram a criar uma paisagem diversificada na Europa. O continente americano forneceu muitas espécies vegetais e animais que foram levadas para a Europa, muitas plantas exóticas foram objeto de admiração naquele continente, e muitas delas proporcionaram grandes lucros para pessoas e governos da época.

O ambiente natural da região dos campos de Palmas era rico em espécies animais e vegetais. Muitas árvores com valor econômico atrativo, muitas plantas medicinais, muitos animais que serviam de fonte de alimentação e, além disso, o pinhão, semente da araucária, árvore que despertou o interesse de grupos e governos para explorar essa importante fonte da economia. Nesse sentido, as riquezas do meio natural da região dos campos de Palmas foi um dos principais fatores de atração dos imigrantes. A natureza exuberante, a abundância de águas, a fartura de animais para a caça e a pesca, a madeira, a erva-mate e inúmeras outras riquezas naturais da região, atraíam algumas pessoas em busca de melhores condições de vida, além de despertar a cobiça de governos que desejavam extrair essas riquezas. Porém, a falta de infraestrutura era um fator que acabava desestimulando essas pessoas a empreenderem uma viagem até esses espaços longínquos.

4.2 O MEIO NATURAL COMO ATRAÇÃO DE IMIGRANTES

Jared Diamond, um dos mais importantes escritores do século XX, em *Armas, Germes e Aço*, mostra a importância do meio ambiente, para explicar várias questões da história de diversas sociedades, incluindo aí a importância dos animais domésticos. O autor dialoga sobre a importância da geografia para entender a história. Hoje a geografia é menos importante do que no passado, pois com a moderna tecnologia nós conseguimos vencer muitas limitações que a natureza nos impõe. Mas no passado, as coisas não eram assim e o meio ambiente realmente tinha um peso muito forte para determinar o sucesso ou o fracasso de uma sociedade.

Os elementos naturais da região a que este estudo se dedica, influenciou muito os desdobramentos históricos que aconteceram ao longo dos séculos. Uma região rica em

recursos naturais, com terras férteis e abundância de águas, além de muitas florestas com árvores que possuíam alto valor comercial na Europa, bem como, animais que poderiam servir de alimentos e como força de trabalho. Essas características naturais modificaram o contexto daquele momento, despertando a cobiça de povos até mesmo de outros continentes. A dinâmica de povoamento e a transformação ambiental dessa região se intensifica com a chegada dos europeus. Esses foram os responsáveis pelas maiores alterações ambientais que este espaço já sofreu:

Também os colonos, imigrantes ou descendentes de europeus que vieram ao sul da América nos séculos XIX e XX, conviveram com a Floresta Ombrófila Mista. Instalados em seus pequenos lotes rurais, vinculados a projetos de colonização públicos ou privados e motivados a produzir alimentos para abastecer o mercado interno, esses colonos desmataram e cultivaram o solo. Da floresta obtiveram a madeira para a fabricação de móveis, a construção de casas e das demais instalações, a carne de caça e a lenha para os fornos das olarias e para os fogões domésticos (GERHARDT, 2018, p. 163).

A chegada dos europeus provocou também a introdução de inúmeras espécies de plantas diferentes, espécies que vieram de diferentes regiões do mundo, bem como, diferentes espécies de animais. Os europeus trouxeram consigo uma grande diversidade de plantas, desconhecidas até então pelos povos indígenas. Durante todo o processo de conquista e colonização do Brasil pelos europeus, as transformações provocadas no ambiente e a destruição das florestas foi muito grande. A percepção do europeu sobre o meio natural era de exploração, extrair da terra tudo o que fosse lucrativo no comércio europeu, sem se preocupar com questões ambientais. A ideia de preservação ambiental ainda não era uma preocupação dessas pessoas naquela época.

A migração de europeus para outros continentes no final do século XVIII e início do século XIX, modificou a produtividade e a cultura relacionada à prática da agricultura. “Talvez o êxito do imperialismo europeu tenha um componente biológico, ecológico” (CROSBY, 1993, p. 9). O avanço demográfico dos europeus teve como consequência a aniquilação dos povos indígenas, fato que se deu não apenas pela superioridade tecnológica europeia, mas também pelas doenças trazidas por eles e pela mudança cultural que provocaram. “As epidemias continuaram chegando e realizando a sua obra de extermínio, como ocorreu nos séculos XVI e XVII em todas as partes das Américas das quais temos alguma notícia” (CROSBY, 1993, p. 85). Esses povos nativos foram dizimados não somente através da força física em sangrentos conflitos, mas também sofreram milhares de perdas com

as doenças vindas da Europa que eram desconhecidas para eles e, além disso, a própria aculturação prejudicou a existência desses povos.

A agricultura teve grande sucesso, com terras férteis e clima favorável, os imigrantes dominaram esses espaços, embora no início enfrentassem inúmeros perigos e dificuldades. Junto com os europeus, vieram muitas plantas diferentes, plantas que não existiam nas Américas ou em outras partes do mundo, essas plantas também colaboraram para a mudança no meio natural. Ajudaram o colonizador a sobreviver numa terra distante e diferente do que estavam acostumados e, dela extrair os recursos necessários para sua sobrevivência. É importante dizer que houve uma troca de espécies vegetais entre os continentes.

Os europeus precisavam de um ambiente parecido com o de sua origem para poderem se adaptar e sobreviver e, as plantas, ervas e animais (cavalos, vacas, porcos, cabras, carneiros, asnos, galinhas, gatos e outros bichos) que vieram de carona da Europa, colaboraram para isso. Além disso, o colonizador logo percebeu algumas plantas como a mandioca e o milho das Américas e se apropriou de seu cultivo, bem como, praticou a domesticação e criação de animais. No decorrer da história da humanidade, os povos sempre lutaram pela sobrevivência, tentando extrair da natureza os meios necessários para isso. A caça e a pesca foram fundamentais, essas práticas lhes proporcionavam alimentos nutritivos, em maior quantidade do que se praticassem a agricultura, por isso ficou em segundo plano por muitos anos.

Embora as riquezas dessas terras fossem atrativas para os imigrantes, em 1867 ainda eram poucos os que se ariscavam a empreenderem uma longa viagem da Europa até a América, mais precisamente até os campos de Guarapuava e Palmas. Além dos perigos da travessia pelo Oceano Atlântico, havia o medo dos indígenas e todas as dificuldades de adentrar na mata fechada, considerada perigosa. O governo paranaense demonstrava preocupação com essa realidade e pretendia estimular a vinda de imigrantes e a colonização através da prática da agricultura e da pecuária. “Por esta estatística vedes que durante o anno de 1867 foi insignificantíssimo o numero de colonos que tocaram a esta provincia. Pelas communicações que me hão sido ultimamente feitas pelo ministério da agricultura, espero que no anno corrente será a provincia melhor considerada” (ARAUJO, 1868, p. 35).

É comum nos relatórios essa observação dos presidentes, existia a preocupação constante com a vinda de colonos europeus para povoar essa região. Existia uma preocupação do governo com a região de fronteira, pelas riquezas naturais que esta apresentava. A vinda de imigrantes significava não somente a exploração da região, mas também a garantia de povoar

e garantir uma área de fronteira, com limites mal definidos, devido a inúmeras desavenças com Estados e países vizinhos:

A questão de limites da fronteira da província com a Confederação Argentina continua a merecer a mais séria atenção do Governo Geral, em vista do procedimento d'esses nossos vizinhos, que pouco a pouco vão penetrando no rico território d'esta província, em demanda dos campos do Erê e Palmas, com o fim de colher herva mate e extrahir madeiras (DANTAS FILHO, 1880, p. 6).

O governo Imperial pretendia incentivar a migração de colonos europeus para essa região, preocupação sentida por vários presidentes da Província do Paraná. Porém, o governo enfrentava dificuldades para atrair a população, principalmente para os campos de Guarapuava e de Palmas, por ser uma região muito afastada e ainda pouco conhecida. As dificuldades eram grandes, o medo, as pessoas precisavam deixar suas famílias na Europa e encarar um mundo totalmente desconhecido. As riquezas naturais desse solo eram o que despertava a atenção e o interesse de colonos e governos, mas mesmo assim era difícil povoar. Para o governo era importante, pois, a exploração desses recursos aumentaria a arrecadação dos cofres públicos, além de desenvolver a região, bem como, proporcionaria o povoamento, garantindo a posse do território. “Seu clima é sem rival no mundo; seu abençoado solo presta-se aos mais ricos e variados productos: mate, vinho, chá, café, canna de assucar, algodão, todos os cereaes, além de possuir grande riqueza florestal e pastoril” (DE OLIVEIRA E SÁ, 1889, p. 9). É comum em praticamente todos os Relatórios provinciais esta observação, de que as terras eram férteis, com muitas riquezas naturais, com imensas florestas e, os governantes percebiam a importância de manter esse território sob sua jurisdição, de olho é claro, na exploração dos produtos, que de fato aconteceu com maior intensidade durante o século XX.

Existia uma preocupação governamental quanto à valorização dos espaços florestais, ou até mesmo de construir ambientes com espécies de plantas diferentes. Os governos desejavam explorar o ambiente natural e extrair dele tudo o que pudesse dar lucros. Valorizavam as plantas, inclusive pensadas como forma de embelezamento. Como exemplo, podemos citar uma passagem que encontramos no Relatório de 1888, quando o Presidente expõe em seu trabalho uma fala sobre a arborização no passeio da cidade de Curitiba. Porém, não constatamos nas fontes analisadas qualquer sentimento ou atitude política em relação à preservação do meio natural:

Persuadido de que a principal beleza do *Passeio* dependia de sua arborização, tenho dedicado os maiores esforços e cuidados a este serviço.

Tenho reunido ali uma colleção bastante importante de plantas indigenas de nossa provincia, que é tão rica em variedades de vegetaes.

[...]

Muitas variedades de *Eugenias* de *Hosmanthus*, de *Ilex*, de *Araucárias*, de *Salex*, de *Mirthus* e outras muitas especies preciosas, estão comprehendidas na colleção de plantas indigenas, que, dentro de poucos annos, formarão um parque de inestimável valor, sob todos os conceitos (SOBRINHO, 1888, p. 91).

Além disso, também percebemos uma atitude do governo em criar um local para a produção de algumas plantas, um terreno ou um viveiro, onde pudessem ser cultivadas diversas espécies vegetais. “Me occupo actualmente em preparar um terreno adequado para fazer viveiro de toda especie de arvores e plantas, a fim de tornar mais facil e mais economica a acclimatação de plantas exoticas” (SOBRINHO, 1888, p. 92). O governo demonstra esse interesse em estudar e cultivar certas espécies de plantas. O governo sugere também medidas adequadas ao desenvolvimento de uma das maiores riquezas da Província: a exploração do pinho. As serrarias existentes exploravam constantemente esta árvore, onde muitas cargas de navios partiam com madeiras serradas. Os pinhais do Paraná, julgados como superiores aos similares, devido a sua resistência e flexibilidade, existentes no Município de São José dos Pinhais e Curitiba eram em quantidade tão grande que o governo não poderia calcular. Podemos imaginar quantos milhares dessas árvores existiram nessas terras. “Os pinhais existentes n’estes dous municipios podem supprir, por espaço de vinte annos, a todo o imperio, do pinho de que necessitar. Não se pode calcular a existencia ou quantidade de araucaria em toda a Provincia” (RIBEIRO, 1888, p. 30). A preocupação governamental estava ligada ao interesse pelas árvores e não na questão da preservação ambiental. O governo pretendia aumentar a fiscalização para aumentar os lucros e não para impedir o desmatamento.

Além da preocupação com a fiscalização, o governo também se preocupava com a situação precária da indústria deste ramo. Era necessário fomentar a indústria madeireira, era preciso ter um maior controle da exploração da madeira, era preciso combater o contrabando das árvores valiosas que eram extraídas das florestas. Para o governo, era importante aumentar a exploração, pois isso aumentaria a arrecadação dos cofres públicos. Na visão governamental, o que estava em jogo era o lucro obtido com essa exploração e não com a preservação ambiental. Na visão do governo, se não fosse estimulado e dado incentivo aos exploradores do pinho, eles poderiam desistir da atividade e levar a Província a entrar em crise:

Em lucta com estes embaraços, já exhaustos de recursos, e com o credito em desconfiança, vão os nossos exploradores de pinho suspendendo os trabalhos e feichando as suas serrarias. Dentro de poucos mezes nenhuma mais funcionará, se não forem socorridas pelo governo com as medidas abaixo pedidas. Alem dos prejuizos dos capitaes já empregados, se adiará por muitos annos a exploração de uma riqueza nacional e se desanimará a iniciativa particular, de que tanto precisa o Brazil para progredir (RIBEIRO, 1888, p. 31).

De acordo com as fontes analisadas, foi possível perceber a ideia político governamental em incentivar a iniciativa privada para a exploração da madeira, fato que também se intensifica no século XX. Um dos maiores obstáculos para a exploração madeireira, naquela época, eram os caminhos que ainda continuavam precários, o transporte se tornava difícil, existiam algumas picadas em muito mau estado, o que dificultava o trânsito. Além disso, as pessoas que se dedicavam a essa atividade, enfrentavam inúmeros desafios, como chuvas, temporais, enchentes que impossibilitavam a travessia dos rios, dentre outras dificuldades naturais. De acordo com as fontes consultadas, o governo ressalta a urgência do investimento em melhorias de transporte e, ainda sugere investimento em estrada de ferro. Todas essas atitudes ou estratégias governamentais estavam relacionadas a uma dinâmica de povoamento da região, pois, o governo pretendia povoar essas terras para garanti-las, além de possibilitar maior exploração das riquezas naturais existentes. A visão governamental era justamente essa, explorar o meio natural, extrair suas riquezas e aumentar a arrecadação dos cofres públicos.

4.3 AS DINÂMICAS DE POVOAMENTO E A PERCEPÇÃO SOBRE O MEIO NATURAL

Em 1808 quando D. João aportava no Brasil, trazia consigo a preocupação de povoar essas terras. Naquele momento a agricultura era principalmente praticada para a subsistência, a principal atividade econômica era a pecuária. D. João resolveu ocupar os campos de Guarapuava promovendo a expansão dessa atividade. Entretanto, segundo o governo, os indígenas eram um problema para essa expansão, pois não aceitavam a presença do homem branco. Foi através deles que o homem branco ficou sabendo da existência dos campos de Palmas. Os índios tentavam manter sigilo quanto à localização desses campos, com o intuito de ter um local para se refugiarem caso precisassem. E logo precisaram, pois a convivência com o colonizador europeu na maioria das vezes não foi pacífica. Muitos indígenas se refugiaram nesses espaços mais ao Oeste, mas com o passar do tempo, até mesmo essa região foi conquistada pelo homem branco. Nesse caso, nem mesmo nos espaços mais longínquos e

afastados os indígenas estiveram seguros, foram dominados, tiveram suas terras e sua cultura usurpada. Os campos de Guarapuava eram bons para os projetos de colonização do governo:

Guarapuava é um bom centro de colonização. Terras fertilíssimas e extensos campos e mattos, vias naturaes de communicações, asseguram mil probabilidades de progresso áquellas paragens desertas, porque não só as vantagens de uma topografia excellente, mas a riqueza natural do sólo em madeiras e animaes preciosos se reúnem para attrahir braços vigorosos no trabalho (BURLAMAQUE, 1867, p. 7).

O incentivo ao povoamento da região dos campos de Palmas, repletos de recursos naturais, terras férteis, pastos, erva-mate, madeira, etc. era importantíssimo para o governo paranaense, pois, em sua visão, proporcionaria o desenvolvimento da Província. Era uma região a ser explorada, conquistada, e esse domínio poderia lhe garantir a posse da terra através do *Uti-Possidetis*. O povoamento e a colonização foi uma estratégia para aumentar a arrecadação e melhorar a questão financeira da Província. Além disso, o governo pretendia melhorar e incentivar a atividade pecuária e obter melhor controle sobre o gado, atividade econômica que se tornou predominante. O meio ambiente sofreu com a chegada dos europeus, que pretendiam encontrar um ambiente semelhante ao da Europa e melhor qualidade de vida:

As terras tinham que ter um clima temperado; os emigrantes queriam ir para onde pudessem manter um estilo de vida mais confortavelmente europeu — e não menos — que em seus países de origem. Segundo, para atrair um grande número de europeus, o país precisava produzir ou mostrar um nítido potencial para produzir bens para os quais houvesse demanda na Europa — carne, trigo, lã, couro, café — e a sua população local precisava ser pequena demais para satisfazer essa demanda. Foi assim que no século XIX os europeus chegaram torrencialmente à cornucópia da América do Norte, Australásia e Sul do Brasil, particularmente São Paulo (onde as plantações de café começavam a florescer) e as regiões agrícolas e pastoris de clima ameno mais ao sul. Multidões de imigrantes desembarcaram nos pampas do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina, desbotando quaisquer traços ameríndios e africanos que pudessem ter existido (CROSBY, 1993, p. 116).

O governo imperial brasileiro defendia a ideia da imigração para proporcionar o desenvolvimento regional, e para isso, estimulava propagandas para atrair essas pessoas. Além disso, os presidentes da Província viam no povoamento da região um meio de proteger e defender as fronteiras. “Povoaremos a fronteira, protegendo os lavradores e defendendo-os dos continuados e sempre impunes assaltos dos selvagens, que ainda em 1863 assassinaram barbaramente á uma família inteira” (FLEURY, 1865, p. 37). A ideia de um Brasil rico, com terras férteis, clima propício para a produção de diversas variedades de plantas e em especial, para a pecuária e a agricultura, com abundância de águas, foi descrita por muitos dentro e fora do país. Não foram somente fatores políticos e econômicos que motivaram a imigração, mas

também, senão principalmente, fatores ambientais. As riquezas existentes nessas terras podem ter sido a causa da degradação que esse espaço sofreu. Baseado na ideia de progresso e desenvolvimento, o europeu explorou tudo que pôde, muitas vezes não tendo noção do estrago que estava fazendo na natureza, principalmente por causa do desmatamento e das queimadas.

As políticas do governo imperial repercutiam, certamente, nas políticas executadas pelos presidentes das Províncias. No caso da Província do Paraná, os governantes também defendiam o projeto de imigração, acreditavam que a vinda de colonos europeus, com novas técnicas e maneiras de cultivar a terra trariam desenvolvimento para a região. Porém, era difícil encontrar pessoas corajosas e destemidas que quisessem se aventurar por essas bandas. Os perigos eram muito grandes, havia o medo do ataque dos indígenas, além de animais perigosos, a mata fechada representava o desconhecido, carregada também de superstições. “Mesmo gratuitamente ninguém vai morar em um ermo, isolado, sem recursos e meios de comunicação e transporte para os frutos de sua lavoura e criação” (CARVALHO, 1870, p. 49). Nesse sentido, esses governantes, de certa forma, desconsideraram as práticas e técnicas que durante muito tempo foram utilizadas pelos indígenas e pelos caboclos:

As autoridades alimentavam esperanças de que a estrutura da agricultura paranaense fosse modificada pelos imigrantes europeus, portadores de tradição e técnicas mais evoluídas. Os colonos europeus teriam a missão de compensar o atraso e as técnicas elementares utilizadas pelo elemento local, ou seja, o caboclo (CHANG, 1988, p. 34).

Segundo o governo, era necessário promover a vinda de imigrantes europeus, pois para o governo essas pessoas eram dotadas de técnicas e maneiras de cultivo mais elaboradas do que as praticadas pelos nativos. “Povoar os nossos imensos e desconhecidos territórios, levar a vida aos sertões onde a acção dos seculos amontoou thesouros de rara valia, e que ali jazem entregues ao esquecimento, eis o grande pensamento em que se fundem todas as aspirações dos brasileiros” (ABRANCHES, 1875, p. 21).

Conforme o presidente Lins (1876), a posição geográfica da Província do Paraná, o clima ameno e a fertilidade do solo, tornava essa Província a mais apropriada do Império para receber imigrantes, colonos de todos os países (Franceses, Suíços, Italianos, Espanhois, Alemães, Ingleses, Poloneses, dentre outros) que procuravam um novo lar e melhores condições de vida. “A sua natureza é esplendida: quem não a conhece atribuirá à fantasia a mais pallida descrição de suas riquezas naturaes” (LINS, 1876, p. 77). Além desses fatores naturais, segundo o governo paranaense, também era preciso dizer a verdade ao imigrante

sobre a nova pátria, sem cometer exageros, lhes facilitar o transporte, dividir bons lotes de terra e ligá-los através de boas estradas, permitir ao colono o direito de propriedade facilitando-lhe sua aquisição, evitar que o imigrante sofra vexames e estabelecer bem o colono na propriedade com todos os favores prometidos. Com isso, em pouco tempo iria suavemente pagando sua dívida com o governo e melhorando sua propriedade.

Na agricultura se cultivava vários produtos, em pequena escala. Porém, segundo o governo, a agricultura ainda precisava de alguns cuidados. O governo reconhece que o Brasil é repleto de extensas florestas e bosques, além de campos, mas que sem os instrumentos da indústria, o colono fica de mãos amarradas para desenvolver sua propriedade. Para o governo paranaense, a vinda de colonos europeus significava uma tendência para a prática da agricultura e uma diminuição das práticas criatórias, além de um choque de culturas totalmente diferentes. A atividade pastoril era a principal atividade exercida naquele momento, pelos terrenos apropriados, por demandar menos trabalho e por ser mais lucrativa do que a agricultura:

Em quanto tivermos população escassa e poucos capitaes, a industria pastoril será a principal em uma província, cujo territorio habitado se compõe na maior parte de campos que offerecem ricas pastagens sem esforço algum do homem. É por isso que ao revez do que acontece nas províncias agricolas, as terras de lavoura valem entre nós muito menos que as de criar (ARAUJO, 1865, p. 18-19).

Na região sudoeste da província do Paraná, em meados do século XIX, a maioria dos caboclos se dedicavam à criação de animais e no trabalho de colher, secar e levar ao mercado a erva-mate que nascia e crescia espontaneamente nas matas, se dedicando à agricultura apenas para subsistência. Os moradores da Província eram vistos pelo governo, como indolentes, porque preferiam o trabalho fácil nos ervais na época da coleta. Produzir mate era tão fácil, escreveu o presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos em 1854, que não havia distinção de sexo e idade, mulheres, homens, velhos e meninos nela trabalhavam. Para ele um número excessivo de pessoas se dedicava ao mate, o que considerou um gérmen de ruína da agricultura. Para Gerhardt (2013), talvez movido por seu preconceito com os caboclos e com a atividade extrativista, o governante menosprezou as dificuldades de viver na floresta e de trabalhar como ervateiro.

Mesmo diante dos esforços governamentais para incentivar a colonização, mesmo repleta de riquezas naturais, mesmo sendo uma região de clima agradável e terras férteis, esse processo era lento e difícil, faltavam meios de comunicação e transporte. Os governos defendiam a ideia desse povoamento através da imigração europeia espontânea. Porém, os

males que impediam essa imigração eram muitos. Portanto, por mais belo e hospitaleiro, por mais recursos e riquezas naturais que essas terras ofereciam, sair de seu país de origem para se aventurar em uma terra desconhecida era uma decisão difícil, árdua e perigosa:

Sendo esta província uma das mais favorecidas pela natureza, que a dotou de fertilissimos terrenos, regados por magestosos rios e ribeiros, tendo um clima variado, adaptado a todas as plantações e nas condições exigíveis para receber a emigração europea, não tem podido, apesar de todas essas vantagens, attrahir um numero avultado de emigrantes (LISBOA, 1872, p. 43).

Os recursos naturais funcionavam como atrativos para a vinda de imigrantes, porém, a falta de infraestrutura fazia com que esses aventureiros repensassem sua ideia de migrar. Um dos fatores que dificultavam e, até mesmo, impediam a vinda de imigrantes eram as precárias vias de comunicação. A ligação entre as Províncias e o litoral era extremamente importante naquele contexto. Essa reivindicação foi bem destacada pelos presidentes provinciais do Paraná nos Relatórios analisados. Podemos imaginar o quão difícil era projetar uma estrada naquela época, com poucas tecnologias, poucos recursos, com ferramentas ainda precárias, tendo que adentrar as matas desconhecidas e perigosas. Era realmente uma tarefa para poucos corajosos. Entretanto, o governo incentivava a exploração dos melhores caminhos e a construção dessas estradas, pois acreditava ser esse o fator primordial para o desenvolvimento da agricultura e o progresso da província:

E' este um dos mais importantes ramos de administração e a condição primordial para o desenvolvimento da agricultura.

As estradas da provincia são as suas arterias – é por ellas que gyram o seu sangue, o seu futuro, a sua vida, isto é, os produtos da industria e do trabalho.

[...]

Não ignoraes que, se estas florestas seculares que admiram ao europeu que as contempla, são uma preciosa riqueza para o Paraná, a uberdade de seu solo não o é menos; debaixo delle tremem e palpitam inexhauríveis thesouros a espera da mão activa do agricultor intelligente (ABRANCHES, 1874, p. 32).

O imigrante europeu vivia em outro contexto, em um lugar no qual já existia toda uma estrutura agrícola mais aperfeiçoada se comparada ao que existia no Brasil, em termos de tecnologia agrícola. Além disso, esses imigrantes possuíam hábitos, costumes, crenças e modos de vida muito diferentes do que os nativos conheciam e praticavam. Por isso, não quer dizer que o colono imigrante fosse mais inteligente, mas sim ele detinha de maior conhecimento e tecnologia para tal atividade. Podemos aqui trazer um exemplo desse choque cultural entre esses grupos. Os indígenas e caboclos não se preocupavam com a acumulação,

faziam para o seu sustento, diferentemente do colono europeu que possuía outra visão em relação à produção e ao acúmulo e o governo simpatizava com a ideia estrangeira:

O europeu, com toda a razão, não quer só trabalhar para o presente, e desespera com a idéia de prover o seu celeiro só para o consumo diário, com risco de ver perdida, pela acção destruidora do tempo, a maior parte de sua produção, que não pode aproveitar por meio das permutas, fazendo uma reserva destinada ao tempo da velhice, ou para patrimônio que deixe a seus filhos ou descendentes; esse grandioso desenvolvimento do direito de propriedade, que tão garantidor é da ordem publica, pelo desejo que alimenta de que se respeitem direitos desse modo livres das devastações da anarchia (LEAL, 1859, p. 8).

A vinda intensa de imigrantes causava um processo de degradação ambiental muito grande em função da necessidade da derrubada das matas para a prática da agricultura e da pecuária, principal meio de sobrevivência da época e, além disso, a própria organização de sua moradia dependia da madeira que era extraída da mata. O desmatamento e as queimadas eram muito frequentes para preparar o terreno para o plantio. Essa prática causou muitos estragos ao meio natural, consequências que aqueles homens nem sequer imaginavam que aconteceriam no meio ambiente em função de suas práticas e técnicas:

A terra se prepara ao dobrar constante e desapiedado da fouce e do machado sobre as ricas mattas, que contamos; e o fogo é o grande elemento que concorre para o amanho do terreno, que tem de ser cultivado.

A devastação sem fim, quotidianamente se emprega na pequena lavoura sobretudo, que não volta no anno seguinte ao cultivo do terreno que no anterior preparára.

E d'est'arte se estragam as melhores de nossas terras agricolas, tornando-as por muitos annos estereis e sem valor.

[...]

Pasma mesmo que essa cruzada de extermínio não enxerge a fatalidade de pesadas consequencias, que mais tarde, se hão de fazer sentir (CARDOSO, 1860, p. 68).

É importante percebermos que todo esse estímulo para a vinda de imigrantes europeus se deu também em função do fim do tráfico de escravos. A Lei Eusébio de Queirós ou Lei nº 581, de quatro de setembro de 1850, foi promulgada no Segundo Reinado, proibindo a entrada de africanos escravos no Brasil e criminalizando quem a infringisse. Essa lei contribuiu para que os olhares se voltassem para o colono europeu, pois houve a diminuição de mão de obra. Os escravos negros africanos eram o motor da economia colonial do Império e quando se deu essa proibição não era possível a reposição dessa mão de obra com africanos, nesse caso, o europeu foi a alternativa encontrada. Além disso, sem a vinda de novos escravos africanos, a valor do escravo que estava nas províncias aumentou muito:

Desde que o governo imperial e o país se empenharam com afinco na repressão do ilícito tráfico de escravos, e que conseqüentemente foram escasseando os braços, que nos forneciam semelhante commercio, as vistas de nossos lavradores volveram-se para a emigração estrangeira, como a unica esperança, que lhes restava, contra a decadencia da produção agricola (CARDOSO, 1860, p. 60).

Além disso, a Lei do Ventre Livre (Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871) declarava livres os filhos de mulher escrava nascidos no Brasil a partir da data da aprovação da Lei. Isso significava, na prática, a abolição gradual da escravidão, pois a geração seguinte nascida no país seria completamente livre. Frente a isso, começou a ocorrer a falta de mão de obra no país, o fim do tráfico de escravos abriu caminho para a vinda de imigrantes em praticamente todas as regiões brasileiras. O preço do escravo aumentou muito levando os lavradores e se endividarem para adquirir os poucos escravos que restaram dentro do espaço nacional.

O século XIX no Brasil, ainda foi uma época em que a força animal e muscular humana, principalmente através do braço escravo africano, predominava sobre a força da máquina, trens e navios movidos a máquina a vapor, e por isso se tornava lógico e economicamente vital promover a colonização de uma região tão longínqua e afastada dos centros de população. A mão de obra presente nessa região era a escrava africana, indígena e a cabocla. “No Oeste, esse tipo de trabalhador, ainda falando guarani, mas já convivendo com os não indígenas havia mais de um século, era considerado ideal para a extração da erva mate e da madeira devido aos seus conhecimentos da geografia regional.” (CAMPIGOTO e SOCHODOLAK, 2008, p. 190). Essa mão de obra era de extrema importância devido ao conhecimento que esse povo tinha das lidas no campo, tanto na extração das riquezas naturais, quanto na produção dos mais diversos produtos e na criação de alguns animais para o consumo e para o auxílio no transporte dos produtos.

A colonização da região dos campos de Palmas significava não somente o povoar, mas também os investimentos na região, melhorar as vias de transporte e comunicação, expandir as atividades pecuárias e agrícolas, explorar as riquezas naturais como a erva-mate e a madeira, enfim promover o desenvolvimento regional e assim garantir a posse da terra. A percepção provincial sobre o ambiente natural era de que esses espaços precisavam ser povoados, explorados, cultivados, para mostrar a presença política e evitar supostas invasões ou disputas territoriais com países ou Estados vizinhos. A percepção do governo sobre o meio natural ia em contradição a visão dos indígenas, para o governo a visão em relação aos nativos era a de que esses povos precisavam da ajuda ou proteção do Estado, por não terem condições de se cuidarem sozinhos. O governo considerava que a natureza oferecia riquezas naturais em

abundância e que os índios não sabiam aproveitá-las. “E’ este o traço que desenha o caracter inerte ou passivo dos selvagens cuja vida é, por assim dizer, uma infancia permanente em regiões tão favorecidas, onde a natureza lhes prodigalisa, quase que sem esforço de sua parte, meios abundantes de subsistencia” (LINS, 1876, p. 97).

A criação do gado e o comércio dos tropeiros, a exploração da erva-mate e de outros produtos naturais, a prática da agricultura, a extração da madeira, enfim, a exploração de toda essa região foi muito intensa após a chegada do colonizador europeu. Isso não quer dizer que antes desse acontecimento esses recursos naturais já não fossem explorados, porém, eram explorados de forma diferente, para a subsistência, em menor escala e com menores danos ao ambiente natural.

A criação do gado era muito forte e muito importante para a região, essa indústria constituía uma riqueza para a Província, abastecendo outras regiões brasileiras, como São Paulo e Minas Gerais. “A criação do gado vaccum feita nos Campos Geraes é sufficiente para abastecer a toda a província.” (LINS, 1876, p. 116). A criação do gado havia ficado por muito tempo abandonada, pois era muito mais lucrativo trabalhar nas tropeadas, conduzindo o gado do Sul para as feiras de Sorocaba. A atividade consistia na captura do gado xucro e comercialização. “Hoje que decresceu muito aquelle commercio, estão eles voltando os seus cuidados para esta antiga e lucrativa industria.” (LINS, 1876, p. 116).

O colonizador chegou com o objetivo de obter lucros, explorando tudo que pudesse ser comercializado, principalmente na Europa. Nesse caso, provocou danos irreversíveis ao ambiente da região, bem como, para as populações que habitavam essas terras. O primeiro objetivo era extrair as riquezas naturais e posteriormente estabelecer a prática da pecuária e da agricultura. No decorrer do tempo foram surgindo outras atividades agrícolas, muitos dos produtos cultivados serviam para o abastecimento próprio, para subsistência.

O trigo, o centeio, a cevada, o café, a canna de assucar, o chá, o algodão, o fumo, a batata, o arroz e a mandioca compensam muito o trabalho dedicado ao seu cultivo. Todos estes generos são já produzidos na província, alguns, porem, só para consumo do productur (ARAUJO, 1868, p. 43).

Mesmo com todos os incentivos para a colonização, o governo sentia a necessidade de melhorar essa questão. Os investimentos e ações que estavam sendo feitos até o momento não estavam surtindo o efeito desejado. “Este ramo de serviço merece ser estudado acuradamente. As grandes despesas feitas com elle tem sido até hoje improductivas” (ABREU, 1869, p. 16). Era preciso elaborar novas estratégias para melhorar o processo de

colonização, somente as riquezas naturais e os incentivos governamentais ainda eram insuficientes para atrair imigrantes. Os riscos dessa aventura eram enormes, além de ser preciso um trabalho braçal muito grande por parte dos colonos até deixar a terra preparada para o plantio. Ao chegarem à América e ser destinados para a região Sul do continente, mais especificamente a região dos campos de Palmas, esses imigrantes precisavam derrubar algumas árvores para organizarem sua moradia, bem como, iniciar o processo de desmatamento e de queimada de um determinado espaço de terra para fazer o plantio de produtos agrícolas e, até mesmo um espaço destinado para a horta. As dificuldades eram muito grandes, em caso de alguma enfermidade, se recorria aos chás feitos com plantas medicinais encontradas na floresta ou a prática dos benzimentos, muito comum na época. Uma população que ficou por muito tempo sem a assistência governamental necessária.

Conforme as fontes analisadas, foi possível perceber um avanço em relação ao interesse pelo meio ambiente, onde em 1882 apareceu no Relatório provincial a Comissão de estudos da fauna e flora paranaense.

Por aviso de 31 de Março do Ministerio d'Agricultura, foi-me communicado estar encarregado o conselheiro Dr. Joaquim Monteiro Caminhoá de proceder ao estudo da flora e fauna da provincia na região que tem de ser percorrida pela estrada de ferro ora em construção. Do relatório que provavelmente terá apresentado o Governo Imperial deve constar o resultado da comissão a cargo do exm. Snr. Conselheiro Dr. Joaquim Monteiro Caminhoá (CARVALHO, 1882, p. 121).

Com o decorrer do tempo foi possível perceber, que gradativamente foi sendo mais bem desenvolvida a prática da agricultura, foram sendo introduzidas novas culturas que, pelo clima ameno e pela qualidade do solo, se desenvolviam com certa facilidade. O tropeirismo foi enfraquecendo gradativamente na segunda metade do século XIX e foram crescendo as técnicas de criação de gado em espaços fechados, as lavouras passaram a ter mais valor. Muitos hábitos culturais foram sendo modificados. Diversos setores da indústria melhoraram, técnicas de exploração das riquezas naturais foram aperfeiçoadas e o comércio se desenvolveu com maior intensidade. Porém, o aperfeiçoamento das técnicas de exploração também provocou o aumento da degradação ambiental, pois isso proporcionou um aumento da extração dessas riquezas do solo:

Estas forças vivas se vão manifestando na agricultura sob a fôrma de novas culturas que se inicião com felicidade, na indústria pelos diversos empreendimentos tendentes a uma melhor exploração de riquezas naturaes da província, e no commercio pelo desenvolvimento sempre crescente em que vai (RIBEIRO, 1888, p. 23).

Todas as intervenções que foram feitas, tanto pelos nativos desde o contexto de ocupação desse território, bem como, e com muito mais intensidade, com a colonização europeia, causaram graves consequências no meio ambiente. Toda essa população sempre buscou extrair as riquezas da natureza, seja para sobrevivência, seja para obter lucros com o comércio. A situação de exploração da natureza ainda continua, podemos perceber inúmeras situações em que o meio ambiente sofre com a intervenção humana. Embora atualmente existam leis e regras de proteção ambiental, mesmo assim muitas pessoas, ou até mesmo muitas empresas, multinacionais, burlam essas leis e cometem graves crimes ambientais, prática comum com o objetivo de obter ou aumentar ainda mais os lucros.

É possível ainda hoje dizer que a preocupação com a preservação do meio natural não é respeitada por todos, ainda hoje prevalece na mentalidade de uma parcela da população mundial o sentimento, a cobiça de extrair da natureza tudo o que der lucro sem se preocupar com as consequências futuras. Ainda é imprescindível estimular políticas de conscientização ambiental na sociedade, somente assim será possível de fato, estabelecer políticas eficazes de proteção e preservação do meio natural. Eu diria que a arma mais poderosa para que as políticas de preservação ambiental funcionem com seriedade e eficiência é a conscientização da população. A partir do momento que cada cidadão tiver consciência do seu dever com a preservação ambiental, a partir do momento que cada um agir como um fiscal, aí sim as coisas vão dar certo. Todos os grupos humanos, precisam entender a importância que tem a natureza para a vida, e agir de acordo com a manutenção desta vida e não simplesmente pensando em lucros e sucesso financeiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar este trabalho, podemos dizer algumas breves palavras como considerações finais, que não vamos chamar de conclusão, pois, são apenas alguns resultados que julgamos pertinentes durante a pesquisa. Ainda se pode chegar a inúmeras outras considerações e resultados através de novas pesquisas.

O enfoque principal foi entender qual era a percepção do poder público paranaense sobre este meio natural numa região fronteiriça. Tentamos responder a seguinte pergunta que direcionou o trabalho. Como o poder público estava representando este espaço? Nossas fontes principais de pesquisa, os Relatórios e Mensagens Provinciais, nos mostraram que o governo via esse espaço com os olhos voltados a exploração das riquezas naturais e que não existia uma preocupação com a questão ambiental. A conquista e exploração da região também tinham o objetivo de manter o território através do princípio do *Uti-Possidetis*. As expedições de reconhecimento e as ações de exploração causaram grandes impactos ao meio ambiente, sendo através das atividades extrativistas ou através da prática da pecuária e da agricultura.

Os relatórios de governo analisados não apresentaram muitos investimentos por parte do Governo Provincial do Paraná na região dos campos de Palmas no período demarcado no recorte temporal. Os Relatórios apresentaram com mais ênfase construções e reformas de Igrejas, cemitérios, abertura e melhoria de estradas, construção de cadeias, dentre outros, na região de Curitiba e da Marinha. Nas terras mais longínquas, investiu em agências de arrecadação de impostos sobre os animais, que era de extrema importância para o Paraná, pois, proporcionava aos cofres provinciais bons rendimentos, devido à cobrança de impostos sobre o gado que por ali transitava.

Talvez essa falta de atenção pela região Oeste e Sudoeste de sua Província, estivesse ligada, além da falta de recursos, a questão da indefinição dos limites, que só foi resolvida em 1916. A falta de atuação político governamental na referida região não quer dizer que ela estivesse abandonada ou que a Província não tivesse conhecimento sobre ela. O governo sabia das riquezas naturais existentes na região. Portanto, sempre houve a preocupação em obter o domínio sobre essas terras, o governo traçou estratégias para atuar de forma eficaz e marcar presença. Sabemos que essa parte do território estava, naquele período, com os limites incertos, pois ainda não se tinha certeza da extensão dessas terras. Nas fontes analisadas encontramos expressões como: sertões desconhecidos ou terras sem fim. Porém, através das

inúmeras expedições que foram realizadas, os governos sabiam da existência de muitas riquezas naturais, principalmente a erva-mate e a madeira.

O princípio do *Uti-Possidetis* foi o princípio jurídico legal utilizado pelo Paraná para garantir a posse territorial, foi isso que garantiu o seu domínio na região. Nesse contexto, sendo uma região de fronteiras e com limites duvidosos, era preciso marcar a presença provincial para garantir o território. Porém, a Província não investiu muito, talvez porque poderia a qualquer momento perder parte de seu território para outro país ou Estado que reivindicavam a região, como por exemplo, a Argentina e posteriormente Santa Catarina. A preocupação do governo era em relação à manutenção das fronteiras, a cobrança do imposto sobre o gado que vinha do Sul e posteriormente com a colonização por imigrantes europeus.

Podemos perceber que o governo estava preocupado com a exploração das árvores, com a derrubada das matas, mas isso pensando em aumentar o controle sobre esse ramo de atividade e diminuir o contrabando. Não existia a preocupação com a preservação do meio ambiente como discutimos atualmente. A questão ambiental sequer foi mencionada nos Relatórios, isso mostra que o governo não tinha como estratégia política qualquer ação referente à preservação ambiental, mas sim em relação à exploração do meio natural. A visão que se tinha era a de que as araucárias e outras árvores muito valiosas eram infinitas, que a natureza nunca sentiria os reflexos da ação antrópica. Porém, a visão daquela época, daquele contexto histórico, causou consequências graves ao meio ambiente.

O poder público representava esse espaço como algo inexplorado, desconhecido, mas desejado. Tentavam criar estratégias para ocupar um espaço, no qual diziam ser despovoado, inabitado. Desconsiderando uma grande população de indígenas e de caboclos. Famílias que viviam da extração de alimentos da natureza e praticando uma modesta agricultura. O governo sabia da existência de enormes áreas florestais, com muitas árvores extremamente valorizadas na Europa, bem como, grande número de animais que poderiam ser caçados nas matas e, além disso, o gado, que além de servir de alimento, fornecia o couro muito valioso e também poderia ser usado como força de trabalho. Com o tempo inclusive proporcionou bons rendimentos para a Província através da cobrança de impostos efetuado sobre seu trânsito nessas regiões fronteiriças.

O governo se preocupava sim com o controle das terras, com o domínio das fronteiras, com a exploração dos recursos naturais (principalmente a erva-mate, a araucária e o gado), se preocupava com o repovoamento da região, em estabelecer as famílias de colonos estrangeiros. Pensando em desenvolver a região, mas sem se preocupar em poupar a natureza. Aliás, desmatar era sinônimo de progresso, uma área de terra sem árvores era mais valorizada,

pois já estava pronta para a prática da agricultura e da pecuária. Por isso, a primeira coisa feita pelos recém-chegados, era derrubar as árvores para com sua madeira construir a casa, o galpão, um cercado para os animais, até mesmo a cobertura das casas eram feitas de tabuinhas das araucárias. Após a derrubada da mata, se ateava fogo para limpar a terra e em seguida efetuar o plantio que consistia em semear por entre os tocos das árvores derrubadas. Muita madeira nem se quer era aproveitada, muitas apodreciam nos mesmos locais que foram cortadas.

As fontes analisadas nos permitiram a interpretação de que o governo e suas equipes administrativas não tiveram uma preocupação com o meio ambiente, mas alguns consideraram importante expor em seus Relatórios uma preocupação relacionada ao grande desmatamento e às queimadas que estavam ocorrendo com grande frequência e sem controle naquele período.

Ressaltamos aqui a importância desta pesquisa no contexto regional, pois foi possível investigar as ideias políticas, estratégias de exploração, ocupação e povoamento, bem como, perceber a visão que o governo tinha desse espaço e das pessoas que aqui viviam. Lendo os Relatórios podemos imaginar o contexto em que aquela sociedade estava inserida e como era viver naquela época em uma região isolada e em meio a conflitos e disputas territoriais, sem assistência, uma sociedade que não tinha onde pedir ajuda em caso de doença ou insegurança, uma sociedade que teve que aprender a sobreviver com aquilo que o meio natural lhes oferecia. Com isso, é possível entendermos a configuração que a sociedade desta região tomou atualmente.

É preciso conscientizar a sociedade da necessidade da preservação ambiental. Nos últimos tempos, diversas alternativas têm sido difundidas, visando melhorar essa relação e diminuir os impactos ambientais provocados pelo homem. Mas ainda se tem muita discussão pela frente. A região selecionada para o estudo sofreu os reflexos da ação humana, através, principalmente do desmatamento desenfreado, das queimadas e tantos outros danos causados ao meio ambiente, como por exemplo, pelo uso de agrotóxicos, buscando meramente fins lucrativos.

REFERÊNCIAS

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Paraná e São Paulo**. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**. Irati, v.1, n.2, p. 7-102, maio/ago. 2010.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2005.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre a Filosofia da História. In: _____. **Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política**. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRANDT, Marlon. Criação de porcos “à solta” na Floresta Ombrófila Mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra. **História**. São Paulo, v. 34, p. 303-322, 2015.

_____. Paisagem e uso comum da Floresta Ombrófila Mista pela população cabocla do oeste de Santa Catarina. In: GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice Sueli; MORETTO, Samira Peruchi (orgs.) **História ambiental e migrações: diálogos**. São Leopoldo/Chapecó: Oikos/UFFS, 2017. p. 123-138.

_____. **Uma história ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina**. 2012. 332f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Cultural. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BRÜGGEMANN, Adelson André. **Ao poente da Serra Geral: a abertura de um caminho entre as capitânicas de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 4.ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

CAMPIGOTO, José Adilçon; SOCHODOLAK, Hélio. Os faxinais da região das araucárias. In: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Marica Menendes; OLIVEIRA, Oséias de (orgs.) **História agrária: propriedade e conflito**. Guarapuava: Unicentro, 2008.

CARBONERA, Miriam. As pesquisas arqueológicas entre o final do século XIX e o início do século XXI. In: CARBONERA, Miriam; SCHMITZ, Pedro Ignácio (orgs.) **Antes do Oeste Catarinense: arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó: Argos, 2011.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli. As fases da exploração madeireira na floresta com araucária e os progressivos avanços da indústria madeireira sobre as florestas primárias (1870-1970). **Anais...** Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações. Florianópolis, 2010.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. O aumento da população humana (colonização e crescimento vegetativo) e os impactos sobre a floresta com araucária – séculos XIX e XX. In: **História ambiental e migrações: diálogos**. In: GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice Sueli; MORETTO, Samira Peruchi (orgs.) **História ambiental e migrações: diálogos**. São Leopoldo/Chapecó: Oikos/UFS, 2017. p. 139-156.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, SC, 2010.

CHANG, M. Y. **Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná**. Londrina, IAPAR, 1988. 123p. (IAPAR, Boletim técnico, 22).

CORRÊA, Dora Shellard. Descrições de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na Capitania de São Paulo ao final do século XVIII. **Varia História**. Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 135-152, jan. jun. 2008.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DIAMOND, Jared M. **Armas, germes e aço: os destinos das sociedades Humanas**. 15.ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edunesp, 2011.

FERREIRA, Mário Clemente. **O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; SERPA, Élio. A hermenêutica do vazio. Fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. **Projeto História**. São Paulo, vol. 18, p. 215-235, 1999.

GALLERO, María Cecilia. La yerba mate en el prisma de la historia ambiental, Misiones (Argentina). In: GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice Sueli; MORETTO, Samira Peruchi (orgs.) **História ambiental e migrações: diálogos**. São Leopoldo/Chapecó: Oikos/UFS, 2017. p. 193-214.

GERHARDT, Marcos. A erva-mate que cresce à sombra das araucárias. In: NODARI, Eunice Sueli; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; ZARTH, Paulo Afonso (orgs.) **Fronteiras Fluidas: florestas com araucárias na América Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 152-170.

GERHARDT, Marcos. **História ambiental da erva-mate**. 2013. 290 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Cultural. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

KERN, Arno Alvarez. Fronteira/fronteiras: conceito polissêmico, realidades complexas. In: **Revista História & Diversidade**. Cáceres, v. 8, n. 1, p. 10-19, 2016.

KLEIN, Herbert S. A Oferta de Muare no Brasil Central: O mercado de Sorocaba, 1825-1880. **Est. Econ.** São Paulo, v. 19, n. 2, p. 347-372, maio-ago. 1989.

KLEIN, Roberto M. O aspeto dinâmico do pinheiro brasileiro. A Araucária angustifolia (Pinheiro), como espécie pioneira no atual ciclo climático. **Sellowia: Anais Botânicos do HBR – Nr. 12** (1960).

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e memória**. 6.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

LEFF, Enrique. Construindo a História Ambiental da América Latina. Tradução: Ely Bergo de Carvalho. **Esboços**. Florianópolis, v. 13, 2005.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Colonização e conflitos no sul do Brasil: estudos sobre os Campos de Palmas. In: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Marica Menendes; OLIVEIRA, Oséias de (orgs.) **História agrária: propriedade e conflito**. Guarapuava: Unicentro, 2008. p. 279-298.

MAESTRI, Mário. Práticas corambreras na Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul. In: _____. (org.) **Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: UPF Editora, 2009. p. 45-91.

MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.87, jan./abr., p. 131-148, 1996.

MAKOWSKI, Maria Dôres. A ocupação dos campos de Palmas-PR a partir das disputas de fronteiras entre Brasil e Argentina. **Cadernos dos Pós-Graduandos do Programa de Pós-Graduação em História**. Passo Fundo, v. 1, n. 2, s/p, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo/Brasília: Edunesp/Nead, 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta:** a implementação do Pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960 - 1990). 2010. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História Cultural. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MOUTINHO, Flávio Fernando Batista. **Na trilha do boi:** ocupação do território brasileiro pela pecuária. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

MYSKIW, Antonio Marcos. **A fronteira como destino de viagem:** a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888-1907). Guarapuava: Unicentro, 2011.

MYSKIW, Antônio. Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil. In: ZARTH, Paulo; RADIN, José; VALENTINI, Delmir (orgs.) **História da Fronteira Sul.** Porto Alegre/Chapecó: Letra & Vida/UFFS, 2015.

MYSKIW, Antônio Marcos; VENSON, Letícia Maria. **Colônias militares no Brasil Meridional.** Texto vinculado ao projeto de pesquisa *Colônias Militares no Sul do Brasil (Séc. XIX e XX)*. UFFS, Chapecó, 2018.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Fronteiras, Províncias e unidade nacional na formação do Brasil:** uma análise sobre a “questão de limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853-1889). 2018. 383 f. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

_____. O “descobrimento” dos Campos de Palmas e a configuração de uma problemática complexa no Sul do Brasil (1841-1853). **Anais.** XVII Encontro Estadual de História da ANPUHSC. Joinville, Univille, 21 a 24 de agosto de 2018.

PINKER, Steven. **Os anjos bons da nossa natureza:** por que a violência diminuiu. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

RENK, Arlene. **Narrativas da diferença.** Chapecó: Argos, 2004.

REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade.** Lisboa: Difel, 1989. (Memória e sociedade).

SAINT-HILLAIRE, Auguste. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina.** Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1978.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. A economia agropastoril missioneira. In: MAESTRI, Mário (org.) **Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros:** estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo: UPF Editora, 2009. p. 09-44.

SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. A construção do espaço rural nas colônias de imigrantes do sul do Brasil. In: GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice Sueli; MORETTO, Samira Peruchi (orgs.) **História ambiental e migrações:** diálogos. São Leopoldo/Chapecó: Oikos/UFFS, 2017. p. 63-80.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SERAFINI, Alesandro Luiz. **Província do Paraná e a região dos Campos de Palmas: atuação do poder público na defesa do território 1854 – 1860**. 2008. 38f. Monografia de Pós-Graduação em Ensino de História e Geografia Fronteiras do Conhecimento. Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó, 2008.

SILVA, Augusto da. **A Ilha de Santa Catarina e sua Terra Firme**. Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807). 2008. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PARANÁ. **Supremo Tribunal Federal: Questão de Limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina**, 1906.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo; RESTITUTTI, Cristiano Corte. **Os muares e as minas: relações entre a demanda mineira e o mercado de animais de carga nos séculos XVIII e XIX. Anais**. XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006.

THOMAS, Keith. **O homem e mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais. 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da história, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

TREVISOL, Joviles Vítório. O ensino superior público na Mesorregião Fronteira Sul: a implantação da UFFS, In: ZARTH, Paulo; RADIN, José; VALENTINI, Delmir (orgs.) **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre/Chapecó: Letra & Vida/UFFS, 2015. p. 333-352.

VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado: 1906 1916**. 2009. 301 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

VARGAS, Fábio Aristimunho. **Formação das fronteiras latino-americanas**. Brasília: FUNAG, 2017.

VICENZI, Renilda. **Nos campos de cima da serra: ser preto, pardo e branco na vila de Lages, 1776-1850**. 232 p. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

WACHOWICZ, Ruy Christovan. **História do Paraná**. 7.ed. Curitiba: UFPR/Vicentina, 1995.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

FONTES DE PESQUISA

ABRANCHES, Frederico José Cardoso de Araujo. Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches abriu a 1ª Sessão da 11ª Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1874. Typographia da Viuva Lopes, Rua das Flores, n.80. Curityba, 1874.

_____. Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches abriu a 2ª Sessão da 11ª Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1875. Typographia da Viuva Lopes, Rua das Flores, n.80. Curityba, 1875.

_____. Relatorio com que sua Excellencia o Senhor Presidente da Provincia Doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches passou a administração ao Exmo. Sr. 1.º Vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão a 2 de Maio de 1875. Typographia da Viuva Lopes, Rua das Flores, n.80. Curityba, 1875.

BARÃO DO NACAR. Relatorio apresentado ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor Joaquim Bento de Oliveira Junior pelo 2.º Vice-presidente Barão do Nacar por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Parana no dia 17 de Agosto último. Typographia da Viuva Lopes. Curityba, 1877.

BELLO, Luiz Alves Leite de Oliveira. Relatorio apresentado a' Assembléa Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 2ª Sessão da 15ª Legislatura no dia 1º de Outubro de 1883 pelo Presidente da Provincia o Exmo. Snr. Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello. Curityba. Typographia – PERSEVERANÇA - de J. Pinheiro. Praça do General Osorio. 1883.

_____. Relatorio que ao Exm. Sr. Dr. Brazilio Augusto Machado de Oliveira apresentou o Exm. Sr. Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello ao passar-lhe a administração em 22 de Agosto de 1884. Curityba. Typographia Perseverança de J. F. Pinheiro. Praça do General Osorio. 1884.

BURLAMAQUE, Polidoro, Cezar. Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de Março de 1867 pelo Presidente da Provincia O Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor Polidoro Cezar Burlamaque. Typographia de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.55. Curityba, 1867.

_____. Relatorio do Estado da Provincia do Paraná apresentado ao Presidente O Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor Polidoro Cezar Burlamaque pelo Vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão em 15 de Novembro de 1866. Typographia de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.55. Curityba, 1866.

_____. Relatorio que o EX.mo S. D. Polidoro Cezar Burlamaque apresentou ao EX.mo S. D. Carlos Augusto Ferraz de Abreu por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do

Paraná em 17 de Agosto de 1867. Typographia de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.55. Curityba, 1867.

CARDOSO, José Francisco. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná na abertura da 1ª sessão da 4ª legislatura pelo presidente José Francisco Cardoso no dia 1º de Março de 1860. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.º 55. Curityba, 1860.

_____. Relatório que o Exmo. Sr. Dr. José Francisco Cardoso apresentou ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira, por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná, em 18 de março de 1861. Typographia do Correio Official, Rua da Entrada, N. 1. Curitiba, 1861.

CARVALHO, Carlos Augusto de. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 1.ª Sessão da 15.ª Legislatura no dia 1.º de Outubro de 1882 pelo Presidente da Província o Exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho. Curityba. Typographia Perseverança de J. F. Pinheiro. Praça do General Osorio. 1882.

DA CUNHA, Balbino Candido. Falla com que o Exm. Sr. Dr. Balbino Candido da Cunha Presidente da Província do Paraná abriu a 1ª Secção da 18º Legislatura da Assembleia Provincial no dia 21 de Julho de 1888. Curityba. Typographia da “Gazeta Paranaense”. 1888.

DA FONSECA, Antonio Augusto. Relatório apresentado ao Excellentissimo Senhor Vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão pelo Excellentissimo Ex-presidente Dr. Antonio Augusto da Fonseca por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná. Typographia de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.55. Curityba, 1869.

_____. Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. Antonio Augusto da Fonseca abriu a 2.ª Sessão da 8.ª Legislatura da Assembléa Legislativa do Paraná no dia 6 de Abril de 1869. Typographia de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.55. Curityba, 1869.

DA MOTTA, Vicente Pires. Relatório do Estado da Província do Paraná apresentado ao vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes pelo presidente Vicente Pires da Motta por ocasião de lhe entregar a administração da mesma província, em 23 de Setembro de 1856. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.º 8. Curityba, 1856.

DA SILVA, Sebastião Gonçalves. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Paraná pelo 1º. Vice-presidente Sebastião Gonçalves da Silva na abertura da 1ª. Sessão da 6ª. Legislatura, em 21 de Fevereiro de 1864. Typographia de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.55. Curityba, 1864

_____. Exposição com que o Excellentissimo Senhor Doutor Sebastião Gonçalves da Silva 1º. Vice-presidente d’esta Província passou a administração da mesma ao Excellentissimo Senhor Doutor José Joaquim do Carmo, em 7 de março de 1864.

DANTAS FILHO, Manuel Pinto de Souza. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 4 de Junho de 1879 pelo Exmoº. Presidente da Província o Bacharel Manuel Pinto de Souza Dantas Filho. Curityba – Typographia PERSEVERANÇA. 1879.

_____. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 16 de Fevereiro de 1880 pelo Presidente da Provincia o Exmo. Snr. Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho. Curityba – Typographia Perseverança. 1880.

DANTAS FILHO, Manuel Pinto de Souza. Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho Passou ao Exmo. Snr. Dr. João José Pedrosa a administração da Provincia em 4 de Agosto de 1880. Curityba – Typographia Perseverança. 1880.

DE ABREU, Carlos Augusto Ferraz. Relatório apresentado ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor Antonio Augusto da Fonseca pelo 1.º Vice-presidente Carlos Augusto Ferraz de Abreu por ocasião de lhe entregar a administração da Provincia do Paraná em 14 de Setembro de 1868. Typographia de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.55. Curityba, 1869.

_____. Relatório que ao Exmo. Sr. Presidente da Provincia do Paraná Bacharel José Feliciano Horta de Araujo apresentou o Bacharel Carlos Augusto Ferraz de Abreu por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Provincia em 31 de Outubro de 1867. Typographia de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.55. Curityba, 1867.

DE ARAUJO, José Feliciano Horta. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da Provincia do Paraná na abertura da 1ª. Sessão da 8ª. Legislatura pelo Presidente Bacharel José Feliciano Horta de Araujo no dia 15 de Fevereiro de 1868. Typographia de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.55. Curityba, 1868.

_____. Relatório com que o Exmo. Sr. Vice-presidente da Provincia Dr. Manoel Alves de Araujo passou a administração ao Exmo. Sr. Presidente Dr. André Augusto de Padua Fleury no dia 19 de Agosto de 1865. Typographia de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.55. Curityba, 1865.

DE CARVALHAES, José Antonio Vaz. Documentos a que se refere o vice-presidente da Provincia do Paraná na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de Janeiro de 1857. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.º 8. Curityba, 1857.

_____. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Provincia do Paraná no dia 7 de Janeiro de 1857 pelo vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.º 8. Curityba, 1857.

_____. Relatório apresentado ao excellentissimo senhor doutor Francisco Liberato de Mattos, Muito digno Presidente da Provincia do Paraná. Pelo 2º vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes, sobre o Estado da administração da mesma Provincia no anno de 1857. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Largo da Matriz, n.º 36. Curityba, 1858.

DE CARVALHO, Antonio Luiz Affonso. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Paraná na abertura da 1ª Sessão da 9ª Legislatura pelo presidente o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho no dia 15 de Fevereiro de 1870. Typographia de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.55. Curityba, 1870.

DE LEÃO, Agostinho Ermelino. Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Presidente Dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho pelo Excellentíssimo Vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná em 5 de Dezembro de 1869. Typographia de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.55. Curityba, 1870.

DE LEÃO, Agostinho Ermelino. Relatório apresentado ao Excellentíssimo Senhor Presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa pelo Ex.mo Sr. Vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná em 24 de Dezembro de 1870. Typographia de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.55. Curityba, 1871.

DE OLIVEIRA E SÁ, Jesuíno Marcondes. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa do Paraná no dia 13 de Julho de 1889 pelo Presidente da Província Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Curityba. Typographia DEZENOVE DE DEZEMBRO. Rua Doutor – Westphalen. 1889.

DO CARMO, José Joaquim. Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José Joaquim do Carmo passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. André Augusto De Padua Fleury no dia 18 de Novembro de 1864. Typographia de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.55. Curityba, 1864.

D'OLIVEIRA, Brazilio Augusto Machado. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná pelo Exm. Sr. Dr. Brazilio Augusto Machado d' Oliveira, Presidente da Província, Por ocasião da abertura da 1ª.sessão da 16.ª legislatura, no dia 15 de Setembro de 1884. Curityba. Typographia Perseverança de J. F. Pinheiro. Praça do General Osorio. 1884.

FLEURY, André Augusto de Padua. Falla dirigida á Assembleia Legislativa Provincial do Paraná na Primeira Sessão da Oitava Legislatura á 15 de Fevereiro de 1866 pelo Presidente André Augusto de Padua Fleury. Typographia de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.55. Curityba, 1866.

_____. Relatório do Presidente da Província do Paraná o Doutor André Augusto de Padua Fleury na abertura da 2ª Sessão da 7ª Legislatura em 21 de Março de 1865. Typographia de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.55. Curityba, 1865.

_____. Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. André Augusto de Padua Fleury passou a administração ao Exmo. Sr. Vice-presidente Dr. Manoel Alves de Araujo no dia 4 de Junho de 1865. Typographia de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.55. Curityba, 1865.

GUIMARÃES, Manoel Antonio. Relatório com que o Exmo. Sr. Vice-presidente da Província Coronel Manoel Antonio Guimarães abriu a 2ª Sessão da 10ª Legislatura da Assembléa Provincial do Paraná no dia 17 de Fevereiro de 1873. Typographia da Viuva Lopes, Rua das Flores, n.80. Curityba, 1873.

_____. Relatório que o Exmo. Sr. Commendador Manoel Antonio Guimarães apresentou ao Exmo. Sr. Dr. Frederico José Cardoso de Araujo Abranches por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná no dia 13 de Junho de 1873. Typographia da Viuva Lopes, Rua das Flores, n.80. Curityba, 1873.

LEAL, Luiz Francisco da Camara. Relatorio do Estado da Provincia do Paranã apresentado ao Presidente o Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor Doutor José Francisco Cardoso pelo vice-presidente Luiz Francisco da Camara Leal por ocasião de lhe entregar a administração da mesma Provincia, em 02 de maio de 1859. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Largo da Matriz, n.º 36, Curityba, 1859.

LINS. Adolpho Lamenha. Relatorio apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de Fevereiro de 1876 pelo Presidente da Provincia o Excellentissimo Senhor Doutor Adolpho Lamenha Lins. Typographia da Viuva Lopes, Curityba, 1876.

_____. Relatorio apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo Presidente da Provincia o Excellentissimo Senhor Doutor Adolpho Lamenha Lins. Typographia da Viuva Lopes. Curityba, 1877.

_____. Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Presidente da Provincia Doutor Adolpho Lamenha Lins passou a administração ao Exmo. Sr. 2.º Vice-presidente Dignitario Manoel Antonio Guimarães no dia 16 de julho de 1877. Typographia da Viuva Lopes. Curityba, 1877.

LISBOA, Venancio José de Oliveira. Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa do Paraná na abertura da 2ª Sessão da 9ª Legislatura pelo Exm. Sr. Presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa no dia 15 de Fevereiro de 1871. Typographia de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.55. Curityba, 1871.

_____. Relatorio apresentado ao Excellentissimo Senhor Vice-presidente Manoel Antonio Guimarães pelo Excellentissimo Senhor Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná em 15 de Janeiro de 1873. Typographia da Viuva Lopes, Rua das Flores, n.80. Curityba, 1873.

_____. Relatorio com que o Exmo. Sr. Presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa abriu a 1ª Sessão da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Paraná no dia 15 de Fevereiro de 1872. Typographia da Viuva & Filhos de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.80. Curityba, 1872.

MATTOS, Francisco Liberato. Relatorio do Presidente da Provincia do Paranã Francisco Liberato de Mattos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de Janeiro de 1858. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Largo da matriz, n.º 36. Curityba, 1858.

_____. Relatorio do Presidente da Provincia do Paranã Francisco Liberato de Mattos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de Janeiro de 1859. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Largo da Matriz, n.º 36. Curityba, 1859.

_____. Relatorio do Estado da Provincia do Paranã apresentado ao vice-presidente Luiz Francisco da Camara Leal pelo presidente Francisco Liberato de Mattos, por ocasião de lhe entregar a administração da mesma Provincia, em 26 de Fevereiro de 1859. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes. Curityba, 1859.

MENEZES, Rodrigo Octavio de Oliveira. Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná pelo Presidente da Provincia o Excellentissimo Senhor Dr. Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes no dia 9 de Abril de 1878. Typographia da Viuva Lopes. Curityba, 1878.

_____. Relatório com que o Exm. Snr. Doutor Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes passou a administração da província ao Primeiro Vice-presidente Exm^o. Snr. Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá. No dia 31 de Março de 1879. Curityba – Typographia PERSEVERANÇA. 1879.

NOGUEIRA, Antonio Barbosa Gomes. Falla com que o Exmo. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira instalou a Segunda Sessão da Quarta Legislatura da Assembléa Provincial da Provincia do Paraná, em 19 de abril de 1861. Typographia do Correio Official, Rua da Entrada, N. 1. Coritiba, 1861.

_____. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Provincia do Paraná na abertura da Primeira Sessão da Quinta Legislatura pelo Exmo. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira, no dia 15 de fevereiro de 1862. Typographia do Correio Official, Rua da Entrada, N. 1. Coritiba, 1862.

_____. Relatório apresentado à Assenbléa Legislativa da Provincia do Paraná pelo presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na abertura da 2^a Sessão da 5^a Legislatura, em 15 de fevereiro de 1863. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, N. 55. Curityba, 1863.

_____. Relatório do estado da Provincia do Paraná apresentado ao 2^o vice-presidente Coronel Manoel Antonio Ferreira pelo presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira por ocasião de lhe entregar a administração da mesma Provincia, em 31 de maio de 1863. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, N. 55. Curityba, 1863.

OLIVEIRA JUNIOR, Joaquim Bento de. Relatório com que o Excellentissimo Senhor Presidente Dr. Joaquim Bento de Oliveira Junior passou a administração da Provincia ao 1.^o Vice-presidente o Excellentissimo Senhor Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá em 7 de Fevereiro de 1878. Typographia da Viuva Lopes. Curityba, 1878.

OLIVEIRA E SÁ, Jesuino Marcondes de. Relatório apresentado ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes Presidente da Provincia do Paraná pelo 1.^o Vice-presidente o Excellentissimo Senhor Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá. Typographia da Viuva Lopes. Curityba, 1878.

_____. Relatório apresentado ao Illmo. Sr. Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, pelo 1.^o Vice-presidente Exm. Snr. Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, por ocasião de passar-lhe a administração da província do Paraná, no dia 23 de Abril de 1879. Curityba – Typographia PERSEVERANÇA. 1879.

PEDROSA, João José. Exposição com que o Dr. João José Pedrosa passou a administração da Provincia do Paraná ao Presidente Dr. Sancho de Barros Pimentel no dia 3 de Maio de 1881. Curityba. Typographia PERSEVERANÇA, de J. Pinheiro. Praça do General Osorio. 1881.

PEDROSA, João José. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa do Paraná por ocasião da Instalação da 2.^a Sessão da 14.^a Legislatura no dia 16 de Fevereiro de 1881 pelo Presidente da Provincia o Exmo. Snr. Dr. João José Pedrosa. Curityba. Typographia PERSEVERANÇA, de J. Pinheiro. Praça do General Osorio. 1881.

PIMENTEL, Sancho de Barros. Relatório com que o Dr. Sancho de Barros Pimentel passou a administração da Província ao 1.º Vice-presidente Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá no dia 26 de Janeiro de 1882. Curityba. Typographia PERSEVERANÇA, de J. F. Pinheiro. 1881.

REZENDE, Theofilo Ribeiro. Relatório do Estado da Província do Paraná, apresentado ao vice-presidente Henrique de Beaurepaire Rohan pelo vice-presidente Theofilo Ribeiro Rezende por ocasião de lhe entregar a administração da mesma província em 6 de setembro de 1854. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.º 8. Curityba, 1854.

RIBEIRO, José Cesario de Miranda. Relatório que ao Exm. Sr. Comendador Ildefonso Pereira Correia 2º. Vice presidente da Província apresentou o Exm. Sr. Dr. José Cesario de Miranda Ribeiro por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná em 30 de Junho de 1888. Curityba. Typographia da “Gazeta Paranaense”. 1888.

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Documentos a que se refere o vice-presidente da Província do Paraná na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de Março de 1856. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.º 8. Curityba, 1856.

_____. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Paraná no dia 1º de Março de 1856. Pelo vice-presidente em exercício Henrique de Beaurepaire Rohan. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.º 8. Curityba, 1856.

SOBRINHO, Joaquim d’Almeida Faria. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná – no dia 30 de Outubro de 1886 pelo Presidente da Província o Exm. Snr. Dr. Joaquim d’Almeida Faria Sobrinho. Curityba. Typographia da – GAZETA PARANAENSE. 1886.

_____. Relatório apresentado á Assemblèa Legislativa do Paraná no dia 17 de Fevereiro de 1887 pelo Presidente da Província o Exm. Snr. Dr. Joaquim d’Almeida Faria Sobrinho. Curityba. Typographia da “Gazeta Paranaense”. 1887.

_____. Paraná (Província) Presidente (D’Almeida Faria Sobrinho) Relatório ... 29 Dez. 1888.

TAUNAY, Alfredo Escragnolle. Exposição com que S. Ex. o Sr. Dr. Alfredo D’Escragnolle Taunay passou a administração da Província do Paraná ao Exm.º Snr. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho 1.º Vice-presidente a 3 de Maio de 1886.

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. Relatório apresentado na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 15 de Julho de 1854 pelo presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.º 13. Curityba, 1854.

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. Relatório do Presidente da Província do Paraná. O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 8 de Fevereiro de 1855. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.º 8. Curityba, 1855.

_____. Exposição feita ao Exmo. 2º vice-presidente da Província do Paraná o Dr. Theofilo Ribeiro de Rezende pelo presidente o Conselheiro Doutor Zacarias de Góes e Vasconcellos por ocasião de passar a administração da mesma Província no dia 1º de Maio de 1855. Curityba, 1855.